

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E QUATRO** -----

----- No dia 12 de Abril de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Pessoa e Costa, João Miguel Estrompa de Almeida, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Rui Roque, Levi Marques Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva,

Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves,, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, João Gordo Martins, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, Filipe Manuel Nunes Beirão, Domingos Dores Rosa Estanislau, Sérgio Rui Lopes Cintra, José Domingos Pereira Gonçalves, João Nuno Farmhouse de Castro Athayde de Carvalhosa, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José Luís Teixeira Ferreira, Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- António Tavares (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Rodolfo Caseiro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau. -----

----- Carlos Marques (BE), por 10 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Pedro Soares. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por João Nuno Athayde de Carvalhosa. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e de seguida entrou-se no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Artur do Patrocínio Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, lote 7 – 1º B, 1350-410 Lisboa, solicitou ao Sr. Presidente o favor de mandar ler a sua exposição porque sendo invisual o não podia fazer, tendo então o Sr. Primeiro Secretário procedido à sua leitura, sendo o teor o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar acuso a recepção em 8 de Abril de um officio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal a acompanhar duas actas da anterior Assembleia. -----

----- Na última Assembleia Municipal de 8 de Março de 2005 estive neste local a expor a situação do bairro, Av. de Ceuta Norte. -----

----- Os buracos nos passeios e a falta dos corrimãos continuam. Como o parque infantil que diziam que ia ficar pronto em Junho de 2005 e no caminho para aqui vi

que ainda lá se encontra um amontoado de cascalho que já lá está há uns meses. O parque e o ringue para os miúdos brincarem nada. O gimnodesportivo que como já aqui disse era para estar pronto em Março de 2005 até hoje ainda não me deram resposta da Câmara Municipal de Lisboa. O mais grave é que neste momento andam trabalhadores a fazer sondagem ao terreno e informaram-me que aquele terreno era para a construção da nova ETAR. -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, que fique bem claro, isto não é uma ameaça mas uma constatação, se o ginásio não for construído neste local a ETAR é que nunca será. Na opinião de muitos moradores, que é a mesma que a minha, mas falo só por mim, não vamos permitir que ressuscite a proposta que já estava morta que o Vereador Godinho, anterior responsável da rede esgotos, fez em 2000 para construir a ETAR naquele local. E digo estamos dispostos a lutar até às últimas consequências. Toda a gente sabe o que provoca uma ETAR, cheiros nauseabundos e insalubridade do ambiente para quem vive ao pé, que é a experiência da actual ETAR. E trata-se de uma escola pré-primária, uma piscina e mais os fogos de 400 famílias. -----

----- Espero que esta Vereação, no resto de tempo que lhe falta para cumprir o seu mandato, revele um bocadinho de respeito deixando-se de evasivas e indo ao concreto, respondendo de uma vez por todas quando é que começa a construção do gimnodesportivo.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse ao munícipe que a exposição lida seria enviada à Câmara e quando viesse a resposta transmitir-lha-ia. -----

----- **O Sr. João Manuel de Matos Ramos**, morador na Rua de São Mamede, 11 – 5º dtº 1100-532 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Em nome do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima, Membro Honorário da Ordem da Liberdade, saúdo Vs. Exas. -----

----- Represento uma instituição com mais de 25 anos ao serviço do povo de Alfama, em especial dos seus jovens oriundos das camadas mais carenciadas. -----

----- Há mais de 30 anos que o Centro Cultural Dr. Magalhães Lima construiu, numa parcela de terreno, no Largo Portas do Sol, um parque desportivo e zona de lazer, com o apoio de várias entidades públicas e privadas, entre elas a CML. -----

----- Em 2003, a CML estabeleceu um acordo com o Centro Cultural Dr. Magalhães Lima, várias vezes confirmado, de que a construção de um silo naquele local, implicaria, igualmente, a construção de Parque de Jogos no topo da nova construção. --

----- Tal compromisso foi, inclusive, assumido pelo Presidente da CML, Dr. Pedro Santana Lopes, perante Vs. Exas., em diálogo estabelecido como o Sr. Vereador Vasco Franco: “ontem fiz esse compromisso, aquele campo a deixar de existir, será substituído por outro equivalente, se não o for, continuará a existir, a obra não será feita com prejuízo do existente”, acabei de citar. -----

----- A construção do parque de jogos fez parte de todos os projectos que concorreram à edificação do silo, incluindo natural e obviamente, o vencedor; isso mesmo nos foi comunicado pela CML que, ao longo de todo este processo, sempre nos foi garantido o cumprimento do assumido. -----

----- Chegado o momento de entregar livre o terreno, fizemo-lo sem demoras, confiando sempre na boa-fé de quem conosco dialogava. Transmitimos as nossas preocupações à CML pelo facto de ficarmos sem a principal fonte de receitas da nossa Associação ao longo de todo o período em que as obras iriam decorrer. -----

----- Prometeram-nos uma solução, e apenas nos deram um silêncio absoluto. Não fossem outras ajudas, mormente das Juntas de Freguesia de S. Miguel e de Santo Estevão, e estaríamos a braços com uma situação financeira insustentável susceptível de inviabilizar a nossa continuidade. -----

----- Como foi injusta a CML! -----

----- Mas, ainda assim, não abandonamos a nossa postura dialogante, tentando encontrar solução. -----

----- A cada ofício nosso, indagando sobre o estado da construção e a atribuição de uma compensação pelas receitas não cobradas, recebíamos a confirmação de que o parque iria ser construído e atribuído ao Centro Cultural Dr. Magalhães Lima e nenhum comentário quanto à compensação. -----

----- Mas, a surpresa chegou. -----

----- Recentemente, enviámos um ofício à CML solicitando que nos informassem a data da conclusão dos trabalhos e da entrega do Campo à nossa instituição, no sentido de nos prepararmos para esse momento. -----

----- Ao contrário do que até então tinha acontecido, a CML limitou-se a dizer que o assunto tinha sido canalizado para quem de direito. -----

----- Ficámos alarmados. A Junta de Freguesia de S. Miguel, entretanto, informo-nos de que tinha tido conhecimento de que a CML já não ia proceder à construção do parque de jogos. -----

----- Na edição de o “Público” do passado dia 3 de Abril, lemos, desalentados, notícia idêntica. -----

----- E agora, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais, quem nos garante o cumprimento do acordado? -----

----- A proposta foi aqui aprovada nesse pressuposto, ou seja, da construção e atribuição ao Centro Cultural Dr. Magalhães Lima de um Parque de Jogos no silo ou, em última análise, noutra local, que a própria CML reconheceu, entretanto e posteriormente por ofício, não possuir e, desse modo, assegurando a construção do parque de jogos na parte superior do silo. -----

----- Apelamos a Vs. Exas., Senhores Deputados Municipais (e a V. Exa., Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, evocando a sua palavra de honra, nos prometeu o que aqui, mais uma vez, reclamamos) para que nos seja feita justiça. -----

----- Continuamos a confiar na boa-fé de todos os intervenientes e, por isso, não andamos por aí, em verborreia televisiva ou jornalística; estamos aqui, perante os representantes legítimos do povo de Lisboa, credores de legítimas expectativas, sem prescindirmos de, na ausência de uma resposta rápida e satisfatória, accionarmos os meios que um Estado de Direito Democrático proporciona e garante aos seus cidadãos, o recurso a instâncias judiciais, em particular às administrativas. -----

----- Esperamos que esta Assembleia nos dê brevemente notícias.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que sobre a matéria exposta seria pedida informação à Câmara Municipal. -----

----- **O Sr. João Paulo Ferreira Baltazar**, morador na Rua Padre Francisco, 16 – 3º dtº 1350-226 Lisboa, falando em nome do Movimento de Cidadãos SOS Cinema Europa, leu a seguinte exposição: -----

----- “No início do ano, há exactamente dois meses, uma notícia de um jornal alertava para a possibilidade de vir a ser demolido o Cinema Europa. -----

----- Foi o ponto de partida para a mobilização de um grupo de moradores do bairro de Campo de Ourique. -----

----- Este movimento SOS Cinema Europa, é constituído por cidadãos livres que, neste processo, não têm quaisquer motivações político-partidárias. -----

----- O movimento tem apenas dois objectivos: lutar pela preservação, no essencial, do edifício onde funcionou o Cinema Europa e, por outro lado, defender a sua reutilização como “Europa - Casa da Cultura/Centro Cívico”. -----

----- Estas pretensões são apoiadas por muitos lisboetas e, em particular por muitos residentes, trabalhadores e amigos do bairro de Campo de Ourique. Foram eles, mais de duas mil pessoas, que assinaram um documento onde se critica a eventual demolição e se pede a reutilização do Europa como Casa da Cultura. É um abaixo-assinado que hoje deixamos também neste fórum. -----

----- Como sabem, o Cinema Europa é um edifício situado na Freguesia de Santo Condestável, num bairro, Campo de Ourique, que se estende por outras freguesias também com elevada densidade populacional. O Cinema Europa, há muitos anos desactivado como tal, representa uma determinada corrente arquitectónica do século XX e situa-se no coração do referido bairro, junto ao jardim da Parada, onde diversas gerações têm passado testemunho. -----

----- Sabemos que o novo proprietário do Europa pretende ali construir um bloco de apartamentos, tendo já entregue, nos serviços camarários, mais do que um projecto de arquitectura, com esse objectivo. -----

----- Acreditamos que uma Lisboa mais viva, mais habitada, não é apenas uma cidade com muitos prédios para as pessoas dormirem; é um espaço público dinâmico, lugar-comum, lugar de encontros, de partilhas, de aprendizagem e debate. Só assim será possível atrair e fixar aqui as gerações mais jovens e potenciar a experiência de cidade que os mais velhos foram adquirindo. -----

----- A Câmara de Lisboa, pela voz da Vereadora Eduarda Napoleão, admitiu recentemente a hipótese de uma eventual permuta de terrenos para garantir a manutenção do edifício Europa. Esta hipótese é admitida pelo novo proprietário do espaço, como o próprio fez saber há dias, num contacto estabelecido com o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável. Importa aqui lembrar, a este propósito, que este movimento tem tido o apoio de todo o Executivo desta Junta de Freguesia. ---

----- O projecto do movimento de cidadãos SOS Europa, fruto de muitas conversas já realizadas e dos contactos de rua com a população, tem algumas linhas de força. -----

----- Entendemos o “Europa – Casa da Cultura” como um espaço multifuncional que dinamizará várias actividades culturais, viradas para o enriquecimento pessoal e para o desenvolvimento social. -----

----- Este novo Europa deverá funcionar em rede, em cooperação com outras instituições, escolas, estabelecimentos de ensino e centros culturais, criando assim valências e sinergias fundamentais para a formação e qualificação das populações. ----

----- Esta proposta de designação “Europa – Casa da Cultura” assenta na importância da criação de um espaço aberto ao público em geral (onde poderá vigorar, por exemplo, o estatuto de sócio), vocacionado para suprir carências no dia-a-dia de todos, sobretudo dos mais novos e dos mais velhos. -----

----- Há exemplos de equipamentos com este perfil (Casas de Cultura e Centros Cívicos) em várias cidades europeias, modelos que podem inspirar o futuro Europa de Lisboa. -----

----- Este projecto implica necessariamente investimento autárquico, investimento público mas, com imaginação, parcerias com privados e através do mecenato, acreditamos que é um projecto que pode crescer e tornar-se uma aposta ganha, talvez até com características inovadoras. -----

----- O movimento de cidadãos SOS Cinema Europa está disponível para ajudar a encontrar soluções que permitam, com seriedade, viabilizar este projecto. -----

----- O cidadão cultivado é aquele que possui os saberes e os métodos, os modelos estéticos e de organização que lhe permitem compreender o seu lugar no mundo, descrevendo-o, dando-lhe um sentido, agindo nele e assim transformando-o. -----

----- “Europa – Casa da Cultura” poderá ser um espaço que promova o desenvolvimento pessoal, estimulando a expressão corporal e artística, dinamizando práticas tão diversas como a dança, a música e o teatro, a literatura, as artes plásticas, sem esquecer as novas tecnologias. -----

----- Este projecto Europa assume a responsabilidade de pensar a cultura numa dinâmica educativa ao longo da vida, para além dos anos de estudo formal, nos bancos da escola. É um modelo que aponta, em primeiro lugar, para a melhoria e enriquecimento da qualidade de vida pessoal e em segundo, para o desenvolvimento de uma sociedade que se quer mais qualificada, tolerante, mais justa. -----

----- Por isso, definimos como igualmente importante a presença no “Europa – Casa da Cultura” de uma dimensão educacional virada para a aprendizagem e o manuseamento de saberes da cultura científica e técnica, parte integrante da formação da cidadania. Neste espaço poderiam coexistir aulas de Português para imigrantes e aulas de Inglês, Espanhol, Russo e outras línguas estrangeiras para quem quisesse alargar horizontes. Este poderia ser o lugar para a dinamização de debates sobre assuntos diversos, cruzando ideias, alimentando polémicas. Propomos também no novo Europa, a existência de um auditório com cerca de 200 lugares – que seria o lugar de todos os encontros. -----

----- O “Europa – Casa da Cultura” poderia ainda albergar espaços comerciais de apoio às diversas actividades, como um bar ou cafetaria, uma discoteca/livraria e a criação de um parque de estacionamento subterrâneo. -----

----- Os cidadãos que têm dinamizado este movimento SOS Cinema Europa, gostam de Lisboa, gostam de aqui viver, sonham com uma cidade mais viva e mais solidária. Acreditam que “importa pensar globalmente e agir localmente”. Nas nossas mãos, nas nossas ruas, começa o futuro de Lisboa. Viemos aqui hoje porque gostaríamos de conhecer a receptividade dos membros desta Assembleia e da Câmara às nossas inquietações e à nossa proposta.” -----

----- Finda a leitura da exposição entregou na Mesa documentação relativa à matéria exposta e um abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas. -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu a intervenção, acrescentando que era um Movimento que tinha grande importância para a Cidade. -----

----- **A Sra. D. Iria dos Anjos Gonçalves Caetano**, moradora na Estrada da Póvoa, Vila Matos, Galinheiras, 1750 Lisboa, falando em nome individual e de mais três vizinhos, disse que as casas onde moravam arderam no dia 6 de Março passado e não havia meio de resolverem a situação. As casas estavam agora todas degradadas, chovia lá dentro como na rua, e por isso agradecia que lhes resolvessem o problema, que lhes dessem uma resposta concreta. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o funcionamento da Assembleia com a Câmara tinha que se pautar por algo de concreto, pelo que teria que explicitar melhor para que se pudesse entender a questão, ou então entregar documentação sobre o mesmo, tendo a município respondido que não tinha documentação mas que o Sr. Presidente da Junta estava dentro do assunto e que por intermédio dele a faria chegar à Assembleia. -----

----- **A Sra. D. Margarida Mamede Salazar d’Eça**, moradora no Bairro do Alto do Chapeleiro, lote 87, 1750-206 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Venho respeitosamente expor a V. Exa. o seguinte: -----

----- Em nome de 26 moradores do Bairro do Alto do Chapeleiro, venho solicitar a V. Exa. a legalização das nossas moradias e compra dos referidos lotes de terreno, uma vez que já foram efectuadas 33 escrituras de venda de posse plena dos referidos lotes. Os restantes 23 lotes estão à espera de fazer escrituras há mais de 10 anos. -----

----- Já tivemos várias reuniões com elementos da Câmara Municipal de Lisboa, uma das quais em 2001 com a Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana da qual junto fotocópia do Relatório. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem apenas mandado aguardar. -----

----- Tivemos várias reuniões, com o Vereador Vasco Franco, Dr. Ilídio Dinis, a última foi com a Eng<sup>a</sup> Vanda Stomp onde a Sra. Eng<sup>a</sup> nos comunicou que dentro em breve iriam proceder à venda dos referidos lotes de terreno, isto em 2002. Já lá vão três anos! -----

----- Em 27 de Abril de 2004 foi feita uma exposição pelo Sr. Alcino Almeida Marques, a qual não teve resposta. Em 7 de Dezembro de 2004 fez uma insistência e ainda não foi informado de nada. -----

----- Os projectos para legalização não são aprovados, porque a informação que nos dão é para aguardar. -----

----- Assim, solicitamos a intervenção de V. Exa. no sentido de dar seguimento às restantes escrituras em posse plena.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que seria pedida informação à Câmara Municipal e depois seria dada resposta. -----

----- **A Sra. D. Maria de Lurdes de Góes de Saldanha da Gama**, moradora na Rua D. Estefânia 112 – 2º dtº 1000-158 Lisboa, disse que aquando da eleição do actual Presidente da Câmara escreveu-lhe uma carta e o Gabinete dele respondeu-lhe que o assunto tinha sido encaminhado para a Vereadora do Pelouro, Eduarda Napoleão. E de facto nessa altura andou! Só que já passaram anos sobre o assunto que a trouxe a falar na anterior reunião em que houve intervenção do público, e do qual já entregara cópias à Assembleia. -----

----- Mas voltava a dizer que estava na parte exterior do prédio, desde Julho de 2004, assinado pela Engª Marta Cardoso, um edital que tinha por título “Posse Administrativa” e no qual a Câmara estabelecia um prazo de dez dias mas que já se transformaram em 240. E porque não tinha a mais remota hipótese de falar com o Presidente da Câmara, ao contrário do que acontecia nas câmaras da província, não podia perder mais esta oportunidade de intervir na Assembleia Municipal, sobretudo para desabafar a agonia que tinha perante o desmoronamento anunciado do prédio. Durante a noite estava sempre atenta aos mais pequenos ruídos a ver quando ia cair no andar inferior. -----

----- O que pedia, portanto, era que a Câmara fizesse qualquer coisa, que tomasse uma atitude. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que estava presente a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que certamente ouviu a intervenção. De qualquer maneira, ela seria transcrita e enviada à Câmara. -----

----- **A Sra. D. Maria Margarida Correia Xitas**, moradora na Rua Prof. Dias Amado, 12, Telheiras, 1700 Lisboa, disse que vive em Telheiras há cerca de 12 anos, ao lado de uma moradia embargada que lhe causava prejuízos de ordem económica e psicológica, porque já teve que acorrer diversas vezes às autoridades durante a noite. E também aos Srs. Presidentes da Câmara, Dr. João Soares e Dr. Santana Lopes, mas nunca nada foi feito ao longo desses anos, e neste momento a obra estava licenciada pela Câmara, de forma indevida porque não só não respeitava a traça das outras moradias como ainda roubava 20 centímetros ao passeio. -----

----- Já foi à Câmara onde foi atendida por arquitectas dos respectivos serviços mas o dono da obra recusava-se a demolir a parte que estava mal feita. -----

----- Terminou pedindo a ajuda da Assembleia, porque não era possível que no centro de Telheiras se passassem coisas como essa. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a munícipe já deixara um *dossier* na Assembleia, mas pediu-lhe que fizesse aquilo que combinaram que era uma exposição para que pudessem agir. -----

----- **A Sra. D. Rita Maria Alemão Inocêncio**, moradora na Vila Pimenta, porta 16, Galinheiras, 1750 Lisboa, disse que a sua vizinha já expôs o caso relativamente ao incêndio que atingira três casas nas Galinheiras, mas tinha que referir que desde então



entrara em contacto com a Câmara, através da Sra. Dra. Maria João Camacho, que a mandara para a Dra. Conceição Monteiro e tinha um processo na Câmara pedindo que lhe fosse atribuída uma casa porque aquela que então habitava foi totalmente destruída. -----

----- Nesta altura estava a dormir num sofá na casa de sua filha, como referira tinha já processo na Câmara pedindo a atribuição de uma casa, tem falado com muita gente na Câmara, e não sabia mais a quem se dirigir a não ser ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca que efectivamente tem sido uma pessoa incansável na procura de uma solução para o problema. -----

----- (Processo n.º 8978/EMSC/05 – Pedido de habitação municipal) -----

----- **O Sr. Vítor Manuel Pires das Dores**, moradora na Vila Gouveia, n.º 7, Galinheiras, 1750-118 Lisboa, falando em nome da Associação de Moradores das Galinheiras/Ameixoeira, disse que mais uma vez vinham levantar o problema da segurança naquela área. Já várias vezes foram a sessões públicas da Câmara, várias vezes entregaram abaixo-assinados, mas o problema continuava por resolver. Era inadmissível que o Executivo camarário, desde que tomara posse, continuamente lhes viesse prometendo que resolvia o problema e que ia tomar medidas, e estando já quase no final do mandato os problemas continuassem por resolver. -----

----- Disse que na última vez que foram à Sessão Pública de Câmara, em Novembro de 2004, foram informados que o orçamento tinha uma verba para as obras da esquadra, que tinha lá instalações desde que o bairro do PER foi construído, mas que essa verba foi transferida para a GEBALIS para que a partir de Janeiro de 2005 começassem as respectivas obras. Só que aquilo estava completamente parado! -----

----- As pessoas continuavam a ser assaltadas de dia e de noite, continuavam a queixar-se da falta de segurança, eram viaturas danificadas, eram ralis de madrugada, etc. Ainda hoje, quando vinha para a Assembleia Municipal, teve conhecimento que uma carrinha da polícia de intervenção, da parte da manhã, esteve no bairro do PER, com certeza para dar protecção aos trabalhadores da EPAL, da EDP e do Gás para que pudessem fazer os seus trabalhos. Ou seja, os trabalhadores dessas empresas para poderem trabalhar no bairro tiveram que ir protegidos com uma força policial especial. -----

----- Não aceitavam que se mantivesse essa situação da falta de segurança, que não era só no bairro do PER desde que foi construído, era também na área envolvente do Bairro das Galinheiras, que abrangia parte da Freguesia da Charneca, era parte da Torrinha, enfim, era toda a Freguesia da Ameixoeira. -----

----- Disse, ainda, que tinham consciência que este problema da segurança não era exclusivo da Freguesia da Ameixoeira, mas havia zonas piores do que outras e foi-lhes prometido que se iriam tomar medidas. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara, no início do seu mandato, disse que iria construir esquadras nos bairros sociais para melhor segurança das populações. Mas o certo é que não havia segurança para o novo bairro que foi construído como para o resto da Freguesia da Ameixoeira. As pessoas que moravam no bairro do PER pagavam as suas rendas, algumas de 50 e 60 contos por mês, mais água e luz, pagavam os seus impostos, e era inadmissível que não

tivessem segurança e vivessem numa aflição permanente. A Sra. Vereadora, em Novembro de 2004, disse que tinha um plano elaborado para fazer os reajustamentos das famílias de etnia cigana provenientes do Vale do Forno, mas tanto quanto sabiam não houve alteração nenhuma à situação instalada. -----

----- Portanto, vinham apelar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e aos Srs. Deputados Municipais para que tivessem conhecimento desta situação e tomassem as diligências necessárias para que se resolvesse o problema. Ou, então, estavam à espera que a Associação de Moradores e toda a população da Freguesia da Ameixoeira tomasse posições mais radicais, o que têm andado a evitar. Estavam sempre disponíveis para o diálogo, mas isso de andar a dialogar por dialogar não resolvia o problema. O que queriam era que no terreno as coisas se concretizassem, e havia pessoas que queriam pedir transferência e a GEBALIS não dava resposta. -----

----- A terminar, disse que havia Polícia Municipal permanentemente no terreno, mas ela estava desacreditada perante a população. As pessoas dirigiam-se aos agentes da Polícia Municipal dizendo que estavam a ser assaltadas, que o património municipal, que era pago por todos, estava a ser destruído, e a Polícia Municipal respondia que o problema era com a GEBALIS. A Polícia Municipal deveria ter outros meios, se calhar deveria ter outras orientações, porque se estava ali era para proteger as populações e não para dizer que não era nada com ela. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Câmara estava presente e com certeza teria tomado atenção ao que foi dito nesta intervenção como em todas as que foram produzidas neste período. -----

----- Seguidamente, terminada a intervenção do público, deu as seguintes informações:

----- Que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão enviou ao Presidente da Assembleia Municipal um ofício com o seguinte teor: -----

----- “Solicito a V. Exa. que, para cumprimento do disposto no artigo 6º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (na sua redacção originária nos termos da Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro) dê conhecimento à Exma. Assembleia Municipal que, por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2004.06.17, ratificado por Deliberação n.º 455/CM/2004 da Câmara Municipal, fui nomeada Presidente do Concelho de Administração da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, em representação da Câmara, tendo, conseqüentemente, renunciado às funções de Presidente do Conselho Directivo da Ambelis, S.A. -----

----- Para os efeitos supra referidos informo, ainda, que através da deliberação de Câmara de 2004.10.27 que recaiu sobre a proposta 777/2004, fui nomeada Presidente do Conselho de Administração da “Baixa Pombalina, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM”. -----

----- Que foi recebido o pedido de renúncia do cargo de Deputado Municipal, do Sr. Ricardo Chaves, do PSD. -----

----- Que foi recebido também um pedido de suspensão do mandato do Deputado Municipal Miguel Anacoreta Correia, do CDS-PP, que será substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes, passando as funções de líder do Grupo Municipal a ser exercidas pelo Deputado Municipal José Rui Roque. -----

----- Que seria hoje distribuído um aditamento com propostas da Câmara Municipal para a segunda reunião desta Sessão, a realizar no dia 26 de Abril. Também seriam distribuídos hoje o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2004, documentos que amanhã iriam á reunião de Câmara, sendo que depois seriam informados de eventuais alterações e do sentido da votação. -----

----- Que a Assembleia passava a ter um *site* próprio, que é o seguinte: [www.am-lisboa.pt](http://www.am-lisboa.pt). -----

----- Findas as informações, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTACÃO DAS ACTAS NÚMEROS 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83.** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, que previamente haviam sido distribuídas, e como ninguém pretendeu intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Recomendação -----

----- “1 – Considerando: -----

----- 1.1 Que o Relatório de Avaliação do Impacto Ambiental sobre o Túnel do Marquês era bastante negativo, razão porque recomendava que fossem tomadas cerca de quarenta medidas de correcção sem as quais o risco da obra é grande; -----

----- 1.2. Que a avaliação pública do Impacto Ambiental da construção e funcionamento do Túnel está suspensa facto que provoca os maiores receios aos seus utentes no que se refere à sua segurança; -----

----- 1.3 Que o Governo anterior decidiu extinguir o procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental que estava a decorrer. -----

----- 2 – A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 29 de Março de 2005 recomenda ao Governo que revogue o despacho do anterior Secretario de Estado do Ambiente referido no ponto 1.3. e seja retomado o processo de Avaliação do Impacto Ambiental. -----

----- 3 – Que esta Recomendação seja enviada ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Câmara Municipal.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- Proposta -----

----- “Tendo em consideração que: -----

----- 1. A avaliação pública do impacto ambiental da construção e funcionamento do chamado Túnel do Marquês está suspensa e, possivelmente, não virá a realizar-se; -----

----- 2. São fundamentados, crescentes e acumulados os receios dos habitantes e utentes da nossa cidade no que se refere à segurança de utilização do referido Túnel.---

----- Tendo em consideração, ainda, que: -----

----- 1. Está por lei definido a responsabilidade cível do dono da obra (a Câmara Municipal), dos técnicos autores dos projectos e da entidade construtora;-----

----- 2. Cabe à Assembleia Municipal, por força do artigo 4º, do seu Regulamento “Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos do interesse para a autarquia”, e assumir a quota parte que lhe cabe de responsabilidade política e moral no processo. -----

----- Para tal necessita de informação rigorosa e atempada. -----

----- Face ao exposto propõe-se que seja cometida à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação a tarefa de acompanhamento do processo, com vista à recolha e divulgação de informação junto da Assembleia e da população, participação em ajustamentos ou reprogramação do projecto, com o objectivo fundamental de registar, para memória futura o historial da construção do Túnel do Marquês e as correcções que vierem a ser introduzidas. -----

----- Mais se propõe que essa tarefa obedeça à seguinte calendarização: -----

----- 1. Definição da metodologia a empregar e definição do papel dos intervenientes, Comissão, Vereadores responsáveis, Serviços e Entidades Não Governamentais interessadas – Fim de Abril de 2005; -----

----- 2. Compilação de dados, redacção do relatório e apresentação à Assembleia. - Fim de Setembro de 2005.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

### MOÇÃO NÚMERO TRÊS

----- “1. Considerando que o Secretário de Estado do Ambiente do anterior Governo, de que era Primeiro-Ministro o Dr. Pedro Santana Lopes, determinou não ser necessária a realização da Avaliação de Impacte Ambiental à obra conhecida por “Túnel do Marquês”; -----

----- 2. Considerando que neste momento existe um novo Governo em funções. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 29 de Março de 2005, decida: -----

----- Solicitar ao Ministro do Ambiente a revogação dessa decisão, de modo a vincular legalmente a conclusão da Avaliação de Impacte Ambiental, com carácter de urgência.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

### MOÇÃO NÚMERO QUATRO

----- Voto de Pesar -----

----- “Sua Santidade o Papa João Paulo II faleceu no dia 2 de Abril de 2005. Milhões de pessoas em todo o mundo curvaram-se perante o doloroso desaparecimento de um Papa e de um Homem que ajudou a abater barreiras entre religiões e povos, que fez da causa da paz um dos seus maiores objectivos e prioridades. -----

----- Na conturbada vida dos povos e das nações, João Paulo II foi o mensageiro maior do diálogo e da fraternidade entre os homens, numa época de crise de valores essenciais para a humanidade, de guerras e de ameaças de extermínio como o conflito

nuclear, que às vezes esteve eminente também durante o seu pontificado. Com a sua voz e o seu exemplo empenhado, ele exerceu um magistério de influência e de esperança, em que crentes e não crentes se reviam e que acompanhavam a par e passo, nas suas palavras e viagens em que a visão ecuménica, as mensagens de paz e de diálogo entre as religiões marcaram decisivamente a humanidade. -----

----- O equilíbrio mundial que defendeu e proclamou, as suas palavras sobre o último decénio do século passado, que esteve mais livre de tensões precedentes, sem deixar de avisar que isso não significava que não tivesse trazido novos problemas e dificuldades, foram sempre mensagens e preocupações maiores que transmitiu, num mundo em que se reduz muitas vezes a vida política a mera gestão de interesses, em que a economia também tem ajudado a aprofundar uma injusta organização social, em que pesam cada vez mais as ameaças sobre o equilíbrio da natureza do planeta em que vivemos e queremos ser felizes. -----

----- A força do Papa João Paulo II, o afecto e o exemplo que transmitia, revelaram-se agora intensamente, na tristeza e na dor imensa dos povos, dos homens e mulheres de todo o mundo que se curvam perante a sua morte, desejando que a Igreja Católica prossiga o seu exemplo de amor à paz e à resolução negociada sempre antes dos conflitos, de prosseguimento de caminhos de entendimento para que o futuro seja menos injusto e mais auspicioso para todos, para que a sua proclamação “Nunca mais à guerra” seja um farol a iluminar os países e os continentes. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 12 de Abril de 2005, curva-se em unísono perante João Paulo II, solidária na dor e na consternação de crentes e não crentes de Portugal e do Mundo perante a sua morte, apresenta as suas mais sentidas condolências aos Representantes da Igreja Católica em Portugal, Sua Eminência Reverendíssima D. José Policarpo, Cardeal Patriarca, e a Sua Excelência Reverendíssima D. Alípio Rapizarda, Nuncio Apostólico acreditado no nosso país, guardando um minuto de silêncio em sua memória e recomendando à Câmara Municipal de Lisboa que atribua, com a brevidade que se impõe, o nome de Sua Santidade o Papa João Paulo II a um Local maior e significativo da Cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrito pela Mesa e pelos representantes de todos os Grupos Municipais) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Recomendação -----

----- “1. Considerando que, no dia 30 de Abril de 2002, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, a instituição de “um processo de debates temáticos, territoriais e globais, numa rede de encontros – Fórum da Cidade”; -----

----- 2. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em 3 de Fevereiro de 2003, a criação de um Conselho Participativo para a cidade e que, de acordo com o objectivo anunciado, pretendia pôr em prática as recomendações formuladas “Agenda Local 21”, saídas da Conferência de Rio de Janeiro de 1992, com vista a “promover a participação dos cidadãos na elaboração e concretização de estratégias locais para a sustentabilidade”; -----

----- 3. Considerando o parecer da Comissão Eventual sobre o Conselho Consultivo da Assembleia Municipal de Lisboa acerca da proposta da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de transformar o órgão do Conselho Consultivo num fórum verdadeiramente representativo da sociedade civil, onde os mais importantes problemas da capital sejam debatidos, sem constrangimentos ou limitações, em que as associações representativas da sociedade civil deveriam constituir  $\frac{3}{4}$  do Conselho; ----

----- 4. Considerando que, em 4 de Abril de 2003 e face ao relatório da Comissão, a Câmara Municipal de Lisboa retirou a proposta da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- 5. Considerando que, em 16 de Dezembro de 2003, todas as bancadas da Assembleia Municipal de Lisboa aprovaram recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que proceda, com urgência, à apresentação de uma proposta final, para apreciação e votação nesta Assembleia Municipal, a implementação do Conselho Consultivo da Cidade de Lisboa; -----

----- 6. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa ainda não apresentou qualquer proposta, impedindo a elaboração das resoluções necessárias para iniciar processo participativo no município da cidade de Lisboa; -----

----- 7. Considerando que esta Assembleia Municipal tem aguardado constantes prorrogações e sucessivos adiamentos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Abril de 2005, decida: -----

----- Censurar politicamente a Câmara Municipal de Lisboa por não respeitar o compromisso com esta Assembleia Municipal de Lisboa e por se opor objectivamente à participação dos cidadãos e aumento da sua cidadania, adiando sucessivamente a apresentação de uma nova proposta.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

### ----- **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

#### ----- **Recomendação** -----

----- “1. Considerando a decisão da Administração do Porto de Lisboa (A.P.L.) em não renovar as licenças de venda aos comerciantes das áreas do Padrão dos Descobrimentos e da Torre de Belém, monumentos classificados como património mundial da UNESCO; -----

----- 2. Considerando a situação colocada a estes comerciantes, cujo sustento depende daquela actividade; -----

----- 3. Considerando as providências cautelares interpostas pelos comerciantes; -----

----- 4. Considerando a requalificação da área da Torre de Belém levada a cabo pela Administração do Porto de Lisboa há cinco anos, em que as *roulottes* dos comerciantes foram substituídas por quiosques; -----

----- 5. Considerando que o projecto de requalificação para a zona junto do Padrão dos Descobrimentos e da Torre de Belém, invocado pela Administração do Porto de Lisboa, não passa de um estudo de intenções e que o estudo de requalificação para a área gerida pela Administração do Porto de Lisboa entre a Torre de Belém e o Parque das Nações, que deverá estar concluído em Maio de 2005; -----

----- 6. Considerando que o primeiro esboço desse projecto de requalificação está previsto ser apresentado ainda em Abril; -----

----- 7. Considerando que os vendedores em nada afectam a dignidade da zona história em causa e respeitabilidade dos monumentos. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Abril de 2005, decida: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a sua intervenção, com carácter de grande urgência, no sentido de encontrar uma solução concreta para a situação dos comerciantes junto ao Padrão dos Descobrimentos e à Torre de Belém e evitar graves consequências para as famílias cujo sustento depende daquela actividade.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- Recomendação -----

----- “1. Considerando a vida e obra de Almeida Garrett, escritor, poeta e deputado, considerado uma das personalidades de maior destaque do panorama cultural português do século XIX; -----

----- 2. Considerando o avançado estado de degradação do edifício onde viveu e morreu Almeida Garrett, na Rua Saraiva de Carvalho, em Campo de Ourique; -----

----- 3. Considerando o valor arquitectónico do edifício e o facto nele ter vivido uma das figuras mais marcantes de toda a história da literatura portuguesa; -----

----- 4. Considerando a petição da Plataforma Fórum Cidadania de Lisboa em defesa da preservação do imóvel, onde se recomenda a classificação do edifício como património do interesse concelhio e a rua como conjunto de interesse municipal, propondo a transformação do edifício num espaço cultural (por exemplo: Casa-Museu) condizente com a vida e obra de Garrett; -----

----- 5. Considerando que a petição descrita no ponto anterior foi entregue à Câmara Municipal, ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e ao Instituto Camões; -----

----- 6. Considerando a reunião do Conselho Consultivo do IPPAR, marcada para 21 de Abril de 2005, que a pedido da Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, irá discutir o valor patrimonial do imóvel; -----

----- 7. Considerando o comunicado da Sociedade Portuguesa de Autores à Ministra da Cultura, solicitando a sua intervenção para assegurar a preservação da casa de Almeida Garrett; -----

----- 8. Considerando que com a demolição do referido edifício, Lisboa perderá mais uma antiga casa de indiscutível valor estético e histórico; -----

----- 9. Considerando a utilidade dos serviços culturais do Município de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Abril de 2005, decida: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que classifique o edifício como património do interesse concelhio, no sentido em que nele viveu e morreu uma das maiores personalidades do século XIX; -----

- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que não proceda à demolição do edifício e que o transforme num espaço de referência na vida cultural lisboeta, condizente com a vida e obra de Almeida Garrett; -----
- 3. Enviar esta recomendação à Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima; -----
- 4. Enviar esta recomendação, com carácter de grande urgência, ao Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR); -----
- 5. Enviar esta recomendação ao Instituto Camões; -----
- 6. Enviar esta recomendação à Sociedade Portuguesa de Autores.” -----
- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

**MOCÃO NÚMERO OITO**

----- **Recomendação** -----

- “1. Considerando o papel da Assembleia Municipal de Lisboa na criação de todas as condições para a real integração de todos os cidadãos portadores de qualquer deficiência; -----
- 2. Considerando que todos os lisboetas têm o direito de participar na vida democrática da cidade; -----
- 3. Considerando que as sessões da Assembleia Municipal de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa são actualmente transmitidas na Internet. -----
- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Abril de 2005, decida: -----
- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a presença de um intérprete de Linguagem Gestual Portuguesa em todas as suas sessões e em todas as sessões da Assembleia Municipal de Lisboa; -----
- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa um estudo no sentido de encontrar melhores formas de facilitar o acesso dos cidadãos portadores de qualquer deficiência motora quer à tribuna de intervenção, quer ao local destinado ao público; -----
- 3. Enviar esta recomendação à Associação Portuguesa de Surdos; -----
- 4. Enviar esta recomendação à Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.” -----
- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

**MOCÃO NÚMERO NOVE**

- “1. Considerando que quando o resistente Yasser Arafat estava cercado na capital da Autoridade Palestiniana, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por maioria, uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa no sentido de estabelecer os necessários contactos com as autoridades da cidade de Ramallah, com o objectivo de lhes manifestar o desejo da cidade de Lisboa se geminar com a cidade de Ramallah, num acto de solidariedade público; -----
- 2. Considerando que passaram aproximadamente três anos desde a aprovação dessa mesma recomendação; -----
- 3. Considerando que em Junho de 2003, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por maioria uma moção a solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que responda a todos os ofícios que lhe estão dirigidos por esta Assembleia Municipal e que ainda não obtiveram resposta, alguns com mais de dois anos; -----



----- 4. Considerando que em Novembro de 2004, esta Assembleia Municipal aprovou por maioria exigir uma clara resposta da Câmara Municipal de Lisboa à recomendação desta Assembleia Municipal para a geminação da cidade de Lisboa com a cidade de Ramallah; -----

----- 5. Considerando que até hoje a Câmara Municipal de Lisboa não deu qualquer resposta, nem qualquer seguimento a essa mesma recomendação. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Abril de 2005, decida: -----

----- 1. Censurar politicamente a Câmara Municipal de Lisboa pelo seu desrespeito para com as deliberações desta Assembleia Municipal; -----

----- 2. Exigir uma clara resposta da Câmara Municipal de Lisboa à recomendação aprovada há aproximadamente três anos; -----

----- 3. Enviar essa mesma recomendação à Representação da Autoridade Palestiniana em Portugal.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DEZ** -----

----- **Recomendação** -----

----- “1. Considerando que, em 30 de Abril de 2002, a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, por unanimidade, que “se inicie a prática da elaboração o Orçamento Participativo” e a instituição de “um processo de debates temáticos, territoriais e globais, numa rede de encontros – Fórum da Cidade – onde terão assento todas as associações não-governamentais da cidade e todos os cidadãos e todas as cidadãs interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Lisboa. Esta rede de encontros, que deverá realizar por agrupamentos de freguesias, produzirá síntese propositivas, que Executivo Municipal deverá ter em conta na revisão e versão final do Orçamento e Grandes Opções de Plano.”; -----

----- 2. Considerando que, em 16 de Dezembro, de 2003 Assembleia Municipal deliberou a criação de uma Comissão Eventual no sentido de elaborar um estudo e parecer do modo como deve ser instituídos o funcionamento de um Orçamento Participativo; -----

----- 3. Considerando o Colóquio “Enquadramento do Orçamento Participativo, Participação Democrática e Direitos de Cidadania”, realizado em 26 de Outubro de 2004; -----

----- 4. Considerando que o último Orçamento e Plano de Actividades deste mandato já foi discutido; -----

-----5. Considerando que faltam somente seis meses para o final deste mandato; -----

----- 6. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa ainda não apresentou qualquer proposta, impedindo a elaboração das resoluções necessárias para iniciar processo participativo no município da cidade de Lisboa; -----

----- 7. Considerando que esta Assembleia Municipal tem aguardado constantes prorrogações e sucessivos adiamentos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Abril de 2005, decida: -----

----- Censurar politicamente a Câmara Municipal de Lisboa por não respeitar o compromisso com esta Assembleia Municipal de Lisboa e por se opor objectivamente à participação dos cidadãos e aumento da sua cidadania, adiando sucessivamente a apresentação de uma nova proposta.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO ONZE** -----

----- Recomendação -----

----- “A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade, em Abril de 1995, uma Recomendação apresentada pelos eleitos pelo PEV, onde se reconhecia a importância do recurso Água e defendia “a necessidade de instalação de torneiras ou outro mecanismo que permitisse controlar a saída do caudal de água nos bebedouros públicos” afim de evitar desperdícios graves de água potável, num ano de preocupante seca – isto em 1995, recorde-se. -----

----- Já nessa altura, a Recomendação aludia à preocupante evolução da escassez deste recurso e, principalmente às “formas irracionais de consumo e desperdício” e a “políticas públicas...que visam a exploração dos recursos hídricos...”, como consta do Tratado da Água, aprovado na Conferência do Rio – a Eco 92. -----

----- A Recomendação apontava já para a necessidade de contrariar o desleixo dos órgãos executivos na assumpção plena das responsabilidades na defesa do interesse público e em particular pelo descurar uma gestão racional da água, nomeadamente nos bebedouros públicos. -----

----- Importa que o Estado que exige aos seus cidadãos uma gestão e utilização racional dos recursos – anunciando-se medidas punitivas e de subida dos custos para consumos mais elevados de água – contrarie activamente, nas suas áreas de competências e responsabilidades, a mesma atitude de desperdício e negligência. -----

----- Volvidos exactamente 10 anos, em condições de seca inegavelmente piores, numa era em que as alterações climáticas são generalizadamente reconhecidas (onde perdeu expressão o argumento que tudo resumia a “fundamentalismo ambientalista”), numa sociedade em que a lógica do mercantilismo aplicado à água é – de forma errónea – uma realidade possível, em que se perspectivam modos de contenção extremos no consumo da água e elevados custos tanto económicos como sociais, os eleitos de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a esta Assembleia a aprovação da seguinte deliberação: -----

----- Lamentar a falta de consideração dos sucessivos órgãos executivos demonstrada pela desconsideração pelas decisões tomadas e pelas recomendações apresentadas por esta Assembleia; -----

----- Reafirmar a necessidade de se aplicarem medidas de controlo, racionalização e gestão integrada da água potável neste município, como seja o exemplo da colocação de soluções de regulação da saída de água nos bebedouros públicos.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DOZE** -----

----- Recomendação -----

----- “A Junta de Freguesia dos Prazeres e a Associação Ambientalista “Lisboa Verde”, têm vindo a denunciar e a alertar para a necessidade da recuperação do Chafariz das Terras. -----

----- O Monumento, construído em meados do Séc. XIX e localizado na Travessa do Chafariz das Terras (Alto da Cova da Moura), encostado ao Aqueduto das Águas Livres, encontra-se intimamente relacionado com o abastecimento de água à Cidade de Lisboa e portanto aos lisboetas. -----

----- O anterior executivo camarário tinha já aprovado um projecto de reabilitação do Chafariz das Terras, mas o actual executivo nunca lhe deu andamento. -----

----- Considerando a necessidade imperiosa de recuperar o Chafariz das Terras e a requalificação de toda a zona envolvente, os eleitos de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a aprovação da presente recomendação no sentido de que a Câmara Municipal: -----

----- Adopte as medidas necessárias com vista à recuperação do Chafariz das Terras e à requalificação de toda a zona envolvente, privilegiando os espaços verdes, enquadrados numa zona de lazer para usufruto dos Lisboetas.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO TREZE** -----

----- 25 de Abril e 1º de Maio -----

----- “O povo português vai comemorar uma data que se inscreveu para sempre na sua vida como dia da Liberdade, o dia 25 de Abril. Lisboa mais uma vez demonstrará o seu incondicional apoio àqueles que fizeram desse dia um marco histórico para o nosso país e para todo o povo que ansiosamente aspirava alcançar a vitória da Liberdade e da Democracia. -----

----- Por isso, o 25 de Abril é feriado, e é feriado que os portugueses respeitam, quer se encontrem no país quer estejam emigrados, respeitam aquilo que, histórica e culturalmente, faz parte de cada um de nós e norteia as nossas vidas. -----

----- Em 1886, os operários de Chicago, pagaram caro a coragem de reivindicarem o direito de participar na definição das suas condições de trabalho. Alguns deles, com a própria vida. A comemoração do 1º de Maio está ligada a este exemplo de heroísmo. 119 anos depois, em Portugal, o direito de negociação colectiva está de novo ameaçada por aqueles empregadores que anseiam pelo regresso à lei da selva. A história diz-nos que sem luta nada se consegue e que o progresso da humanidade, sobretudo nos últimos dois séculos, é resultado da intervenção decidida, esclarecida e solidária dos trabalhadores. -----

----- O Dia Internacional do Trabalhador, que já era feriado em quase todo o mundo, menos em Portugal, passou a consagrar-se: como tal, graças à Revolução do dia 25 de Abril de 1974 e à luta de muitos trabalhadores que para ele contribuíram. -----

----- São duas datas em que as populações fazem questão de saírem à rua e festejarem, mostrando assim o seu apego aos valores da liberdade, da democracia, da solidariedade e da justiça social. -----

----- A Assembleia Municipal, enquanto representante dos interesses e anseios dos lisboetas, só pode estar com aqueles que lutaram tenazmente pela liberdade e pela

justiça social e o continuam a fazer para que o desenvolvimento económico, social, político e cultural do nosso país continue a produzir seus frutos. -----

----- Por isso decide: -----

----- - Saudar e manifestar o seu apoio às iniciativas populares e demais actos comemorativos do 25 de Abril e do 1º de Maio e apelar à população de Lisboa para que, uma vez mais, a elas se associe; -----

----- - Reafirmar os valores históricos da vitória da Liberdade e da Democracia na vida de todas e todos os portugueses, bem como daqueles que conosco vivem e trabalham; -----

----- - Exigir que o Executivo da Câmara Municipal da capital do País dê exemplo disso mesmo, na sua actuação com os trabalhadores e com os munícipes; -----

----- - Proceder à divulgação desta moção através de dois órgãos de comunicação social de âmbito nacional e dos meios ao serviço do município; -----

----- - Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- **Recomendação** -----

----- “A casa onde viveu e morreu Almeida Garrett, na Rua Saraiva de Carvalho, está em risco de desaparecer. -----

----- A Câmara, ao autorizar a sua demolição, não reconheceu interesse na preservação do imóvel, enquanto ligado à memória de um dos vultos mais proeminentes do século XIX. -----

----- Almeida Garrett, como escritor, foi fundador do romantismo português tendo deixado uma obra literária notável, especialmente como dramaturgo, e deu ao teatro um apoio assinalável. -----

----- Como político, distinguiu-se na defesa da liberdade, participando na Revolução liberal de 1820 e na luta contra a reacção miguelista e, mais tarde, como brilhante parlamentar, tendo tido também um papel destacado na elaboração da Constituição e de legislação na área da educação. -----

----- A circunstância de a casa onde viveu, estar devoluta, constitui uma oportunidade única para que, depois de reabilitada, nela sejam criadas condições para proteger e valorizar o importante legado cultural e cívico que Almeida Garrett deixou. -----

----- O Grupo de Deputados Municipais do PCP, propõe que a Assembleia Municipal, reunida em 12 de Abril, delibere recomendar à Câmara: -----

----- 1 - que, sem prejuízo do direito que assiste aos actuais proprietários, de serem indemnizados, suspenda a autorização concedida para a demolição do imóvel, situado na Rua Saraiva de Carvalho, N.º 66/68; -----

----- 2 - que proceda, com a maior brevidade, a diligências junto do Ministério da Cultura e de outras entidades com vista a encontrar uma solução financeira que evite a demolição do imóvel e que, em conjunto, seja feito um estudo que permita elaborar

um projecto que transforme a casa de Almeida Garrett, num espaço dedicado à preservação da sua memória e, eventualmente, a outras actividades culturais.” -----  
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO QUINZE** -----

----- Preservar a Casa de Garrett -----

----- “Considerando a importância CULTURAL que a salvaguarda da casa onde viveu e morreu Almeida Garrett, na Rua Saraiva de Carvalho, 66 e 68 é uma obrigação para a cidade de Lisboa. -----

----- Considerando que essa preservação tornará possível a instalação de uma casa-museu Almeida Garrett naquele espaço, que servirá para dar a conhecer a vida e a obra daquele que foi o fundador do romantismo português. -----

----- Considerando que o Departamento de Cultura da CML entendeu não existir viabilidade para desenvolver naquele espaço uma instituição dedicada à memória de Almeida Garrett, devidos aos seus avultados encargos. -----

----- Considerando que esta posição assumida pela Câmara Municipal de Lisboa é inaceitável, porque temos que ser capazes de preservar a memória dos nossos mais ilustres antepassados. -----

----- O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, propõe que a Assembleia Municipal hoje reunida delibere: -----

----- 1 – Recomendar ao Instituto Português do Património Arquitectónico que recomende à Ministra da Cultura. e à Câmara Municipal de Lisboa que seja preservado o edifício onde viveu e morreu Almeida Garrett, na Rua Saraiva de Carvalho, 66/68: -----

----- 2 – Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que defenda a instalação naquele espaço de uma casa-museu de Almeida Garrett, que seja um espaço cultural de referência de Lisboa, após a obtenção de um acordo com os proprietários do imóvel;. -

----- 3 – Publicar esta moção num jornal diário e remetê-la a Sua Excelência a Ministra da Cultura e a todos os Grupos Parlamentares.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E AO 1º de MAIO -----

----- Considerando que se comemora este ano o 31.º aniversário da Revolução dos Capitães, que também ficou conhecida como a Revolução dos Cravos, realizada no dia 25 de Abril de 1974, que devolveu a Democracia aos Portugueses ao derrubar o regime ditatorial que vigorou durante 48 anos. -----

----- Comemorar o 25 de Abril é realçar as mudanças que o Regime Democrático trouxe para Portugal e para os seus cidadãos, desde logo, a Liberdade e a Democracia, a possibilidade de participar na Comunidade Europeia, o fim das guerras coloniais e o nascimento dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, sem esquecer a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses. -----

----- Comemorar o 25 de Abril é recordar que foi a Revolução dos Cravos que permitiu a existência de Autarquias Locais fortes, pujantes e absolutamente decisivas para a transformação e modernização do País. -----

----- Comemorar o 1º. de Maio - Dia Internacional do Trabalhador - é lembrar a luta dos operários de Chicago, em 1886, para a obtenção de condições de trabalho mais dignas e não permitir que se esqueça que existiu um período negro em Portugal que proibia a comemoração deste dia, tão importante para todos os trabalhadores, felizmente esse período acabou no dia 25 de Abril de 1974. -----

----- Por último, um Protesto muito forte, contra a Câmara Municipal de Lisboa, por não realizar UM ÚNICO EVENTO comemorativo do 25 de Abril. -----

----- Os Deputados Municipais do PS propõem que a Assembleia Municipal, hoje reunida delibere: -----

----- 1. Saudar o 31º aniversário do 25 de Abril, desejando que se aproveite a oportunidade para explicar às gerações mais novas a sua importância para Portugal; ---

----- 2. Saudar os Capitães de Abril, por terem devolvido a Liberdade a Portugal; -----

----- 3. Apelar à participação dos trabalhadores nas diversas comemorações do 1.º de Maio; -----

----- 4. Dar conhecimento desta Moção à Associação 25 de Abril e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----

----- 5. Divulgar esta Moção a todos os órgãos de comunicação social.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

#### MOÇÃO NÚMERO DEZASSETE

----- “Em 2001 o Dr. Santana Lopes, candidato a Presidente da CML, assumiu perante os lisboetas o compromisso de lançar e concluir o Túnel do Marquês durante o seu mandato. Esta obra seria, aliás, “a obra do regime” do PSD, a principal e a mais pesada de todas as promessas feitas durante a campanha eleitoral; -----

----- Para tal, delegou no seu Vice-Presidente, o seu elemento de maior confiança pessoal na Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues a preparação de todo o conteúdo técnico-político para a sua execução; -----

----- Acontece, que por incúria e laxismo, a cidade foi mergulhada na maior das trapalhadas: -----

----- - Concurso Público anulado; -----

----- - Alteração do Caderno de Encargos inicial com uma significativa desorçamentação do mesmo e adjudicação directa da obra; -----

----- - Alterações sucessivas ao Projecto de Obra inicial, que embora sendo um projecto de concepção/construção, foi significativamente alterado, acabando por ficar substancialmente diferente do projecto que foi apreciado pelo Tribunal de Contas;

----- - Desprezo pelas sucessivas recomendações da Assembleia Municipal de Lisboa para que procedesse ao Estudo de Impacte Ambiental; -----

----- - Tentativa de manifestação popular, convocada a partir do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, para contestar decisão do Tribunal face à Providência Cautelar, entretanto apresentada por um cidadão; -----

----- - Desprezo pelas recomendações do Estudo de Impacto Ambiental, que finalmente a autarquia encomendou, estudo esse que apontava para a implementação de 40 medidas para que o túnel pudesse ser considerado seguro; -----

----- - Anulação, por parte do Governo já demissionário - e a poucos dias das eleições legislativas - da necessidade de ser emitida uma Avaliação de Impacte Ambiental com base no estudo efectuado; -----

----- Considerando que não foram dadas respostas positivas às propostas previstas no EIA, nomeadamente quanto aos impactes provocados na poluição do ar, no ruído, aos impactes provocados pelo aumento de tráfego e às condições de segurança não totalmente esclarecidas quanto às condições hidrogeológicas do terreno e à proximidade de menos de meio metro face ao túnel do metropolitano; considerando ainda que não estão respeitadas as normas de segurança definidas pela União Europeia no que se refere à inclinação, ou pendente, do próprio túnel, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe: -----

----- Recomendar ao Governo, se for juridicamente possível, a adopção das medidas que garantam a retoma do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projecto do Túnel do Marquês de Pombal, na Cidade de Lisboa.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP apresentou as moções n.ºs 1 e 2, que abordavam a questão do Túnel do Marquês. A recomendação propunha que o Despacho do ex-Secretário de Estado, que extinguiu o procedimento da Avaliação de Impacte Ambiental fosse revogado pelo actual Governo porque havia muitas razões para que isso acontecesse. Efectivamente o Estudo de Impacte Ambiental apontava 40 medidas que eram altamente gravosas se não fossem minimizadas, portanto esperavam, tinham mesmo a certeza, que esse Despacho seria extinto e o procedimento iria continuar. -----

----- A Moção n.º 2 ligava-se com esta, e era um pouco na sequência desse grave problema do Túnel, que efectivamente era um grave problema para a cidade pelos riscos que podia apresentar na sua execução e no seu funcionamento. Tal representava uma preocupação para o PCP, que justamente por isso apresentava esta proposta à Assembleia no sentido de que a Comissão Permanente de Urbanismo fizesse o acompanhamento de todo o processo, estabelecendo-se uma metodologia e até uma calendarização. Claro que desde logo isso poderia ser feito pela própria Comissão, mas era importante que fosse a Assembleia a conferir-lhe mais esses poderes. -----

----- Por outro lado, o PCP apresentava ainda uma outra Moção/Recomendação, esta sobre a casa onde viveu e morreu Almeida Garrett, na Rua Saraiva de Carvalho. Sobre a mesma matéria o PS e o BE apresentaram também moções, portanto pensava que estavam de acordo que havia necessidade de preservar aquela casa e a memória de Almeida Garrett. Seria útil que se fundissem numa só, havia uma pequena diferença porque o PCP não propunha à partida que fosse uma casa/museu, mas sim que fosse uma casa de cultura que preservasse a memória de Almeida Garrett. -----

----- Mas a propósito desta questão havia uma observação que não podiam deixar de fazer: é que revelava bem a falta de perspectivas da Câmara no que dizia respeito à

cultura, assim como a falta de critério na atribuição de apoios à cultura. Esse facto era perfeitamente notório, porque enquanto que à Moda Lisboa eram atribuídos subsídios no valor de quase um milhão de euros, neste caso da casa da cultura, uma questão extremamente importante para a cultura nacional, a Câmara vinha dizer que os elevados encargos não justificavam que a casa fosse recuperada. Isto era bem significativo da forma como a Câmara encarava as questões da cultura. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o Deputado Municipal Feliciano David falara exactamente de uma matéria que foi abordada na Conferência de Representantes, que foi a possibilidade de unir as três moções relativas à questão da Casa Garrett. Os proponentes ficaram de tratar da organização de um texto único com vista à possibilidade, inclusive, da publicação. -----

----- Informou que na Moção do PCP foi introduzido um ponto 3, que coincidia, aliás, com a matéria que estava nas moções do PS e do BE, que era publicar a Moção num jornal diário e remetê-la ao Ministro da Cultura, a todos os Grupos Parlamentares, ao IPPAR e à Sociedade Portuguesa de Autores. -----

----- Portanto, o que ficou assente era que as moções seriam todas submetidas à discussão, mas no final poderiam ser fundidas num único texto a seria publicado conforme referido. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, questionou o Deputado Municipal Feliciano David se achava que a decisão do Supremo Tribunal de Justiça não tinha influência nenhuma na recomendação que o PCP apresentou. É que, de facto, havia um Despacho do Secretário de Estado mas havia também uma decisão do Supremo Tribunal a declarar desnecessário o Estudo de Impacte Ambiental, pelo que perguntava se não haveria uma contradição nessas duas coisas. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não percebera bem a pergunta mas realmente não via que houvesse contradição. O Secretário de Estado fez um Despacho durante um Governo de gestão, durante todo o processo houve entre a Câmara e o Governo uma certa promiscuidade, esse Despacho foi baseado num Parecer do Supremo Tribunal Administrativo e não propriamente em questões de risco quanto no Túnel. Foi apenas por questões processuais. -----

----- Por isso, na defesa da segurança e na defesa da tranquilidade dos lisboetas, era necessário que o processo continuasse para que não se viesse a imputar qualquer responsabilidade à Câmara se ocorresse algum acidente. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)** perguntou, ainda, se o Supremo Tribunal de Justiça proferia sentenças ou emitia pareceres, pergunta a que o Deputado Municipal Feliciano David disse que não valia a pena responder. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que intervinha em nome da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, para referir que ela, na sequência de um pedido de audiência da Comissão de Moradores da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros, que recebeu, agendara, para um futuro próximo em relação a essa audiência, uma visita à referida rua. -----



----- Essa visita foi realizada na semana passada e todos os membros da Comissão, acompanhados por um representante da Junta de Freguesia de Carnide, tiveram oportunidade de ver *in loco* aquilo que era uma coisa que conheciam apenas de forma teórica e de acordo com as informações que lhes tinham chegado através da Câmara. Verificaram, de facto, que era uma rua com alguma irregularidade, em termos urbanos não muito correcta, mas era certo que também já viram pior em zonas legalizadas em Lisboa. As cércias não obedeciam a regras muito definidas, mas também já verificaram pior. O que viram, de facto, foi uma rua arrumada, as pessoas muito disciplinadas em termos da relação entre elas e uma rua que tinha mais de 100 pessoas a viver, alguma actividade de natureza comercial e serviços há cerca de 30 anos. -----

----- Eram pessoas que construíram as suas casas depois da Revolução. Isso, aliás, ocorreu por todo o lado e em Lisboa nem sequer foi dos locais mais significativos, nos concelhos de Oeiras, Cascais, Amadora e Loures esse fenómeno foi sem dúvida mais forte. Em Cascais, por exemplo, a maior parte desses bairros clandestinos já estavam legalizados, em Oeiras grande parte, se não todos, já estavam legalizados, em Lisboa, felizmente, esses casos ocorreram muito pouco. -----

----- E um dos casos em que ocorrera foi exactamente este. As pessoas que habitam nesta rua são munícipes trabalhadores que cumpriam as suas obrigações, pagavam os seus impostos, as casas tinham água, luz, telefone, TV Cabo, pagavam o IMI pontualmente, todas as actividades ali legalizadas pagavam as suas contribuições às Finanças, só havia uma coisa que não podiam: era dispor eles próprios das suas casas. Ou seja, eles não podiam transmitir os seus valores para os filhos nem, eventualmente, para alguém que os quisesse comprar. Portanto, era um património que era como se não existisse. -----

----- Pessoalmente entendia que já passaram demasiados anos e demasiadas Executivos municipais para que esta situação continuasse. Aliás, verificaram, e essa era opinião unânime da Comissão, que toda aquela zona merecia alguma repulsa na medida em que era supostamente um pólo tecnológico e de pólo tecnológico tinha muito pouco já que era uma zona desordenada, com baldios, com milhares e milhares de contentores, portanto envergonhava a cidade enquanto pólo tecnológico. Todos conheciam pólos tecnológicos bem perto de Lisboa que não tinham a mínima comparação com aquilo que ali se apresentava. -----

----- A Comissão pensa que é necessário dar uma solução definitiva à situação. Na Comissão, por unanimidade, pensam que as pessoas mereciam mais consideração porquanto têm sido de uma paciência inaudita perante sucessivas Câmaras, perante a Assembleia Municipal, perante toda a gente, com uma humildade extraordinária para tentarem resolver os seus problemas, pagando pontualmente tudo aquilo que era necessário pagar, organizando a sua rua o melhor que podiam e sabiam, portanto a Comissão entendia que essas pessoas tinham que merecer da Câmara uma consideração que não têm tido até agora. Houve várias promessas nos mandatos anteriores, neste mandato a própria Comissão também já disse que iria fazer tudo para lhes resolver o problema, mas era um facto que elas não tinham o problema resolvido.

----- E teriam que ser objectivos! Era evidente que deitar tudo abaixo e construir algures habitações para aquelas pessoas, era uma obra ciclópica que não seria resolvida nos próximos anos e traria problemas incríveis em relação a compromissos e a situações com todas aquelas pessoas. -----

----- A Comissão, sendo certo que não tinha nenhum especialista em arquitectura, por aquilo que viu entendia que com uma actuação cuidada, como, aliás, já foi feito noutras áreas da cidade, rectificando aquilo que era de rectificar, poder-se-ia dar alguma ordem àquela rua para a legalizar através de uma alteração simplificada do PDM, premiando, assim, as pessoas pela sua paciência e pela sua grande vontade em que o problema se resolvesse de uma forma pacífica e correcta, porque eles mereciam, e também a Assembleia, como a Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana mereciam que a Câmara desse uma rápida atenção a essa situação e a resolvesse no mais curto espaço de tempo. -----

----- A Comissão estava disponível para acompanhar, para ajudar, para ser interlocutora junto de quem quer que fosse, mas pediam, com muita força, que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão e os respectivos serviços resolvessem essa situação o mais depressa possível. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que o trazia a intervir o assunto que acabava de ser explicado pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, mas não se queria repetir, apenas desejava registar três ou quatro notas. -----

----- Agradecer aos Deputados Municipais da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana o seu empenho e envolvimento nesse assunto, tendo já realizado, como foi dito, uma audição aos moradores da área e feito uma visita ao local e alguns desses moradores estavam ali hoje novamente presentes. -----

----- Mas desejava recordar a alguns dos Srs. Vereadores, especialmente à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, a recomendação aprovada na Assembleia, por unanimidade, no dia 30 de Novembro de 2004, onde se recomendava à Câmara Municipal que se empenhasse nesse processo com vista a concretizar os legítimos anseios dos moradores da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros. -----

----- Disse, depois, que o que a Junta de Freguesia e os cerca de 300 moradores daquele bairro esperavam, da Sra. Vereadora e dos serviços, era que tivesse início um verdadeiro processo tendo em vista encontrar uma solução para esse problema. O bom-senso dizia que todo o processo deveria ser participado desde o início pela Junta de Freguesia e pelos principais interessados, os moradores. Desejava convidar a Sra. Vereadora a visitar o local, pois as decisões ganhavam maior legitimidade quando saíam dos gabinetes e iam para o terreno sentir a realidade e dialogar com a população. -----

----- A Junta de Freguesia de Carnide não aceitaria uma solução para esse problema que não fosse devidamente estudada e trabalhada em conjunto, envolvendo a população e a autarquia local, Junta de Freguesia. A Sra. Vereadora contava com a total disponibilidade da Junta para encontrar uma solução urgente e justa para essa

situação, mas teria a frontal e enérgica oposição se avançasse para um processo não participado pela Junta de Freguesia e pelos moradores. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que intervinha para reforçar o que foi dito pelo Presidente do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima, da sua freguesia. No ano de 2002 a Câmara entrara em conversações para que debaixo do campo de jogos da colectividade fosse construído um silo, depois passara para a EMEL a construção desse mesmo silo, e até hoje nada foi dito à Junta de Freguesia nem à colectividade se se iria construir ou não o campo de jogos e o parque infantil que estavam previstos. ---  
----- O silo estava praticamente feito, brevemente com certeza seria inaugurado, a Junta de Freguesia entregara na Assembleia Municipal um requerimento, em Março de 2003, pedindo à Câmara que informasse o que iria fazer naquele espaço mas até hoje apenas o silêncio, nada mais. A Junta, portanto, continuava sem saber o que se ia ali fazer, além daquilo que já lá estava que era um silo com 355 lugares de estacionamento. -----

----- Portanto, o que queriam era que a Câmara dissesse, à Junta e à colectividade, se realmente iria acatar aquilo que o IPAAR neste momento dizia, que era fazer o parque de jogos, e, se assim era, quais eram as alternativas que dava à população da freguesia, nomeadamente ao Centro Cultural Dr. Magalhães Lima, e se não fazia ali o parque infantil onde era que o ia fazer uma vez que o Dr. Pedro Santana Lopes, na Sessão de Câmara em que ela tinha estado presente com o Presidente da colectividade, se comprometera a fazer esses dois equipamentos para a população. -----

----- Disse que às vezes esqueciam-se que as freguesias pequenas, como era o caso da sua, não tinham equipamentos. São Miguel não tinha um único equipamento desportivo para as crianças da freguesia, o que era lamentável, era triste, e era ainda mais triste porque o tinham e iam deixar de o ter. Por vezes riam-se quando se colocavam estas questões, parecia que elas diziam respeito apenas ao vizinho, não tinham nada a ver com eles, mas pessoalmente ficava muito incomodada com a falta de apreço por essas coisas porque era muito sensível a estas situações nas outras freguesias também. -----

----- No seu entender, a Câmara Municipal de Lisboa, que independentemente de qual seja o Executivo é uma pessoa de bem, não podia nem devia dizer que fazia e depois dar o dito por não dito. Não podia nem devia fazer isso porque se não fosse julgada agora seria julgada nas próximas eleições. Isso pagava-se caro! E mais caro ainda porque os jovens da sua freguesia não tinham nada. O Porto de Lisboa ia deitar abaixo os pavilhões que existiam onde havia um equipamento cedido à Junta para os jovens fazerem ginástica quando chovia, o campo de jogos do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima ia também abaixo, espaços dentro da freguesia não havia, alternativas se calhar nem sequer foram procuradas, respostas à Junta desde Março de 2003 foi zero, e a verdade é que era tão eleita como o Dr. Pedro Santana Lopes, merecia tanto que ele lhe respondesse como ele merecia que ela lhe respondesse quando ele se lhe dirigia, mas há três anos que a Câmara não dizia nada à Junta de Freguesia sobre essa matéria.

----- Por tudo isso, agradecia que o Sr. Vereador Pedro Pinto, que nesta altura estava a representar a Câmara, tomasse nota desta situação, que visse que as pessoas que ali intervinham eram pessoas que trabalhavam, eram pessoas de bem que mereciam respeito e mereciam respostas. Aliás, o Centro Cultural Dr. Magalhães Lima reservava-se até no direito de processar a Câmara Municipal por incumprimento, mas era mau que se chegasse a essa situação sem se resolver o problema dos jovens da freguesia. Deviam falar para se chegar a um acordo em termos de espaços alternativos, porque, a não ser assim, certamente o Centro Cultural Dr. Magalhães Lima faria junto dos tribunais as diligências necessárias para defender os seus direitos e a Junta de Freguesia, por seu lado, informaria a população de Alfama, ou em comunicado, ou em jornal de parede, fosse no que fosse, para dizer à população o que a Câmara estava a fazer, ou antes o que não estava a fazer para os jovens da sua freguesia, que não eram muitos mas mereciam ser tratados como os jovens das outras freguesias. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que estava a Assembleia Municipal novamente confrontada com várias moções que respeitavam ao Túnel do Marquês, e queria ali reafirmar, em nome do Grupo Municipal do PS, que o PS não tinha duas políticas: uma quando estava na oposição e outra quando estava no Governo, naquilo que respeitava, evidentemente, ao Governo da República, porque aquilo que o Grupo Municipal do PS exigia ao anterior Governo era a mesma coisa que entendia que devia continuar a exigir ao actual. -----

----- Disse que o Túnel do Marquês era a maior das trapalhadas da gestão do PSD, da gestão do Dr. Santana Lopes e do Prof. Carmona Rodrigues, porque se o Dr. Santana Lopes foi o mentor dessa obra, foi o homem que prometeu durante a campanha eleitoral, colocara *outdoors* dizendo “aqui vai nascer um túnel”, o Prof. Carmona Rodrigues foi o “pai do Túnel”, foi quem planificou o lançamento do caderno de encargos, foi quem idealizou a obra do ponto de vista técnico, e a verdade era que quer um, quer outro, eram os responsáveis por essa grande trapalhada, a trapalhada das trapalhadas. -----

----- Ela começou com o concurso público que foi anulado porque ninguém oferecera aquilo que era pedido no caderno de encargos, continuou com a alteração desse caderno de encargos desorçamentando as obras previstas para o próprio Túnel para a obra poder ser adjudicada directamente a uma determinada empresa. Continuou depois com as sucessivas alterações ao projecto do Túnel, que embora fosse de concepção/construção não poderia ser completamente alterado e passasse a ser uma coisa completamente diferente daquela que foi apreciada pelo Tribunal de Contas. E foram as sucessivas vezes que a Câmara olímpicamente ignorou as recomendações da Assembleia Municipal para que se procedesse ao Estudo de Impacte Ambiental. -----

----- Foram as reacções históricas face à primeira decisão do tribunal, quando se tentou convocar uma manifestação popular de apoio a partir dos próprios gabinetes da Câmara Municipal, a seguir foi a forma como olímpicamente se começaram a ignorar as conclusões do próprio Estudo de Impacte Ambiental que entretanto a Câmara foi obrigada a mandar fazer, que recomendava 40 medidas para que o Túnel pudesse ser

considerado ambientalmente favorável, e, finalmente, do ponto de vista negativo, a cereja em cima do bolo foi, a quatro ou cinco dias das eleições legislativas, um Secretário de Estado de um Governo já demissionário e de gestão anular o Despacho que requeria a necessidade do Estudo de Impacte Ambiental. -----

----- Portanto, para o PS não estava clarificado nem estava garantido que o Túnel a construir, tal como estava, sem a implementação das 40 medidas que o Estudo de Impacte Ambiental, encomendado pela própria Câmara, propunha que se fizessem, tivesse as condições necessárias do ponto de vista da segurança ambiental e até do ponto de vista da segurança das pessoas. -----

----- E, nessa perspectiva, aquilo que o PS propunha à Assembleia Municipal era que se recomendasse ao actual Governo que retomasse o processo de avaliação de impacte ambiental, obviamente se tal fosse constitucionalmente possível. Por essa razão, o PS, muito naturalmente, votaria a sua própria Moção como também votaria as moções das outras forças políticas que requeriam a retoma deste processo. -----

----- **O Deputado Municipal João Martins (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV, com a recomendação que apresentou sobre o Chafariz das Terras (Moção n.º 12) pretendia dar expressão ao movimento de cidadãos promotores do abaixo-assinado para a recuperação desse chafariz, encostado ao Aqueduto das Águas Livres, mesmo ao lado do arco que comunicava com a Rua do Paul. -----

----- A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais tinha dúvidas se era ou não um monumento classificado, tinha consigo uma nota que dizia que o chafariz ou estava classificado globalmente com o Aqueduto das Águas Livres – Decreto de 16-6-1910 – ou estava abrangido pela sua zona de protecção. Inclusive tinha uma placa a indicar a construção no ano de 1864 e a sigla da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, o PEV pretendia que a Moção fosse aprovada para que fosse reconstruído esse chafariz, visando-se também colmatar a ausência de mecanismos de auscultação das populações, mecanismos esses para aferir o incumprimento de promessas e compromissos assumidos pelo actual Executivo camarário, como era, por exemplo, o Conselho Participativo para a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE, em primeiro lugar, queria fazer duas referências à intervenção do público, referências essas muito rápidas porque o tempo não lhes permitia mais. -----

----- Disse, então, que os preocupava a atitude que a Câmara mantinha em relação à Av. de Ceuta/Norte, porque aquela área da cidade não poderia continuar a ser tratada como se fosse uma espécie de quintal dos fundos onde tudo se depositava, mas aquilo que era absolutamente necessário tratar era constantemente protelado. -----

----- Por outro lado, estavam também muito preocupados com a situação do espaço do Cinema Europa, a cultura da cidade teria que ter outro tratamento, e essa era uma questão inequívoca para a afirmação de Lisboa no contexto da rede urbana nacional, e também internacional. -----

----- Disse que o BE subscrevia a generalidade das moções que foram apresentadas, não tinham divergências essenciais em relação a elas. Mas queria-se referir a três em especial. -----

----- Em primeiro lugar, para dizer que subscreveram o voto de pesar pela morte do Papa João Paulo II, porquanto se identificavam com a manifestação de pesar que aí estava expressa, e valorizavam, de forma muito sincera, os sinais do seu pontificado na procura de um maior ecumenismo religioso, da denúncia das equidades da globalização neoliberal e também da defesa da paz, nomeadamente contra a agressão ao Iraque. Mas da tribuna da Assembleia Municipal, que é a pluralidade da cidade, não podiam deixar de dizer também – deviam dizer mesmo – que não se reviam no papel que dedicara à mulher, dentro e fora da Igreja, na concepção desconfiada sobre a sexualidade, inteiramente desajustada do presente, nomeadamente sobre a interdição do uso do preservativo. O BE pensava que essas concepções, de que apenas queriam dar este exemplo, colocaram a Igreja numa posição conservadora insustentável. -----

----- No entanto, com toda a sinceridade, apresentavam aos católicos da Cidade de Lisboa as suas condolências pela morte do Papa João Paulo II. -----

----- Sobre a retoma do Estudo de Avaliação Impacte Ambiental relativo ao Túnel do Marquês, disse que tinham na Moção que apresentaram os motivos que os levaram a apresentá-la à Assembleia, pois parecia-lhes inteiramente justo que o actual Governo retomasse esse processo. As questões que o estudo levantou não foram respondidas ainda, portanto era necessário que essas respostas fossem dadas e neste momento era no actual Governo, de maioria absoluta do PS, que estava a resposta e esperavam que assumisse as suas responsabilidades. -----

----- Sobre as moções do BE relativas à democracia participativa, disse que desde o início deste mandato a Assembleia tinha vindo a discutir o problema da necessidade absoluta de aumentar a participação cidadã no Município de Lisboa. Mas as propostas que têm feito e que a Assembleia aprovou, por unanimidade, para que fossem levadas à prática, não têm tido correspondência no Executivo municipal, o que lamentavam em absoluto. Inclusivamente, a Câmara Municipal subscrevera a Carta de Aalborg há cerca de um ano, e comprometeu-se, em termos internacionais, à aplicação dessa medida da Agenda XXI Local, e a aplicação desse plano deveria estar concluída já em Maio. No entanto, não tinham qualquer notícia, a Câmara nem sequer divulgara publicamente a assinatura da Carta de Aalborg, o que lamentavam inteiramente. Parecia-lhes que a Câmara tinha dois pesos e duas medidas em relação à participação cidadã no Município, pois nos areópagos internacionais dizia que era muito participativa e estimulava a cidadania, e depois, na prática, nada fazia na Cidade de Lisboa nem sequer divulgava aquilo que assinava internacionalmente. -----

----- Portanto, o BE condenava a política da Câmara relativamente a essa matéria, e dizia, desde já, que na próxima Sessão da Assembleia Municipal apresentariam propostas relativamente a essa questão. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por se referir ao Cinema Europa dizendo que estavam a trabalhar no sentido de preservar o edifício e dar-lhe uma outra ocupação, que poderia ser mista. Todos os processos existentes na Câmara relativamente à construção ou alterações foram indeferidos, portanto neste momento estavam a tentar um acordo

com o proprietário no sentido de manter o edifício dando-lhe usos compatíveis com as necessidades do bairro. Portanto, também a parte cultural com certeza! -----

----- Relativamente à Azinhaga dos Lameiros, disse que ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia já foi apresentado um projecto, que, enfim, ainda estava em estudo relativamente à resolução dessa questão. Aliás, na própria Assembleia Municipal esteve presente esse projecto numa exposição. -----

----- Era evidente que a Câmara queria resolver essa questão, como outras que ainda existiam em Lisboa em termos de áreas urbanas de génese ilegal, e têm estado a trabalhar nesse sentido para depois propor às populações, em conjunto com as respectivas Juntas de Freguesia, a resolução dos problemas, até porque eram áreas diferentes que teriam que ter soluções diferentes já que tinham dimensões também diferentes. -----

----- Portanto, esse projecto seria brevemente apresentado à população porque estava já em condições de se poderem fazer propostas. -----

----- Sobre o Chafariz das Terras, disse que todos os chafarizes que tinham água da EPAL eram propriedade dessa empresa. Nos termos da Lei do Património quem era proprietário é que tinha que preservar o património, a Câmara estava em conversações com a EPAL para a reabilitação de vários chafarizes, mas isso teria que ser feito de acordo com a empresa até porque a Câmara não tinha recursos ilimitados. Agora, consideravam que era importantíssima a recuperação do Aqueduto das Águas Livres assim como todos os chafarizes a ele ligados, porque, no fundo, era um monumento nacional e interessava preservar a História. -----

----- Relativamente à casa de Almeida Garrett, disse que a casa onde morreu o Visconde Almeida Garrett era uma questão que já vinha de trás, portanto quando falavam de trapalhadas também isso foi uma trapalhada que convinha esclarecer. Trata-se de uma casa do século XIX em relação à qual até ao momento não houve nenhuma proposta para classificação ou inventariação que levasse à sua preservação, o que foi pena, e nesta altura existia um projecto, que já foi deferido, projecto da autoria do Arqtº Manuel Taíña que teve da parte dos serviços da Câmara, que era quem tinha que se pronunciar sobre essa matéria, pareceres positivos no sentido do edifício ser substituído por outro. -----

----- Portanto, em termos urbanísticos não havia legislação nenhuma que obrigasse a Câmara ou os privados a manter edifícios, que neste caso até não era um edifício, mas passava a dar alguns dados. -----

----- Portanto, como referira, não existia nenhuma proposta, quer no IPPAR, quer na Câmara, relativamente a inventariação, já nem dizia classificação, da casa onde morreu Almeida Garrett. -----

----- Em 19 de Março de 2001 houve um despacho favorável, relativamente a um pedido de informação prévia, da anterior Vereadora responsável pelo Pelouro do Urbanismo. Em 22 de Junho de 2000, a Comissão da estrutura consultiva prevista no n.º 2 do artigo 4º do Regulamento do Plano Director Municipal foi consultada relativamente à demolição do edifício, e deu parecer favorável. Mas era bom lembrar que o edifício já não era edifício porquanto ruíra há muito tempo! Servia de abrigo a

toxicodependentes e aos sem-abrigo, portanto não era uma casa/museu nem nunca poderia ser. Seria, eventualmente, uma fachada a preservar porque o resto que deveria ser preservado, os interiores e a casa em si, isso já desapareceu há muitos anos. -----

----- Disse que o pedido de licenciamento entrou na Câmara em 27 de Dezembro de 2001, foram consultados os serviços de monitorização urbana, o Departamento que tinha a ver com a preservação do património, e todos deram pareceres técnicos no sentido de que o projecto a fazer no local era um projecto de autor, uma mais-valia em termos arquitectónicos. -----

----- Há pouco tempo recebeu um ofício do IPPAR a dizer que iam propor ao Conselho Consultivo a classificação do edifício. As licenças de demolição e de construção estavam emitidas, a classificação, conforme a legislação portuguesa, não tinha efeitos retroactivos, e quem era obrigado a preservar era o proprietário. Portanto, já sabiam quem era o proprietário, já sabiam quem era o autor do projecto de arquitectura e sabiam o estado em que se encontrava o edifício. -----

----- Foi também o Departamento da Cultura da Câmara, mas não se alargava nessa matéria. Estava a falar da questão em termos urbanísticos e nessa matéria referia que não havia nem há legislação nenhuma que impedisse a Câmara de emitir a licença. Quem teve de ser ouvido foi ouvido, e neste momento a questão era o Estado, eventualmente, comprar o edifício para lhe dar outro uso, isto se fosse provado o seu interesse público. -----

----- Por sua parte achava interessante que o Estado comprasse o edifício e fizesse a Casa/Museu Almeida Garrett, até porque já existia uma no Porto e era mais fácil em termos de Ministério da Cultura fazer a transferência de objectos de espólio ligado ao Almeida Garrett. -----

----- Neste momento era impensável andar para trás em termos urbanísticos, mas em termos culturais poderiam sempre as pessoas intervir em qualquer altura. -----

----- Lembrou também que a Câmara estava a tratar da casa dedicada ao Eça de Queiroz. Portanto não estavam alheados quanto à construção de equipamentos culturais ligados à memória dos escritores portugueses, mas relativamente à Casa/Museu Almeida Garrett a demolição já tinha sido autorizada há muito tempo, pelo que andar para trás seria um investimento enorme que a Câmara teria que fazer que entenderam não ser prioritário. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa**, no uso da palavra, disse que a Vereadora Eduarda Napoleão já praticamente clarificara a posição do Executivo relativamente ao enquadramento da casa Almeida Garrett. Evidentemente enquadrou-o sobretudo do ponto de vista da política urbanística, e depois, dentro do seu enquadramento, falou também das prioridades da Câmara do ponto de vista dos recursos financeiros da autarquia. -----

----- Mas desejava clarificar um pouco a questão porque a posição que tem vindo nos jornais relativamente ao Pelouro da Cultura tem sido um pouco vaga e um pouco ambígua, e por isso mesmo passava a referir a posição da Câmara. -----

----- Disse, então, que era óbvio que qualquer pessoa que fosse à Rua Saraiva de Carvalho e visse a casa onde Almeida Garrett, segundo documentos que tinham, viveu



escassos meses mas morreu aí, repararia que aquela fachada, do ponto de vista arquitectónico e do ponto de vista patrimonial, não tinha um valor que justificasse a sua classificação enquanto imóvel de interesse público nacional, e mesmo também não foi considerada de interesse público municipal. Mas era evidente que quando lá chegavam todos eram sensíveis ao charme da casa que, obviamente, lhes lembrava o século XIX e os reportava a uma época. -----

----- Agora, uma coisa era serem sensíveis a esse aspecto e outra coisa era a situação em que a questão se encontrava. Foi autorizada a demolição, o proprietário, no seu pleno direito, apresentara para ali um projecto que parecia que era bom, etc., etc. Como também era sabido neste momento ainda poderia ser pensado, na sequência de vários movimentos em torno da defesa da memória de Almeida Garrett, que se refizesse um novo projecto, mas que teria que ficar a cargo dos privados ou então do Ministério da Cultura que certamente tinha que acarretar com esses encargos, de forma a que se pudesse preservar a fachada. -----

----- Passando à questão do ponto de vista cultural, disse que todos sabiam que Almeida Garrett foi uma das figuras maiores da cultura portuguesa, simplesmente, segundo pensava, a memória dele ultrapassava muito a preservação de uma chamada casa/museu que não tinha hoje em dia condições e que já foi, enfim, uma coisa que hoje, dentro de uma política cultural, tinha um significado maior. A memória dele estava ligada, isso sim, ao Teatro Nacional, primeiramente intitulado Teatro e Casa Garrett, estava ligada ao Conservatório, estava ligada ao Parlamento e à Assembleia da República, estava ligada à literatura portuguesa onde deixou obras maiores do romantismo e da renovação da linguagem, desde as “Viagens da Minha Terra”, ao “Frei Luís de Sousa” ao “Cancioneiro”, à poesia, etc. -----

----- Portanto, na sua opinião, o movimento de cidadãos deveria ser muito mais no sentido de protestar quando as universidades, as bibliotecas, a política cultural fosse do Ministério, fosse das autarquias, ou mesmo as televisões, não davam a divulgar quem foi a figura de Almeida Garrett. Não lhe parecia que fosse uma casa, sem espólio, onde se punham umas lembranças do Almeida Garrett que contribuísse, de facto, para a divulgação do movimento do romantismo e da figura do Almeida Garrett. Esse poderia ser um trabalho levado a cabo pelas bibliotecas, pelo Ministério da Cultura, pelas televisões, pelo Teatro Nacional e pelo Conservatório. -----

----- E dentro dos recursos da Câmara Municipal de Lisboa era preciso estabelecer prioridades. Não era porque existia ali ao lado a Casa Fernando Pessoa, que, de facto, era um equipamento cultural de excelência. E por que não se poder fazer conferências na Casa Fernando Pessoa? Não era uma casa que fosse exclusivamente dedicada ao poeta Fernando Pessoa, era uma casa dedicada à literatura onde se podiam hoje fazer sessões sobre o modernismo, o romantismo e muitas outras questões. -----

----- Disse, ainda, que dentro da política cultural da Câmara, a Casa/Museu Almeida Garrett não lhe parecia uma questão prioritária, até porque hoje em dia um museu, para exercer a sua vida cultural, tinha que ter serviços educativos, tinha que ter espólios, tinha que ter um conjunto de coisas que levariam a um tal dispêndio de recursos financeiros e humanos, que dentro de uma política cultural da Câmara não

lhe parecia prioritário. Por exemplo, quando agora estavam a retomar o Museu Bordalo Pinheiro, que estaria pronto em Setembro, o facto de estarem cingidos àquelas paredes foi porque realmente uma das contrapartidas que um poeta pôs para deixar à Câmara um espólio magnífico, foi exigir que o museu ficasse dentro daquelas quatro paredes, e, obviamente, isso limitava extraordinariamente a divulgação do Bordalo Pinheiro. -----

----- Portanto, quando tinham esta posição não era para minorar a figura de Almeida Garrett, mas sim porque a consideravam muito maior que o deixar a sua imagem ligada àquela casa, e porque divulgá-lo era um dever de muitas outras instituições que tinham essa importância. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que na sua intervenção inicial acusara a Câmara de falta de perspectivas culturais, e as intervenções das Senhoras Vereadoras vinham justificar plenamente aquilo que tinha dito. -----

----- Por um lado, a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão veio vistoriar o processo da casa, que todos já conheciam através da comunicação social. Veio dizer que era antigo, enfim, não trouxe nada de novo, acrescentando que a casa estava abandonada, não tinha espólio nenhum e que não tinha qualquer interesse arquitectónico. -----

----- Por outro, a Sra. Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa, veio dizer que a política da Câmara tem sido maltratada nos jornais – era curioso como fazia essa afirmação – ou que tinha sido pouco clara, e que não competia à Câmara divulgar a grande figura que foi Almeida Garrett como poeta, como escritor, como amante do teatro, a que deu um grande impulso, e que essa competência deveria caber mais a outras entidades, nomeadamente ao Ministério da Cultura. -----

----- A Câmara, neste momento, tinha um grande problema que era aquela casa ser rapidamente demolida se não actuassem com celeridade. Ela poderia não ter valor arquitectónico, podia talvez concordar com isso, mas poderia ser um repositório de toda uma memória de Almeida Garrett. A Sra. Vereadora dizia que não cabia à Câmara fazer uma casa/museu! Mas não foi isso que propuseram. O que propuseram era que se fizesse um estudo em colaboração com diversas entidades e se encontrasse uma solução para preservar aquela casa como um espaço de cultura e também de memória de Almeida Garrett. Mas, para já, era preciso suspender a ordem de demolição, e isso cabia à Câmara em primeiro lugar. -----

----- Portanto, o assunto não poderia ser encerrado pela Câmara, teria que se encontrar uma solução, não deviam reportar-se ao que se passou anteriormente, teriam que ver o futuro da casa. Estava ao alcance da Câmara desenvolver todo o processo com outras entidades, e era essa a proposta que faziam. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que o seu pedido de esclarecimento tinha a ver com a Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros e com aquilo que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão referiu há pouco, porque gostava de ver isso esclarecido com alguma clareza. -----

----- Perguntou se a Sra. Vereadora estava disponível a iniciar um novo processo, participado por todos, aceitando que outras propostas pudessem ser trabalhadas para além daquela que foi apresentada. Como a Sra. Vereadora sabia ele próprio foi convidado para uma reunião com a Sra. Vereadora e dois técnicos onde lhe foi apresentada uma solução, apenas trabalhada pela Câmara, que era uma solução definitiva. Ele sabia, como a Sra. Vereadora sabia também, que esse trabalho ia ser exposto na Assembleia Municipal sem sequer ser apresentado aos moradores, e foi ele próprio que solicitou que isso não acontecesse sem que primeiro fosse apresentado aos moradores, porque ele sabia, como a Sra. Vereadora também sabia, que a proposta da Câmara era deitar abaixo o bairro e não o requalificar. -----

----- Portanto, repetiu, a sua pergunta era se a Sra. Vereadora estava disponível a iniciar um processo que não fosse apenas a proposta apresentada pela Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que as intervenções das Sras. Vereadoras demonstraram que do ponto de vista da Câmara Municipal, tanto quanto lhes parecera, era um dado adquirido que nada havia a fazer no que respeitava à situação da casa de Almeida Garrett, já que, aparentemente, o que ali disseram foi que estavam perante uma situação sem retorno. -----

----- E a questão que desejava colocar, directa e frontalmente, designadamente à Sra. Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa, era se não estavam perante uma demissão da Câmara Municipal sobre essa matéria. Entendiam toda a argumentação que as Sras. Vereadoras apresentaram relacionada com o processo, mas havia o início do processo, o meio do processo e o processo ainda não se concluiu! E, tanto quanto era público, o proprietário já se disponibilizara para encontrar uma outra solução que passasse por preservar a memória. -----

----- Porque, se prescindiam de preservar a memória, Lisboa não tinha futuro e o PS queria que tivesse futuro. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por se referir à Azinhaga dos Lameiros dizendo que o que foi presente foi aquilo que a Câmara tinha e que, aliás, esteve na Assembleia Municipal para ser visto, até porque já tinha sido falado na Assembleia, portanto era para divulgar. Mas, como era evidente, era para ser agora discutido e se aparecessem propostas melhores, óptimo. Portanto não tinham dogmas sobre matéria nenhuma. -----

----- Sobre a questão da casa de Almeida Garrett, disse que lamentava imenso que ela não tivesse sido preservada, até porque a sua área de especialidade era o património e era evidente que lamentava que qualquer casa do século XIX fosse demolida! Agora, não estavam a falar de uma casa porque ela já estava em ruínas, era apenas uma fachada neste momento, aliás uma fachada em relação à qual havia “n” idênticas na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, em termos urbanísticos, e exclusivamente urbanísticos, neste momento estavam licenças emitidas na sequência de processos apresentados na Câmara que

seguiram os seus percursos e foram analisados em termos urbanísticos e em termos jurídicos, pelo sobre essa matéria a questão estava resolvida. -----

----- Relativamente ao património, disse que a arqueologia era importantíssima em Lisboa também. Registavam, fotografavam, mas algumas delas tinham que ser depois novamente enterradas, pelo que se interessava ficar o registo, se interessava ficar a memória, essa memória não era a casa em si mas a placa que lá estava. Portanto, era com actividade cultural que mantinham viva a memória e não com a fachada de um edifício com uma placa, porque a fachada tanto poderia ser aquela como outra porque o edifício já não existia. -----

----- Neste momento o edifício era propriedade privada, ele poderia ser adquirido, mas tinham um orçamento e tinham prioridades! Este era o seu ponto de vista pessoal. -----

----- Quanto à matéria da cultura disse que não queria avançar por aí porque a Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa responderia muito melhor que ela. Só falava em termos urbanísticos e neste momento custava muito voltar para trás, e mesmo assim era preciso que o proprietário quisesse. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que a Vereadora Eduarda Napoleão praticamente já disse tudo. Infelizmente era preciso definir prioridades, e, por um lado, não podiam criticar a Câmara por apresentar planos de actividades que ultrapassavam os orçamentos, e depois, por outro, criticá-la por não gastar dinheiro nos projectos que lhe apresentavam. -----

----- Como toda a gente sabia era evidente que essa questão da casa poderia ser resolvida com permutas, com dinheiro pagando aos proprietários, etc., mas era óbvio que do lado das despesas iam aumentando os gastos e as dívidas da Câmara Municipal de Lisboa, e realmente do ponto de vista de política cultural gostava que alguém lhe desse argumentos válidos para procurar manter uma fachada para divulgar a figura de Almeida Garrett na cultura portuguesa, quando, como já referira, Almeida Garrett estava muito para lá das fachadas, estava muito para lá de pequenas casas/museu. -----

----- Por outro lado, quando estavam a fazer obras numa hemeroteca, ou quando queriam preservar o São Jorge, ou as memórias do São Luiz, ou os “Parques Mayeres”, obviamente estavam a querer preservar memórias de um povo, memórias de uma vida cultural. Agora, havia sempre que fazer escolhas, e nessas escolhas preservar aquela casa enquanto elemento ligado a Almeida Garrett, parecia-lhe uma visão restritiva da cultura portuguesa, quer em termos de passado, quer em termos de futuro. -----

----- Disse, ainda, que se esses movimentos de cidadãos, como aconteceria certamente nos Estados Unidos, se cotizassem para criar um Clube de Amigos de Almeida Garrett, então nessa altura poderia haver outras soluções. Mas só lamentar a demolição da casa parecia-lhe curto. -----

----- Terminou dizendo que, em termos culturais, achava aquela fachada com enorme charme e também ela gosta de viver aquele ambiente ligado ao século XIX. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que gostava de felicitar o BE, nesta espécie de campeonato ou de superliga pela coligação

em 2005 com o PS, porque ao apresentar hoje sete moções ganhou, de goleada, ao PCP que apenas apresentou quatro. Portanto, era de felicitar o BE por esta sua jornada vitoriosa em que somara três pontos. -----

----- Depois, passando às moções, começou por referir que era caso para dizer que a oposição descobrira em 2005 a questão da casa de Almeida Garrett, que lá estava desde 1852. Era caso para perguntar entre 1989 e 2002 o que é que os partidos que então comandavam a Câmara Municipal de Lisboa fizeram para evitar a degradação a que essa casa chegou. Vinham agora, em 2005, exigir atitudes do actual Executivo, que eram difíceis de cumprir na medida em que a casa estava na esfera privada, quando durante 12 anos não ouviu ali uma única palavra de preocupação com o estado de degradação a que chegou a morada desse insigne português e escritor. -----

----- Relativamente às moções sobre o Túnel do Marquês, disse que o PS foi talvez o menos prudente na abordagem desta matéria, porque logo no primeiro parágrafo da sua Moção ficava claro qual era o objectivo da oposição em relação a esse Túnel. De facto, quando se apelidava na Moção essa obra, entre aspas, como obra do regime do PSD – e era bom que se dissesse que essa obra do regime foi sufragada maioritariamente pelos lisboetas quando votaram no Dr. Santana Lopes para Presidente da Câmara e no programa eleitoral que o PSD apresentou porque esse Túnel estava lá claramente previsto – o que a oposição ali pretendia era apenas evitar a concretização desse objectivo eleitoral. -----

----- Portanto, tudo aquilo que vinha sendo feito nesta matéria eram apenas manobras dilatórias que visavam empatar um processo para chegar ao momento da campanha e dizer que a obra do regime não foi concluída. -----

----- E se houvesse preocupações de segurança nessa matéria, que, aliás, preocupavam com certeza e deviam preocupar a todos, o PS e o PCP, no mínimo, tinham conceitos de segurança diferentes consoante estavam ou não no poder. Bastava lembrar a polémica que houve aquando da construção dos túneis da Av. da República e da cota anormal e insegura de inclinação que todos eles tinham, conforme foi denunciado na altura. -----

----- Por isso, vir agora com questões de segurança, invocando matérias que eram importantes, para procurar colocar, mais uma vez, um pauzinho na engrenagem para ver se galgavam mais algum tempo para que a obra não se concluí-se, era, de facto, notável. E era notável tanto mais quanto a não conclusão da obra apenas prejudicava os lisboetas. Já tinha sido assim com o atrasar da obra por várias questões judiciais que foram colocadas, os partidos que apresentavam ali moções sobre esta matéria ignoravam que havia uma decisão judicial que dava por terminado o problema, e vinham agora procurar ressuscitar a questão do Estudo de Impacte Ambiental para ver se a obra não se fazia. -----

----- Notava, porém, a prudência do PS, quando, ao contrário do parágrafo inicial, encerrava a sua Moção colocando, entre vírgulas, “se for juridicamente possível”, permitindo, naturalmente, que todas as interpretações possíveis fossem feitas. Porque se fosse entendido que era juridicamente possível e politicamente importante o estudo avançaria, mas se fosse entendido que era juridicamente possível mas não era

politicamente importante o estudo não avançaria. Era a prudência, era o PS como sempre os habituara dando uma no cravo outra na ferradura. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, depois de saudar o regresso do Deputado Municipal Saldanha Serra à Assembleia, disse que não podia concordar com algumas das suas afirmações. -----

----- Desde logo porque comparar o Túnel do Campo Grande com o Túnel do Marquês não tinha qualquer paralelo, não tinha qualquer razão, nem relativamente ao próprio declive. A extensão de um e de outro era completamente diferente, as circunstâncias eram diferentes. -----

----- Mas o que desejava focar principalmente era a questão dos riscos do Túnel do Marquês. Não foi o PCP, não foi o PS, mas foram muitas entidades da sociedade civil, especialistas, e até o próprio estudo técnico encomendado pela Câmara, que dizia que havia riscos graves e apontava 40 casos. Isso preocupava-os e preocupava a população de Lisboa, e era por isso que entendiam que o processo deveria ser tratado com o maior cuidado. Essa a razão porque hoje apresentaram uma Moção com uma proposta de acompanhamento pela Comissão Permanente de Urbanismo. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que, de facto, não havia paralelo entre os túneis da Av. da República – e não do Campo Grande como foi dito – e o Túnel do Marquês, que efectivamente era uma obra estruturante para a Cidade de Lisboa. Mas esperava que pelo facto de não haver paralelo não houvesse inveja por a actual maioria camarária estar a fazer uma intervenção estruturante para a cidade, com impacto extremamente positivo para Lisboa. -----

----- Portanto, que não se estivessem a invocar especialistas, quando, no mandato do Dr. Jorge Sampaio, também os mesmos especialistas alertavam para o perigo das cotas de inclinação dos túneis da Av. da República. Na altura viu o PSD, nomeadamente o Deputado Municipal João Maia, colocar ali essas questões, mas ao PCP e ao PS não os viu preocupados com esses problemas de segurança. -----

----- Por isso, cada coisa a seu tempo, coerência sobretudo, e que não se tentasse arruinar aquilo que a oposição designava por obra do regime, só porque era uma obra importante que constava do compromisso eleitoral do PSD, obra que a todo o custo a oposição não queria que se fizesse, não por ser a bem dos municípios de Lisboa mas por ser a bem da sua contabilidade eleitoral. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia apresentar a Moção n.º 13, que subscreveu em nome do Grupo Municipal do PCP, que se referia ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. -----

----- Disse, então, que todos sabiam da importância dessas duas datas, que se inscreviam na vida de cada um desde 1974, o 25 de Abril, por isso feriado e por isso também histórica e culturalmente parte de cada um, das suas vidas e daquilo que era programação de vida para o futuro. -----

----- Também era importante recordar aquilo que em 1886 se passou em Chicago com a vida de um conjunto de operários que lutaram por melhores condições de trabalho.

119 anos depois, em Portugal, o direito de negociação colectiva voltava a estar ameaçado por aqueles empregadores que ansiavam o regresso à lei da selva. A história também dizia que sem luta nada se conseguia e, portanto, era através da intervenção decidida, esclarecida e solidária de todos os trabalhadores que tinham que prosseguir.

----- Era isso que iriam assinalar no Dia Internacional do Trabalhador, em Portugal, e por isso mesmo a Assembleia Municipal, enquanto representante dos interesses e anseios dos lisboetas, só podia apoiar aqueles que lutaram tenazmente pela liberdade e pela justiça social e o continuavam a fazer pelo desenvolvimento económico, social, político e cultural do País, para que continuasse a produzir os seus frutos. -----

----- Leu, depois, a parte resolutiva da Moção, que dizia: -----

----- - “Saudar e manifestar o seu apoio às iniciativas populares e demais actos comemorativos do 25 de Abril e do 1º de Maio e apelar à população de Lisboa para que, uma vez mais, a elas se associe; -----

----- - Reafirmar os valores históricos da vitória da Liberdade e da Democracia na vida de todas e todos os portugueses, bem como daqueles que conosco vivem e trabalham; -----

----- - Exigir que o Executivo da Câmara Municipal da capital do país dê exemplo disso mesmo, na sua actuação com os trabalhadores e com os munícipes; -----

----- - Proceder à divulgação desta moção através de dois órgãos de comunicação social de âmbito nacional e dos meios ao serviço do município; -----

----- - Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- Seguidamente, depois de referir que o PCP ia votar favoravelmente todas as moções, disse, a propósito do que foi dito pelo Deputado Municipal Saldanha Serra sobre o número de moções apresentadas por alguns Grupos Municipais, que o PSD deveria também apresentar moções, seguir o exemplo da esquerda porque isso ficaria-lhe bem e para continuarem aquilo que era o bem da cidade importava que os munícipes vissem ali os seus problemas apresentados por todos. -----

----- Disse, ainda, que o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa apresentou uma Moção à Câmara, no dia 29 de Março, porque a nova opção dos responsáveis da Câmara Municipal em instalar os serviços do Departamento de Formação, Segurança, Higiene e Saúde e da Divisão de Segurança, significava um retrocesso. O Prof. Carmona Rodrigues tinha já deferido para essas instalações serem na Alameda das Linhas de Torres, n.º 156, o que mereceu o consenso dos trabalhadores. -----

----- Deixava esta questão à Câmara para que ela a clarificasse, porque foi também solicitada a intervenção no processo das autoridades competentes para a observância das condições indispensáveis das instalações dos referidos serviços. -----

----- Por fim, a propósito de uma intervenção feita há pouco onde se referiu que no passado era assim e agora era assado, disse que era seu entendimento que todos tinham que aprender com erros que eventualmente pudessem ser cometidos, porque perfeito só há um. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, depois de saudar o Sr. Presidente da Câmara que nesta altura entrava pela primeira vez na Assembleia Municipal depois de ter exercido o cargo de Primeiro-Ministro, disse que desejava iniciar a sua intervenção aludindo às várias intervenções do público que nesta reunião foram feitas. -----

----- Assim, começou por se referir à intervenção protagonizada pelo representante do movimento que se gerara em Campo de Ourique através do SOS Cinema Europa, dizendo que era um movimento em relação ao qual lhe parecia que, quer a Assembleia Municipal, quer a Câmara, não poderiam deixar de estar atentas porque ele demonstrava o sentir de uma zona importante da cidade, e merecia atenção o facto de terem sido recolhidas mais de duas mil assinaturas para que se reflectisse sobre o que se iria conseguir ou não para aquele espaço. -----

----- A propósito dessa matéria, e porque já trataram há pouco da questão da Casa Garrett e a Sra. Vereadora referenciara-lhes que um dos óbices era a titularidade privada, recordava que estavam de novo perante um caso em que a titularidade do património era privada, mas manifestamente parecia-lhes que não era isso que deveria obstar a Câmara Municipal a procurar encontrar uma solução, e do ponto de vista do PS era preciso que se procurasse essa solução na medida do possível. -----

----- Depois referiu-se ao problema da insegurança na zona da Ameixoeira dizendo que era uma questão que merecia muito a atenção de todos, e deveriam, quer a Assembleia, quer a Câmara Municipal, obrigar-se a repensar aquilo que era a actuação das forças de segurança na Cidade de Lisboa, designadamente a Polícia Municipal, e também aquilo que tinha a ver com o compromisso assumido pelo Executivo Municipal no que respeitava às esquadras da polícia, que foram um dos compromissos que faziam parte do acordo celebrado entre o Executivo municipal do PSD/PP e o PS para a viabilização do Orçamento de 2004. Sobre essa matéria valia também a pena reflectir o que aconteceu, merecia também a pena questionar o que foi feito e, ainda, merecia a pena também perceberem se houve ou não houve cumprimento das obrigações. -----

----- Do ponto de vista do PS, manifestamente estavam em presença de um facto em que houve total incumprimento das obrigações que estavam assumidas e, portanto, assistiam nesta matéria à violação de um acordo, como, aliás, já foi dito e denunciado várias vezes. -----

----- Ainda sobre as intervenções do público, disse que não podia deixar de tocar também na questão do Alto do Chapeleiro, porquanto era uma situação que merecia a preocupação da Assembleia e da Câmara Municipal já que tinha muito a ver com a qualidade de vida na Cidade de Lisboa. Tem sido um tema e uma preocupação recorrente da bancada do PS, iria continuar a ser manifestamente, era uma questão de que muito se falava na cidade e, infelizmente, estavam quase no final do mandato, ainda não era tempo de fazerem o balanço, mas, inquestionavelmente, os temas da qualidade de vida eram os que mais os preocupavam e em relação aos quais para os cidadãos de Lisboa houve mais falha do Executivo municipal. E a prova provada era



aquilo que no dia-a-dia podiam constatar que ia acontecendo um pouco por toda a cidade. -----

----- Sobre as moções, as que apresentaram e as que foram apresentadas por outras bancadas, disse que o PS apresentou uma sobre a Casa Garrett, como já tinha dito há pouco à Sra. Vereadora da Cultura não ficavam satisfeitos com o reconhecimento de que no passado mais deveria ter sido feito e não foi, não ficavam satisfeitos com a denúncia de que algo poderia ter sido feito e não foi, e não se calariam enquanto não fosse encontrada, agora, uma solução para o problema porque tinham que ter ambição e aquilo que a Sra. Vereadora disse foi que o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa não tinha ambição para a cidade. Essa era uma constatação de facto, foi dito pela própria Vereadora Manuel Maria Pinto Barbosa! Sobretudo porque, obviamente, a Sra. Vereadora subsumira as suas opções àquilo que eram as dificuldades orçamentais. O PS não se conformava com essa visão economicista da cultura na Cidade de Lisboa! -----

----- Respondendo a um aparte, disse que, como fazia sempre, ouviu a Sra. Vereadora religiosamente, não fez apartes, e sabia que a Sra. Vereadora não gostava que lhe fizessem apartes, portanto também não lhe ficava bem fazê-los. -----

----- Prossequindo a intervenção, disse que apresentaram também uma Moção sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio porque, manifestamente, estavam em presença de duas datas importantes, duas datas que muito diziam à cidade e ao País. O 25 de Abril era uma data fundadora da democracia em Portugal, foi a data que fundou o actual regime, foi a data que permitia que hoje estivessem ali, em liberdade, democraticamente, a trabalhar em prol da Cidade de Lisboa neste que era o Parlamento da Cidade, e, obviamente, era com enorme satisfação aquilo que foi a dádiva ao País dos Capitães de Abril. -----

----- Referiu, por fim, que desejava terminar esta sua intervenção com uma enorme saudação aos capitães que fizeram o 25 de Abril. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, depois de saudar o regresso do Sr. Presidente da Câmara, disse que a sua intervenção se prendia com três ou quatro pontos que foram abordados, mas começava por saudar a intervenção das Sras. Vereadoras porque quem assistiu a algumas notícias na comunicação social, bem como às moções, tinha ficado com um determinado entendimento sobre a questão da Casa Garrett, não obstante alguma demagogia agora trazida pelo Deputado Municipal Dias Baptista sobre essa matéria. -----

----- É que as Sras. Vereadoras disseram uma coisa diferente! Mas passava a explicar o que tinha entendido das suas intervenções. -----

----- Ou seja, face aos textos das moções apresentadas parecia que estavam em face de uma casa enquanto tal, isto é, com uma existência total e que de facto seria um crime não a preservar. Mas percebeu-se pelas intervenções, e naturalmente fazia fé nas intervenções das Sras. Vereadoras, que o que existia lá estava longe de ser uma casa devido à degradação, como, e bem, anotara o seu companheiro, Deputado Municipal Saldanha Serra, ao referir que a agora oposição quando foi maioria, durante doze anos, não preservara essa casa. -----

----- Mas deixando para trás o passado, aquilo que agora ficou bem evidenciado é que as prioridades tinham que ser estabelecidas em relação a um orçamento fosse ele qual fosse, e a existência desse património não justificava a intervenção no imóvel. E bem, como disse a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, quando se referiu à placa e à respectiva preservação da memória. -----

----- Portanto, tendo até um entendimento diferente sobre essa problemática, ficou esclarecido com as intervenções das Sras. Vereadoras sobre o problema que ali estava patente, pelo que o texto das moções lhe parecia agora desfasado. -----

----- Sobre a apresentação das moções, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra colocou o problema bem, porque, de facto, existia aí um campeonato na oposição para ver quem apresentava mais. Mas como ao PSD o que interessava era a apresentação de propostas para a Cidade de Lisboa, não participaram nesse campeonato de apresentação de moções. -----

----- Quanto à questão do Túnel, espelhada em várias moções, disse que já falara bastantes vezes sobre essa matéria e gostava de falar sobre ela. Numa determinada fase o problema era jurídico, a oposição citava até leis e artigos quanto à necessidade de sujeição à avaliação de impacte ambiental, e constatara-se, mau grado tudo isso, uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo que considerara não ser aplicável essa matéria. E hoje houve ali uma intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, bem como outra do Deputado Municipal Feliciano David, que pareciam induzir que o anterior Secretário de Estado do Ambiente por um simples Despacho alterara uma decisão judicial. Ficou no ar uma conversa muito nublosa que não tinha nada a ver com isso! -----

----- A interpretação que pessoalmente fazia da questão era que a oposição, naturalmente, evidenciou as decisões judiciais favoráveis sobre a matéria, o PSD sempre se reservara por respeito ao poder judicial e pela necessidade de assegurar o trânsito em julgado dessa matéria, portanto houve uma primeira decisão favorável à obrigatoriedade de sujeição à avaliação de impacte ambiental, e então a Câmara teve que dar execução à sentença judicial e procedeu à encomenda do Estudo de Impacte Ambiental. Depois houve uma segunda decisão, novamente favorável à necessidade de sujeição à avaliação de impacte ambiental e a Câmara novamente acatara essa decisão com a suspensão das obras. Até que, finalmente, apareceu a decisão do Supremo Tribunal Administrativo que considerara não ser necessário essa sujeição e conseqüentemente a razão óbvia era que o procedimento administrativo que tinha sido despoletado em virtude das decisões judiciais, com a revogação das mesmas caiu. E foi nesse sentido que houve um esclarecimento da anterior Secretaria de Estado no sentido de eliminar a sujeição da avaliação de impacte ambiental em virtude de que a razão de ser, o impulso dessa matéria procedimental, tinha sido por via judicial. -----

----- Agora, a oposição vinha colocar a questão do ponto de vista político para se repensar, e também a necessidade de sujeição às medidas do Estudo de Impacte Ambiental. Ou seja, havia agora a deslocação do parâmetro judicial para o parâmetro político, e daí aparecerem as moções que hoje apareceram, que, como já foi ali dito, teriam a ver com o tentar travar a engrenagem para pôr em causa a obra do regime.

Aliás, tanto assim era, que o PS apresentou, em tempo, uma Moção muito simpática que era a necessidade de manter a audiência pública, que como era sabido tinha que manter diversos prazos de uma série de dias úteis cada um, não obstante haver uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo que dizia não ser necessário a realização do Estudo de Impacte Ambiental naqueles termos. -----

----- Naturalmente era sempre possível um juízo de oportunidade, mas a avaliação de impacte era uma avaliação preventiva, portanto antes da realização da obra. Por isso, não era o “juridicamente possível”, era a questão da oportunidade política que estava em causa e era isso que aguardavam para ver se o Governo tomava essa decisão ou não. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que “campeonato” foi terminologia usada pelo Deputado Municipal Pedro Portugal, não por si, e acrescentou que aquilo que referiu eram as preocupações dos municípios de Lisboa que a esquerda ali trouxe e iria continuar a trazer. -----

----- Portanto, não se tratava de campeonato, isso foi o Deputado Municipal Pedro Portugal que referiu. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Pedro Portugal iniciara a intervenção acusando-o de demagogia na intervenção que tinha feito, depois não a continuou e realmente pensava que iria desnudar onde teria aplicado a sua demagogia, pelo que, não o tendo feito, ficou sem saber. -----

----- Mas gostava de o ajudar! Será que tinha sido demagogia da sua parte repetir aquilo que a Sra. Vereadora disse? É que, se era assim, a demagogia era da Sra. Vereadora e não sua visto que foi ela que afirmou que em termos de cultura não tinha disponibilidade orçamental para optar por fazer aquelas obras. Aquilo que a Sra. Vereadora assumiu foi que houve uma opção em termos de cultura, e a opção era que neste momento não se justificava fazer aquela intervenção. Foi isso que a Sra. Vereadora disse e por isso mesmo ele referira que faltava rasgo e ambição à Sra. Vereadora da Cultura, portanto ao Executivo municipal. -----

----- Relativamente à Moção que apresentaram sobre o Túnel, disse que o Deputado Municipal Pedro Portugal começou por criticar o PS por ser muito ofensivo e depois concluía criticando-o por ser muito defensivo. Era evidente que os termos eram complicados, percebia-se a intenção, a intenção era, obviamente, procurar juntar aí aquilo que era inconciliável, mas desejava dizer que o posicionamento do PS sobre esta matéria era exactamente o mesmo, não mudaram! Admitia que o Deputado Municipal Saldanha Serra, a quem também aproveitava por saudar porque esteve ausente da Assembleia noutras responsabilidades, portanto não acompanhou aquele que foi o evoluir do posicionamento do PS nessa matéria, mas o Deputado Municipal Pedro Portugal não esteve ausente, tem acompanhado o processo e sabia que o PS não mudou uma vírgula. -----

----- Aliás, como disse o seu camarada, Deputado Municipal Miguel Coelho, o posicionamento que tinham hoje era o que tiveram no passado, não houve qualquer

alteração no sentido de dizer aquilo que anteriormente foram dizendo só porque estavam agora no Governo. -----

----- Disse, por fim, que o Deputado Municipal Pedro Portugal pegou no Despacho mas depois fugiu dele. Não sabia porquê, se calhar teria entendido que era perigoso ir por esse caminho. O PS também achava, mas não foi agora, foi na altura! Na altura criticaram o Despacho de Sr. Secretário de Estado, José Eduardo Martins, porque o achavam perigoso. Percebia que o Deputado Municipal Pedro Portugal também o achasse perigoso e por isso não o quisera comentar, mas era bom que o comentasse porque nada obrigara o Sr. Secretário de Estado a ter proferido aquele Despacho. E ao contrário do que o Deputado Municipal Pedro Portugal concluía, a sentença, de que todos tiveram conhecimento, não obrigava à extinção da avaliação de impacte ambiental, foi esse Despacho que obrigou à extinção. E o PS dizia: conclua-se essa avaliação de impacte ambiental. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por, em relação ao Túnel do Marquês, perguntar se o Deputado Municipal Pedro Portugal se pretendia refugir em questões de ordem jurídica, que eram sempre importantes, mas se não o preocupava muito mais a segurança dos cidadãos de Lisboa e conseqüentemente a necessidade absoluta da Câmara responder às questões que eram colocadas pelo Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental. -----

----- Relativamente aos “campeonatos” disse que, como referira a Deputada Municipal Deolinda Machado, a terminologia era do PSD, mas perguntava se a falta de iniciativa política do PSD, a sua inacção e desorientação política na Cidade de Lisboa, poderia ser justificada com essa futebolização da terminologia, que pretendia desvalorizar o período de Antes da Ordem do Dia da Assembleia Municipal? -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em resposta ao protesto e aos pedidos de esclarecimento, começou por aludir ao que foi dito pelo Deputado Municipal Pedro Soares, que o acusou de esvaziar de falta de iniciativa, pedindo-lhe que visse o ponto 5 da Ordem de Trabalhos desta Sessão, que era um debate sobre a reabilitação urbana que foi pedido pela bancada do PSD, em Conferência de Líderes, uma matéria de interesse para a cidade. Portanto, como disse na sua intervenção, mais do que apresentar moções era apresentar propostas concretas na Ordem de Trabalhos para debate. -----

----- Sobre o Estudo de Impacte Ambiental, matéria referida pelo Deputado Municipal Dias Baptista, disse que não foi ele que apresentou a questão do ponto de vista jurídico. As primeiras moções que viu na Assembleia sobre essa matéria, era preciso que tivessem memória, citavam o artigo 7º, anexo 2, as alíneas a) e b), que depois se constara que era o tal túnel subterrâneo que tinha a ver com obras do Metropolitano ou questões ferroviárias, por analogia era uma parte da argumentação da sentença algures na 1ª ou 2ª Instâncias, e a oposição sempre se refugiara nessa parte taxativa para a necessidade do Estudo de Impacte Ambiental. -----

----- Portanto, o PS mudou! Mudou na fundamentação! Aliás, falou nisso, estava nas actas, e sempre avisou que não fossem pela linha da taxatividade porque essa obra não

se encontrava nos anexos da taxatividade, mas a oposição insistiu nesse ponto de vista. Por isso, não foi ele que trouxe a matéria do ponto de vista jurídico. -----

----- Agora, também dizia que a avaliação, ou a preocupação com as incidências ambientais, não tinha necessariamente que ser conseguida só através do procedimento da AIA. E em matéria de segurança, podia ver-se a questão dos túneis anteriormente construídos, que como bem ali foi referido também não tiveram AIA. Algumas das matérias teriam sido acauteladas outras não, mas também tinham inclinação e proximidade com as linhas do Metropolitano, matérias que só neste caso do Túnel do Marquês eram referidas. -----

----- Quando se referiam as sugestões do AIA, tal como o nome indicava eram sugestões, nada mais que isso, e daí poder haver autorizações condicionalmente favoráveis precisamente para ter em conta essas mesmas sugestões e as chamadas medidas mitigadoras que tinham como efeito a não viabilização da obra. -----

----- Naturalmente estavam de acordo quanto à questão da necessidade de segurança, esse era um pressuposto da realização do projecto e outra não poderia ser a solução, não era exclusivo que isso pudesse ser assegurado só em sede de AIA, o que significava que a matéria poderia ser assegurada no desenvolvimento dos trabalhos com o acompanhamento que a Câmara ali tem demonstrado, e tiveram na Assembleia, aliás, inúmeros debates sobre essa matéria e sobre a prossecução dos respectivos trabalhos, independentemente dessa questão procedimental e jurídica, que era importante mas que não foi ele que trouxe para o debate. -----

----- Sobre o problema da questão cultural, disse que no tocante à demagogia o Deputado Municipal Dias Baptista tinha razão porque, se calhar, depois afastara-se um bocadinho, mas realmente tinha a ideia que o Deputado Municipal Dias Baptista terminara a sua intervenção dizendo que não havia uma intervenção política, em termos culturais, na Cidade de Lisboa. E aquilo que a Sra. Vereadora transmitiu foi que face a opções que tinha que tomar a diversos níveis, e documentado, pelo menos assim o retirara da intervenção da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, aquele imóvel não justificaria uma intervenção em termos de opção do orçamento da Cultura. -----

----- Daí saltar para dizer que não havia qualquer iniciativa do ponto de vista cultural na Cidade de Lisboa, era esse salto que considerava que foi demagógico. Foi isso que ficou por esclarecer porque tentara embrulhar tudo à conta da questão da casa, que, de facto, aparentemente, parecia existir uma casa completa e com espólio a que agora a Câmara dava o sim para a sua demolição. -----

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, começou por saudar o Movimento de Cidadãos SOS Europa pela determinação, pela vontade e pela boa fé com que têm acompanhado o processo de sensibilização pela defesa do Cinema Europa e, sobretudo, pela forma como se apresentaram hoje na Assembleia para intervir no período destinado à intervenção do público. Eles não vieram trazer um documento cheio de coisa nenhuma, eles trouxeram ideias, trouxeram propostas, e isso era uma demonstração da sua vontade em serem participativos no sentido da responsabilidade. -----

----- E em relação a essa matéria terminaria assim: a Junta de Freguesia tem sido solidária na acção com esse Movimento, não só porque eram cidadãos de Campo de Ourique, não só porque o motivo era também o motivo da Junta, mas porque era muito bonito trabalhar com gente assim. -----

----- Disse, depois, que a Sra. Vereadora quando abordara o tema fê-lo de uma forma tímida, trémula, enfim pouco confiante na informação que estava a transmitir. -----

----- A Junta de Freguesia, na sua reunião de ontem, decidira pedir, com carácter de urgência, uma reunião à Sra. Vereadora para poderem abordar o tema, até porque a informação que lhes chegara, oriunda do representante da Sociedade Administradora de Cinemas, não coincidia exactamente com a informação ali trazida pela Sra. Vereadora. Na opinião dele não havia exactamente indeferimento total do projecto apresentado, o que havia era uma solicitação ao proprietário no sentido de que havia questões técnicas que era preciso alterar. E aí residia a dúvida da Junta: perante isso o que fazer? -----

----- Por outro lado, aceitando como boa a postura da Câmara sobre a possibilidade de permuta, tinham que considerar que o proprietário, Sr. José Carlos Pais de Sousa, tinha disso uma outra perspectiva, porque dizia: “sim senhor, permuta, mas permuta onde?”. E tanto quanto julgavam saber, pela conversa que tiveram com o senhor, a fasquia era muito elevada. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, começou por saudar o regresso do Presidente da Câmara eleito em 2001, esperando que a sua Junta de Freguesia pudesse continuar a avançar na melhoria das condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente numa maior vigilância nas zonas condicionadas, visto que a falta de fiscalização actual poderia pôr em causa aquilo que de bom se tinha feito. -----

----- Relativamente ao polivalente de Santa Catarina, inaugurado há quase um ano, concretamente no dia 25 de Abril de 2004, esperava também que rapidamente ultrapassassem os problemas que não permitiam que ele estivesse a funcionar para a população da zona. -----

----- Sobre a visita que a Comissão de Habitação e Reabilitação Urbana fez à Rua Particular, disse que da parte do PS havia toda a vontade que o processo andasse para a frente, e gostariam também que a Sra. Vereadora discutisse na Comissão o programa que tinha para responder aos anseios daquela população, que na realidade pagava tudo, IMI, taxa de esgotos, etc., estavam ali há já bastantes anos e após a saída da lei que permitia a regularização dos bairros de génese ilegal, a exemplo de outros concelhos, pretendiam ver os seus problemas resolvidos ainda neste mandato. -----

----- Disse, depois, que inicialmente se inscrevera para intervir sobre uma questão, que no fundo era uma sugestão ao Sr. Presidente, que ia no sentido de ver com a Câmara Municipal a hipótese de agora, no século XXI, passarem a ter suporte informático para os documentos que lhes eram enviados, porque, se reparassem, para esta Sessão tinham mais de um quilo de papéis cada um. Portanto, sugeria que fosse entregue um exemplar, em papel, a cada um dos Grupos Municipais e que a todos a documentação fosse distribuída em CD-Rom. Mas se alguns Deputados Municipais porventura não

quisessem isso, que fosse feita uma listagem dos que queriam, porque, pessoalmente, queria em sistema informático. Aliás, tinha até ideia que já tinha dado o seu *e-mail* pessoal aos serviços para esse efeito. -----

----- Em suma, pretendia que o Sr. Presidente fizesse um levantamento no sentido de saber quais os Deputados Municipais que queriam meios informáticos e quais os que queriam a documentação em papel, continuando, neste caso, a Assembleia a gastar os quilos de papel que gastava, o que hoje em dia, em pleno século XXI, era anedótico.---

----- **O Senhor Presidente** disse que não era a primeira vez que essa questão era levantada, pelo que se faria essa consulta aos Deputados Municipais e depois informaria a Assembleia dos resultados. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, depois de saudar o regresso do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, disse que foi ali levantada, no período da intervenção do público, a questão de um prédio que se encontrava embargado em Telheiras, mas não era só esse prédio que se encontrava embargado na zona, havia um outro na Estrada de Telheiras também já embargado há bastante tempo. -----

----- Pediu à Sra. Vereadora que analisasse essa questão, sabiam que tinha a ver com direitos, etc., mas era uma questão que já vinha do passado e se pudessem pôr-lhe termo melhorariam a qualidade de vida naquela zona. -----

---- Mas era bom referir que quanto à qualidade de vida os dois/três últimos anos muito contribuíram para aquilo que ali se verificava. Lembrava, por exemplo, a requalificação da Alameda Roentgen, a inauguração da Biblioteca Orlando Ribeiro que tem desempenhado um papel extraordinário em termos culturais, e também a questão da Rua Ventura Terra um espaço muito bem recuperado. E pela EPUL foi feito um trabalho extraordinário na Praça Central, foi recuperada a Igreja do Convento das Portas do Céu que era de salientar pela qualidade do trabalho ali efectuado e também pelo ajardinamento naquela zona. -----

----- Disse, depois, que se falou hoje ali muito de Almeida Garrett e, a propósito, não queria deixar de recordar também que existia no Lumiar uma casa ligada a Júlio de Castilho, que tinha um projecto já em estado avançado de concepção, pelo que pedia à Sra. Vereadora que não fosse esquecida a recuperação da casa onde viveu e faleceu Júlio de Castilho. -----

----- Sobre a segurança na Ameixoeira, disse que esse problema tinha a ver com a segurança na zona, e para essa segurança várias vezes ali tinha já apontado a necessidade da construção de uma Divisão policial no Alto do Lumiar. A Sra. Vereadora, através dos seus serviços, tem-no informado do estado em que se encontra o projecto para a construção dessa Divisão, mas talvez fosse altura para, em tempo não muito longo, conseguir lançar a primeira pedra da Divisão Policial no Alto do Lumiar, que efectivamente era um equipamento necessário para aquela zona já que a segurança era um bem essencial para qualquer cidadão. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, referindo-se à questão da casa de Almeida Garrett, disse que a Assembleia teria de

pensar se a Câmara deveria, ou não, deixar demolir a casa/memória de Almeida Garrett. -----

----- O PS considerava que era uma obrigação da Cidade de Lisboa preservar a memória de Almeida Garrett. Não se podiam esquecer que Garrett foi um dos primeiros românticos que no início da sua escrita seguiu a escola de Filinto Elísio. Mas seria que toda a gente se lembrava da obra de Almeida Garrett? Não era só nas escolas que se lembrava Almeida Garrett, a memória física também deveria ser preservada. -----

----- Muito resumidamente iria referir o percurso de Almeida Garrett para, segundo disse, alguém que estivesse um pouco mais esquecido do que foi a sua vida. -----

----- Disse, então, que Almeida Garrett nasceu nos finais do século XVIII, estudou Direito em Coimbra, teve um papel importante na Revolução de 1820, ocupou um cargo burocrático, foi obrigado a emigrar, a exilar-se, e só regressou a Portugal aquando da outorga da Carta de D. Pedro IV. E foi nesse seu primeiro período de exílio que escreveu os seus dois poemas narrativos: “Camões” e mais tarde o poema “D. Branca”. -----

----- Depois, quando regressou a Portugal no reinado de D. Pedro IV, foi jornalista, tendo, posteriormente, devido às suas ideias e opiniões, sido preso. Garrett era uma figura que não era apenas literária, era também a figura do democrata, do homem, da pessoa que lutou no século XIX por aqueles que não tinham voz. Isto era, em parte, aquilo que todos ali deviam fazer. -----

----- Sabiam que Almeida Garrett teve que voltar a emigrar por mais cinco anos, só regressando a Portugal para trabalhar sob a direcção de Mouzinho da Silveira. Mais tarde foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi ele que fundou o Conservatório Nacional, foi ele que fundou o Teatro Nacional e quem primeiro escreveu as peças para fazerem parte do repertório do Teatro Nacional. -----

----- Por tudo isso, e em particular pela memória desse inconformista, desse político, desse democrata, deveriam preservar a sua memória. Lisboa devia preservar a memória física de Almeida Garrett, porque ao preservar essa memória preservava a memória colectiva. -----

----- **A Deputada Municipal Virgínia Estorninho (PSD)**, Segunda Secretária da Mesa, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha uma admiração imensa por Almeida Garrett, mas não compreendia que o PS, tão preocupado hoje, não se tivesse preocupado em preservar a casa de Almeida Garrett no segundo centenário do seu nascimento, que se comemorou precisamente em 1999, debaixo de gestão socialista. -----

----- É que há seis anos a casa ainda poderia ter conserto e não ter ficado tão degrada, mas seis anos depois era muito tempo para essa memória e essa preocupação tardia. A si custava-lhe muito quando um imóvel ia abaixo, mas parecia-lhe que o PS se tinha preocupado pouco ou não estudaram a lição na altura. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que também Almeida Garrett, a par de Herculano e Eça de Queiroz, eram referências da sua juventude e de toda a sua vida. -----



----- Lamentava profundamente que em 1999 não se tivesse feito algo para preservar aquele espaço físico, mas nunca era tarde para corrigir. E não era por em 1999 não se ter feito alguma coisa por aquele espaço, que agora a Câmara, que se dizia tão preocupada com questões culturais, não o pudesse e não devesse fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, começou por agradecer à Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes ter refrescado a memória de todos sobre a vida de Almeida Garrett, acrescentando que ele também foi embaixador em Viena de Áustria e Londres, e que foi, de facto, um homem excepcional. -----

----- Numa nota de humor, referiu que dizia dele Alexandre Herculano que era um homem espantoso porque escrevia um livro numa semana e levava seis horas para se vestir e se arranjar para se apresentar em público. -----

----- Mas mais importante do que era Almeida Garrett para Portugal, ao até para Lisboa, era o que aquela casa representava para ele, e, salvo dados em contrário, o que aconteceu é que ele viveu lá uns meses e morreu lá. Poderia ter sido internado num hospital e ter morrido lá! -----

----- Portanto, a ligação de Almeida Garrett com aquela casa, no seu entender, não era suficientemente forte para se fazer agora, num processo já tardio e bastante caro com certeza, a recuperação dessa casa. -----

----- Não ia agora dizer se em 1999 teria sido possível ou não. Com certeza erros toda a gentia cometia, de um lado e do outro, não valia a pena que estivessem permanentemente a dizer isso, mas a verdade era que a si, pessoalmente, hoje parecia-lhe que já não era possível fazer essa recuperação, e nem havia valores que a justificassem. -----

----- Sobre a questão do Estudo de Impacte Ambiental para o Túnel do Marquês, disse que considerava duas coisas: primeiro, havia muita gente que sempre entendeu que não era necessário esse estudo, mesmo dentro do PS; segundo, e contrariamente ao eufemismo do Deputado Municipal Feliciano David, que falara num Parecer do Supremo Tribunal de Justiça, ele próprio o questionara sobre se o Tribunal emitia pareceres ou proferia sentenças e o Sr. Presidente da Assembleia foi salvá-lo dizendo que não valia a pena responder, quando a verdade era que havia uma sentença do tribunal a dizer que não era necessário esse Estudo de Impacte Ambiental. -----

----- E isso para si era importante e chegava-lhe para votar contra as moções sobre o Túnel do Marquês. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu o Sr. Deputado Ferreira Pereira e a Assembleia que perguntara ao Sr. Deputado Feliciano David se desejava responder à questão e que este Deputado respondera, fora do microfone, “Não vale a pena”, e que, então, repetira a frase, ouvida pela Mesa e pelos deputados que estavam mais próximos, para informar a Assembleia e para que constasse da acta da sessão. -----

----- Seguidamente, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, que era uma recomendação subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS,

PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, que era uma proposta subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, que era um Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo II, subscrito pela Mesa e pelos representantes de todos os Grupos Municipais -----

----- Terminada a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 6**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 8**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 10**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves.-----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 11**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PEV.-----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 12**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PEV.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 13**, subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PSD e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e a abstenção do CDS-PP e do PPM.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 14**, que era uma recomendação subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS,

PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 15**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 16**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, PPM e BE, votos contra do PSD e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 17**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- Seguidamente, terminada a votação das moções, o **Senhor Presidente**, depois de saudar o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, pelo seu regresso à Câmara e também à Assembleia Municipal, deu por findo o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 103/2005;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 130/2005;** -----

----- **Ponto 4 - Apreciação do Relatório apresentado pela Comissão Permanente de Educação, Juventude de Desporto, sobre a visita efectuada a equipamentos desportivos da cidade;** -----

----- **Ponto 5 - Reabilitação Urbana na Cidade de Lisboa;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 177/2005.**-----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 7 - Proposta 126/2005;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 143/2005;** -----

----- **Ponto 9 - Proposta 148/2005;** -----

----- **Ponto 10 - Proposta 149/2005;** -----

----- **Ponto 11 - Proposta 158/2005;** -----

----- **Ponto 12 - Proposta 161/2005;** -----

----- **Ponto 13 - Proposta 162/2005;** -----

----- **Ponto 14 - Proposta 163/2005;** -----

----- **Ponto 15 - Proposta 166/2005;** -----

#### **ORDEM DO DIA**

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei

5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por saudar a instituição Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, agradecendo as palavras que lhe dirigira. Já tinha tido ocasião de o saudar em contacto directo que estabelecera, assim como aos Senhores Líderes Parlamentares, mas queria renovar agora publicamente essa saudação e a expressão do seu respeito pela instituição e também, apesar das circunstâncias vividas e que faziam parte do desenvolvimento dos processos democráticos, expressar a satisfação por poder estar outra vez em contacto e em trabalho com as Senhoras e Senhores Deputados Municipais das diferentes bancadas da Assembleia Municipal. -----

----- Gostaria também de fazer uma saudação aos funcionários da Assembleia Municipal e de os cumprimentar. -----

----- Disse que a informação que queria hoje sintetizar reportava a um período de actividade da responsabilidade do Prof. Carmona Rodrigues como Presidente da Câmara em exercício, a quem queria também dirigir uma palavra de cumprimento, de respeito e saudação pelo modo como exerceu essas funções no tempo em que estivera com o mandato suspenso, por razões conhecidas. -----

----- Gostava de salientar, em relação aos pontos constantes da informação, para além daqueles que estavam na parte final e deixando os mais importantes para o último lugar, mas não podia deixar de fazer uma referência ao protocolo ainda hoje assinado quanto à primeira Taça Cidade de Lisboa, congregando os clubes mais representativos da Cidade relativamente às modalidades amadoras. Durante as próximas semanas iriam animar no plano desportivo a Cidade. -----

----- Fazer também referência, na parte ambiental, aos dados que eram trazidos e que seriam do conhecimento das Senhoras e Senhores Deputados Municipais, sobre a plantação de árvores nas zonas centrais da cidade e algumas substituições, nomeadamente na zona da Av. da Liberdade, que lhe parecia ser uma matéria merecedora de alguma atenção. -----

----- Uma referência também à inauguração das melhorias e benefícios conseguidos na Quinta Pedagógica, com o que ela representava para as populações de todas as faixas etárias, mas principalmente das faixas mais jovens da cidade e daqueles que a visitavam. Esses benefícios introduzidos, num trabalho que se prolongou por algum tempo, naturalmente que iriam aumentar a capacidade atractiva daquele importante espaço da cidade. -----

----- Uma referência ainda, quer ao início da construção, quer às chaves que foram entregues de empreendimentos de habitação social, continuando a política assumida por executivos anteriores e que era apanágio do Município, permitindo em várias zonas da cidade continuar-se esse trabalho atento aos que tivessem essa carência fundamental. -----

----- Uma nota aos investimentos na área da segurança, no respeitante a uma matéria que dera debate aceso aquando da discussão do Plano e Orçamento anteriores, o

investimento de cerca de 800 mil euros na aquisição de viaturas para o Regimento de Sapadores Bombeiros e também os exercícios de segurança. Nesse dia tinha havido um simulacro no edifício municipal do Campo Grande, umas semanas antes no Parque da Bela Vista, para aferir da capacidade de resposta a eventuais catástrofes ou situações que pusessem em risco a segurança e a vida das pessoas. -----

----- Permitia-se fazer um destaque a uma exposição, embora todas fossem importantes. A da Reabilitação Urbana, “Uma Nova Cultura de Cidade”, na Rua Garrett, vinha tendo muitos visitantes, aliás, o material exposto estava praticamente todo vendido. Também a de “Reconversão de Bairros Sociais e de Génese Ilegal”, eram exposições que mereciam a atenção dos lisboetas. Também a “Sentir Lisboa”, no edifício dos Serviços Centrais do Campo Grande. -----

----- A informação mencionava também o desenvolvimento dos trabalhos, que se vinham prolongando no tempo, da recuperação da Praça de Touros do Campo Pequeno. -----

----- Fazia-se referência aos trabalhos notáveis de reabilitação no Bairro Alto, em colaboração com a Junta de Freguesia da Encarnação, um trabalho empenhado da Unidade de Projecto do Bairro Alto e da Bica. -----

----- Não deixara de registar o que fora dito pela Sra. Presidente da Junta sobre uma necessidade de correcção do sistema de controle do tráfego em Bica e Santa Catarina, em relação ao qual se vinha verificando alguma tolerância excessiva, que levava a que esse aspecto e outros ligados estivessem a necessitar de aperfeiçoamento. -----

----- Para além desse trabalho na Freguesia da Encarnação, envolvendo edifícios de vários tipos e com várias utilizações, fazer também menção à inauguração do silo da Calçada do Combro. Não gostava do termo “silo”, mas esse estacionamento em altura na Calçada do Combro, permitindo 233 lugares de estacionamento, a juntar a todos os que já existiam ali na zona, era uma boa ajuda para fazer face à tarefa principal de preservação da segurança, da estética, da qualidade daqueles bairros e do que representavam para a Cidade de Lisboa. -----

----- Iria agora fazer uma menção aos pontos principais trazidos nas moções, relacionados com a actividade desenvolvida pela Câmara nas semanas anteriores e antes de mais gostava de dizer que, pela informação que tinha, havia já uma artéria com o nome do Papa João Paulo II na cidade. Era sugerido que fosse consagrado na toponímia o nome do Papa João Paulo II, mas talvez isso pudesse ser feito de outra forma e a Câmara ia reflectir sobre o melhor modo de perpetuar a memória de alguém tão significativo, independentemente da fé de cada um, na história contemporânea e daquilo que representou nas décadas passadas. Bastava lembrar a altura em que o Papa iniciou o seu pontificado e a idade que cada um tinha para se sentir a sua acção, independentemente da fé de cada um. -----

----- Sobre a questão da Casa Almeida Garrett, reafirmava aquilo que fora dito pelas Sras. Vereadoras. Estava-se perante um caso em que a solução era fácil e não ia fazer referências ao que se fizera atrás ou não, mas tinha havido muito tempo para reagir quando foi posto o pedido de informação prévia. Já tinham sido trazidas propostas de conservação de casas de outros escritores, era uma política que podia ser seguida, mas

neste caso eram os restos, para além da fachada. No entanto, parecia-lhe que este era um caso de solução fácil, dada a titularidade do edifício, que era pública, e a Câmara estava disposta a participar. Tinha notícias de que podia haver por parte do Governo uma acção que levasse o seu actual titular a tomar outra atitude, mas o processo estava na fase que os Srs. Deputados Municipais conheciam, com o pronunciamento por parte de todas as entidades competentes para intervir na matéria. -----

----- Nesses casos não se devia só reagir ao chegar a situações extremas e isso tinha acontecido com o Cinema Paris, agora com o Cinema Europa. Lembrava-se que o anterior Presidente da Câmara, Dr. João Soares, tinha feito um contrato no termo do seu mandato para que a exploração do Cinema Europa passasse para a Câmara Municipal e havia uma deliberação, que era pública, no sentido disso não acontecer, sendo que não houve nenhuma reacção. Neste momento havia e era compreensível, como houve também em relação ao Cinema Paris numa Junta de Freguesia de maioria social-democrata. Isso era comum, era geral e a política devia ser de actuar preventivamente, tentar preservar e não chegar a uma situação praticamente irrecuperável. -----

----- Quanto ao Túnel do Marquês, disse que gostava de dar uma palavra sobre essa matéria, até porque era o despacho do Secretário de Estado de um Governo de que foi Primeiro-Ministro. Esse despacho tivera em conta o facto de ter havido uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo sobre uma providência cautelar, e não confundia com acção principal, mas era sabida a posição do Poder Central, do Governo antecedente e do Governo que dirigira, sobre a obrigatoriedade ou não de feitura do Estudo de Impacte Ambiental. A questão era desejar-se ou não aos governos em funções, já este dirigido pelo Eng.º José Sócrates ou a outros, que se criasse o precedente, e era isso que fora ponderado pelo Secretário de Estado, de para todas as vias em zonas urbanas com duas faixas de cada lado, ou onde houvesse alguma analogia com ramais ferroviários, ter que ser feito um Estudo de Impacte Ambiental. Era um precedente que levaria muito longe, nomeadamente em termos de tempo, face à tramitação estabelecida para o desenvolvimento desses estudos. -----

----- O que tinha sido feito, com o respeito devido ao tempo de decisão das instâncias judiciais, foi feito o arquivamento depois de ser publicamente conhecida a conclusão do Estudo de Impacte Ambiental, no respeitante ao ambiente, onde as conclusões eram genericamente positivas e apontavam para a melhoria no aspecto do ruído, no aspecto da qualidade do ar, a vários níveis. Tinha várias recomendações em matéria de sinalização e outras que seriam seguidas, mas o que a população queria fundamentalmente era que aqueles trabalhos acabassem o mais depressa possível e que a obra fosse concluída. -----

----- Havia um critério que fosse quem fosse que estivesse preocupado com a segurança, e respeitava todas as preocupações, sempre muito importante para fazer a aferição dos padrões de segurança da obra, que era comparar o modo como vinha decorrendo o funcionamento dos túneis feitos até hoje em Lisboa e os cuidados que foram tidos na sua construção e ver aquilo que estava projectado para este túnel, que era 15 ou 20 vezes superior em termos de segurança, defesa do meio ambiente,

prevenção contra acidentes, verificando que podia haver tranquilidade total em relação a essa matéria, porque quer o do Campo Pequeno, quer o de Entrecampos, quer outros, apesar de acidentes que podiam acontecer em qualquer via, que era bom que não tivesse havido nenhum mas eram em número muito reduzido, tinham padrões de segurança ao nível do que era exigido para obras equivalentes. -----

----- Os cidadãos de Lisboa, quando ouviam falar nalgum processo que causasse dano às obras do túnel, deviam ficar com muita urticária e desejosos de que a obra acabasse o mais depressa possível. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, vinha referido na informação o acordo a que foi possível chegar, congratulava-se e tinha lido, ainda no exercício de outras funções, várias alusões que foram feitas ao acordo e ao carácter inovatório que fora alcançado em sede de Assembleia Municipal. Queria deixar claro, até para memória da própria Assembleia, que em Julho do ano anterior tinha sido votado um acordo com base no mesmo princípio, permuta dos terrenos da Feira Popular por terrenos do Parque Mayer. Havia uma diferença, que era o princípio do metro quadrado por metro quadrado, no qual a Assembleia Municipal fez finca-pé e parecia-lhe que compreensivelmente. -----

----- Tinha-se entrado então pela via da avaliação de cada um dos activos e o acordo estabelecido previa metro quadrado por metro quadrado de construção, indiciados para o Parque Mayer por equivalente na Feira Popular, com mais a obrigação para os particulares de, no resto do terreno da Feira Popular, fazerem o sucedâneo da Feira Popular em termos de inovação tecnológica, o que levava a um investimento completamente diferente, mais o pagamento das indemnizações aos feirantes. Portanto, o princípio estava adquirido pela Assembleia desde o ano anterior e o carácter inovatório fora no seguinte de dar um pouco mais aos particulares, nomeadamente no abandono do princípio metro quadrado por metro quadrado. -----

----- Tinha dito na altura e mantinha, que continuava a considerar um bom acordo, porque permitiria salvaguardar o Parque Mayer e fazer o ordenamento, aliás, estava já pronto o projecto de loteamento de todo aquele espaço da Feira Popular e estavam emitidos todos os pareceres dos serviços competentes. Na sexta-feira seria publicado na imprensa oficial e seguir-se-ia o período de inquérito público. -----

----- Vinha acompanhando a par e passo todo o desenvolvimento do processo, que permitiria a requalificação de dois espaços fundamentais em zonas estratégicas da Cidade de Lisboa e, como se lembrariam, no ano anterior esse acordo logrou-se por uma razão simples: desavenças entre os privados. Um dos privados, no caso a Bragaparkes, queria mais do que aquele acordo lhe concedia e houve a desavença entre os dois sócios principais dessa sociedade. -----

----- Não podia deixar de fazer essa referência para chegar à conclusão de que o acordo que merecera o consenso alargado, com a oposição do PCP, era na mesma um bom acordo e estava dentro dos parâmetros daquilo que podia, devia e queria considerar como um bom e importante acordo para a Cidade de Lisboa. Congratulava-se com o envolvimento da generalidade das forças políticas, respeitando a opinião de quem discordou. -----

----- Podia dizer que seria possível no mês de Maio, a bem da cidade, fazer a hasta pública dos terrenos, trabalhando ao dia, de manhã à noite e acompanhando de perto todos os assuntos, para que não atrasassem. Nessa matéria, queria registar que seria possível, com o reaproveitamento dos terrenos da Feira Popular, com o desenvolvimento do projecto da Av. das Forças Armadas, com a resolução da questão do Parque Mayer, com a aprovação do projecto do Arqtº. Fernandes Sá sobre o Plano de Ordenamento da Av. da Liberdade e Zonas Adjacentes, que estava entregue na Comissão de Coordenação Regional. Com esse Plano, a que se juntavam muitos outros concluídos ou ratificados, como o Plano de Pormenor da Artilharia Um, como o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental, também entregue na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, com os planos de cêrceas do Campo Grande, da Av. da República, da Av. Fontes Pereira de Melo, com o plano para Olivais-Velho, com a generalidade desses planos de ordenamento era possível e devia-se no próximo mês de Maio fazer o balanço e a equação daquilo que eram os instrumentos actualmente existentes e estudos que os sustentavam, nomeadamente quanto à revisão do Plano Director Municipal, dos instrumentos de ordenamento e planeamento urbanístico na Cidade de Lisboa, matéria na qual se dispunha já de uma série de instrumentos, quer ao nível de plano simplificado até ao próprio plano base, o Plano Director Municipal, que os devia encher de satisfação mas que exigia a participação empenhada de todos os cidadãos e das instituições interessadas na vida da cidade. -----

----- Chegados ao último ano do mandato, parecia-lhe que o Relatório de Actividades e Contas que seriam apreciados em breve permitiriam aferir do grau de execução, do cumprimento do programa com o qual a maioria na Câmara se apresentara às eleições de Dezembro de 2001 e que era o mais importante para qualquer força política, para qualquer cidadão empenhado na vida política, fosse de que quadrante fosse, era poder dizer, desde que respeitado o tempo de vida de cada mandato, que aquilo que prometera fazer fosse efectivamente feito no que de si dependia. Tinha a certeza que era o que importava aos cidadãos e forças políticas de qualquer quadrante ideológico ou partidário, na participação que tivesse em representação dos cidadãos. -----

----- Mais uma vez, deixo as minhas saudações, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, os meus cumprimentos e da bancada do PCP. -----

----- A informação escrita que estamos a apreciar, reflecte mais uma vez os insuficientes resultados de um mandato que se aproxima do seu termo, marcado por uma gestão casuística sem rumo nem estratégia. -----

----- Esta informação revela desde logo uma afirmação de fraca obra e muitos projectos que não se sabe em concreto no que vão resultar. -----

----- A informação deveria conter no essencial a obra realizada, quando afinal não passa de previsões e alguns projectos. -----

----- Este trimestre acentuou a já débil coesão da direcção política do executivo camarário, onde a instabilidade gerada por sucessivas e agora mais uma alteração



significativa na responsabilidades de cada vereador, no que se refere à descentralização de competências. -----

----- Nestas circunstâncias, com as mutações constantes, a gestão da cidade e a resolução dos problemas dos lisboetas ficam fortemente prejudicados, são relegados para segundo plano. Acrescem ainda que as intervenções e iniciativas realizadas não passam de acções marcadamente eleitoralistas. -----

----- Sendo preocupações dos eleitos do PCP a resolução dos problemas da cidade e dos seus cidadãos, vimos com apreensão a intervenção desta maioria, cujos objectivos a partir deste momento se situam apenas na propaganda e na utilização dos meios do Município com esse fim. -----

----- Neste sentido poderemos destacar nesta informação em que se tem a preocupação, até abusiva, de utilizar obras particulares, como se fossem realização camarária, sendo exemplo a obra de recuperação da Praça de Touros do Campo Pequeno e outras iniciativas de carácter particular. -----

----- Nesta desenfreada acção, já precipitada pelo horizonte eleitoral, quando afinal quase nada se fez durante os três anos de mandato, surgem agora em catadupa o lançamento de inúmeras empreitadas. Certamente que pela forma apressada, estas obras poderão ser prejudicadas em relação à sua qualidade de construção e de outras previsíveis anomalias. -----

----- Vamos ao concreto: mais uma vez a informação mostra o distanciamento entre a propaganda e realidade e a não resposta aos problemas sentidos. É bem visível pelo muito que se tenta fazer esconder com exposições, painéis e outros meios mediáticos. -----

----- É ou não certo que há muitas reclamações em relação ao trânsito, transportes públicos, à insegurança e marginalidade, à persistente e grave continuação do fenómeno da toxicodependência e do tráfico de droga e no seu alastramento na cidade? -----

----- Quanto à insegurança, ainda hoje aqui vieram as preocupações e sobressaltos das populações, neste caso da Ameixoeira, Galinheiras, sobre a grave situação que aí se vive. Onde estão as esquadras prometidas desde a última campanha eleitoral e até inclusas nos Plano de Actividades? -----

----- A degradação do espaço público, em particular os buracos nas ruas e nos passeios, a constatação da degradação dos fogos municipais, do ritmo lento da reabilitação urbana e da falta de repovoamento do centro da cidade, e na continuação de milhares de fogos devolutos. Isto foram grandes prioridades para o desenvolvimento e dinâmica municipal. -----

----- Os espaços verdes, o saneamento e a protecção ambiental, são áreas que continuam a não merecer a atenção deste executivo camarário. -----

----- Fala-se na reabertura do Parque Infantil do Jardim do Campo Grande, esquecendo-se totalmente que a sua reabilitação e revitalização global, é uma obra estratégica para a estrutura verde na cidade. -----

----- Na vertente social, apresenta-se o novo empreendimento a concluir em 2006 no bairro dos Lóios. Porque razão neste mesmo bairro as instalações destinadas à extensão do Centro de Saúde de Marvila, equipamento construído pelo Município,

continua vergonhosamente encerrado, enquanto milhares de utentes destes bairros se têm de deslocar, para instalações completamente sobrelotadas com os inconvenientes que isso representa para as famílias? -----

----- Um outro problema relaciona-se com a actividade desportiva na cidade. Destruiu-se o projecto que existia antes, “Jogos de Lisboa” e nada se fez em todo este mandato, e, é agora no final que se procura lançar um projecto dos chamados jogos Lx, numa tentativa eleitoralista de camuflagem do verdadeiro ostracismo a que tem sido votado o desporto para todos, na cidade. Estes jogos naturalmente eram dirigidos e beneficiavam os mais excluídos e os jovens de um modo geral. -----

----- É anunciada uma nova iniciativa na cidade, a Taça Cidade de Lisboa, como grande evento da Câmara, que obviamente não questionamos, mas esquecendo-se que foi anulada uma outra grande iniciativa promovida pela CML em que participavam mais de 50 municípios de todo o país durante um fim de semana, os Jogos do Futuro com o intercâmbio e participação de milhares de jovens. -----

----- Note-se que a Taça Cidade de Lisboa, vai envolver apenas o Benfica, Sporting e Belenenses, deixando de fora todas as colectividades de características populares, o que reflecte bem o tipo elitista deste executivo. -----

----- Nós também saudamos e aliamos-nos à merecida homenagem ao grande desportista Carlos Lopes. No entanto uma observação deve ser feita; não seria altura, embora tardia, de anunciar finalmente a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, ex-libris da cidade, também como um excelente forma de homenagear o homem e o desportista? Para quando o início das obras de recuperação? -----

----- Sobre o PDM o que conhecemos é pela comunicação social, e na informação escrita, vão realizar-se algumas iniciativas, sem que esta Assembleia tenha sido informada em concreto dos locais, hora e data, nem tenha sido convidada para participar nessas discussões. Acresce que não conhecemos os termos de referência nem as opções estratégicas para a revisão do PDM, o que é inadmissível e reflecte mais uma vez a secundarização da AML, órgão fundamental para o aprofundamento das questões do Município. -----

----- Senhor Presidente -----

----- Ainda queria dar aqui a minha opinião sobre a questão do Parque Mayer, já aqui amplamente e profundamente discutida, mas queria lembrar ao Senhor Presidente que há cerca de um ano aqui, nesta Assembleia, afirmou e está na acta, certamente também na comunicação social, que nem que pusesse em causa as próprias eleições, nunca faria este negócio que foi feito, nunca aceitaria as condições que os proprietários naquela altura impunham e que foram as mesmas aceites neste negócio agora aprovado. -----

----- Finalmente queria afirmar que esta informação pelo seu conteúdo e falta de afirmação em concreto da obra e iniciativas realizadas, deixa antever uma baixa execução, com os inconvenientes que isso representa para a cidade e para os seus munícipes, o que sinceramente quero lamentar pelos prejuízos causados às expectativas por si anunciadas. -----

----- A observação que podemos fazer, é de que esta gestão continua a levar o município sem rumo e a navegar ao sabor do vento, apenas com medidas avulsas e casuísticas. -----

----- Lisboa tem de ter um rumo e um projecto, ele existe, só que foi interrompido, é hora de reparar o leme e reorientar o seu caminho.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que em democracia a legitimidade vinha dos votos e tinha ganho as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, pelo que tinha toda a legitimidade para ocupar esse lugar. Isso nunca estivera em questão e queria cumprimentá-lo mais uma vez por ter decidido reocupar um lugar que era legitimamente seu. Portanto, era com satisfação democrática que o saudava. Não queria cometer a deselegância de discutir se deveria ou não ter voltado para o lugar, era uma avaliação pessoal sua e respeitava. A única coisa que lhe competia, a si e a todos, fazendo a avaliação, que naturalmente não tinha que ser coincidente, era se politicamente para a Cidade de Lisboa tal era ou não conveniente. Mas nem entraria por aí se essa decisão tivesse sido unanimemente aceite pela maioria que o Sr. Presidente da Câmara representava, mas, para além de todas as necessárias operações para fora, a verdade era que se tinha notado um grande mal-estar no seu partido, um grande mal-estar na sua bancada e, permitisse que lhe dissesse, registava a coincidência de quando estava o Sr. Presidente da Câmara não estava o Sr. Vice-Presidente, quando estava o Sr. Vice-Presidente não estava o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Registava também a coincidência de que neste momento Lisboa estava de facto com uma gestão bicéfala, com uma gestão de gabinete partilhado. O Sr. Presidente da Câmara, que era um homem de bom humor e que não perdia uma oportunidade para ter sentido de humor, quase que diria que até partilhavam o mesmo gabinete para se controlarem um ao outro, partilhavam os mesmos assessores para melhor se vigiarem um ao outro, estariam numa espécie de primárias para disputarem uma possível candidatura à Câmara Municipal de Lisboa. O Partido Socialista não tinha nada a ver com isso, nem estava minimamente preocupado com isso, mas se tal se repercutia na gestão da cidade, muito naturalmente tinha preocupações e muito naturalmente diria que a Cidade de Lisboa estava a sair prejudicada por essa nova situação criada, até *sui generis*, que era de um Presidente e um Vice-Presidente partilharem o mesmo gabinete e um Vice-Presidente que já fora Presidente da Câmara a dizer que deveria de ser o candidato. -----

----- Estava-se numa situação em que Lisboa estava a viver mais uma trapalhada, mas o Sr. Presidente da Câmara podia crer que o PS estava para ajudar no que fosse preciso para que o PSD terminasse o seu mandato com dignidade, não prejudicando a Cidade de Lisboa. -----

----- Tinha o Senhor Presidente da Câmara querido referir-se na sua intervenção, aliás, tivera o cuidado de o dizer e o PS registava, que muito daquilo por que iria responder era do tempo de responsabilidade do anterior Presidente da Câmara, actual Vice-Presidente Carmona Rodrigues. -----

----- Queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara, em relação a muito do que dissera, que a actual Câmara, infelizmente, pouco de novo tinha trazido aos lisboetas. Com certeza que trouxera algumas coisas e até algumas coisas positivas, não discutia isso, era o que mais faltava, ao fim de quase 4 anos não terem feito algumas coisas positivas. Não se veria nunca do PS uma política de dizer mal só por dizer, mas os exemplos referidos eram ilustrativos de que nessa matéria pouco ou nada se trouxera de novo a Lisboa. Na habitação social, ainda se estavam a entregar as chaves dos fogos construídos pela anterior gestão municipal, do tempo do PS e muito particularmente até da responsabilidade do Sr. Vereador Vasco Franco. -----

----- Os assuntos de que o Sr. Presidente da Câmara quisera falar eram os assuntos das grandes trapalhadas desta Câmara Municipal, começando pelo Túnel do Marquês. Fora o mentor do Túnel do Marquês, tinha assumido um compromisso eleitoral e nunca teve nessa matéria a oposição do PS, naquilo que dizia respeito à legitimidade da obra, que o que dissera era que ela tinha sido mal feita, que tinha sido uma grande trapalhada desde o início e não era necessária para Lisboa e a verdade era que se tinha uma obra ainda parada, ainda com dúvidas se oferecia segurança ou não aos cidadãos. Uns dias antes podia-se ter constatado uma informação do LNEC, que tinha hesitações nessa matéria. -----

----- Havia um Estudo de Impacte Ambiental, que o Sr. Presidente da Câmara encomendara e muito bem, finalmente, depois de ter sido obrigado, quando teria sido de bom senso fazê-lo logo no início. Não bastava a Lei obrigar, por vezes o bom senso de gestão impunha que se fizessem os estudos necessários para não haver dúvidas. Esse estudo encomendado propunha 40 medidas para que fossem minimizados os impactos negativos e para que a obra pudesse ser avaliada positivamente, sendo que essas medidas foram anuladas por passe de mágica, por despacho de um Secretário de Estado do seu Governo. A pergunta que fazia era se iria fazer a obra sem ter em conta essas 40 medidas e se, independentemente da querela judicial, teria ou não que esperar pela avaliação do impacte ambiental. Quem tinha esperado tanto tempo também podia esperar mais um mês, para que essa avaliação produzisse efeito e para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal até estivesse escudado por uma avaliação de impacte ambiental. -----

----- Nessa matéria o PS continuava a dizer que era uma obra desnecessária, uma obra contrária aos interesses da cidade, contraditória até com o compromisso eleitoral de que iria tirar carros da Cidade de Lisboa e que iria trazer população para dentro da Cidade de Lisboa. Essa obra favorecia exactamente o fluxo migratório para o exterior e traria cada vez mais carros para dentro da cidade, tornando Lisboa uma cidade cada vez menos atractiva. Nessa matéria, diria ao Sr. Presidente da Câmara que ainda estava a tempo de desistir da obra e, para que não se perdesse tudo, voltava a apresentar a proposta do PS. Era uma proposta que já tinha sido apresentada, não se perdia o investimento feito, fazia o desnivelamento dos cruzamentos da Rua Artilharia Um e da Rua Castilho e não fazia a componente mais polémica, que era passar o túnel por debaixo da Praça do Marquês de Pombal, que o próprio LNEC dizia não ter certezas quanto à segurança final de tudo isso, assim como o próprio Metropolitano. --

----- Se teimava em insistir no erro, então que esperasse pela avaliação de impacte ambiental, o que era bom para o Sr. Presidente da Câmara, além de ser bom para a cidade. Se fosse negativo diria que não podia fazer e não tinha tido culpa, se fosse positiva, então fazia mas implementava as 40 medidas que o estudo encomendado propunha que se fizessem. Fazer sem essas 40 medidas é que era de uma grande irresponsabilidade e continuaria a contar com uma oposição veemente do Partido Socialista. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara tinha, em campanha eleitoral, assumido muitos compromissos em matéria de segurança para os cidadãos na Cidade de Lisboa. Vinha agora anunciar alguns subsídios a algumas instituições de segurança, nomeadamente aos bombeiros. Com certeza que eram positivos esses subsídios e mal seria se não fossem dados, mas o Sr. Presidente sabia muito bem, isso acontecera com os governos do PSD nos quais fora sempre responsável, mesmo quando estava na Câmara, porque nessa altura falava diariamente com o Dr. Durão Barroso, como muitas vezes disse, mas a insegurança continuava a aumentar na Cidade de Lisboa e não tinham cumprido com o PS o acordo feito para viabilizar um Orçamento. -----

----- Perguntou onde estava a esquadra da Ameixoeira, em que tinham assumido o compromisso de a construir e fora nessa base que o PS votara favoravelmente um Orçamento. Perguntou onde estava a esquadra da Ajuda e o investimento na segurança. Tinha-se feito zero mas o Sr. Presidente da Câmara ainda estava a tempo. Se calhar até era contrário aos interesses imediatos do PS do ponto de vista eleitoral, mas fizesse essas esquadras, era bom para o Sr. Presidente do ponto de vista eleitoral, mas que cumprisse o acordo feito com o PS. A verdade era que não tinha cumprido e foi por isso que o PS não viabilizou o Orçamento do ano corrente, porque o PSD não cumpriu os acordos que tinha feito com o PS, nem o Dr. Santana Lopes, nem o Prof. Carmona Rodrigues. Fosse quem fosse, não cumpria os acordos e o PS tinha noção disso tudo. -----

----- Tinha sido possível desatar o primeiro nó do problema do Parque Mayer, não com o Dr. Santana Lopes, mas com o anterior Presidente da Câmara que agora era Vice-Presidente e estava zangado, que só vinha à Assembleia quando não vinha o Sr. Presidente, mas tinha sido desatado o primeiro nó e os acordos eram bons quando eram os acordos possíveis. Estava-se a trabalhar, e o Sr. Presidente sabia que nunca tinha tido uma oposição destrutiva do PS, para que ainda no seu tempo se melhorasse a proposta que o Sr. Presidente fizera e que agora tinha defendido e tinha-se feito um conjunto de exigências que para o PS eram fundamentais para que a mesma fosse aprovada. Mudou-se de Presidente, saiu o Dr. Santana Lopes, entrou o Prof. Carmona Rodrigues e foi colocada uma nova proposta de filosofia diferente. Aí estava de acordo com o Dr. Santana Lopes, o mérito não era do Prof. Carmona Rodrigues, era uma proposta completamente inaceitável e o PS impôs o princípio da hasta pública, que nenhum dos dois tinha considerado nas propostas que fizeram, e impôs uma renegociação do preço do metro quadrado para os terrenos do Parque Mayer, o que resultou em benefício para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Se esse nó tinha sido desatado, foi graças à intervenção do PS e não graças à intervenção da maioria que sustentava a Câmara, embora tivesse tido o bom senso, nesse caso concreto, de ter ouvido e ter aceite as propostas do PS. Gostaria de dizer que o anterior Presidente, que agora era Vice-Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, interrompeu a reunião e pediu 24 horas para estudar melhor as propostas feitas pelo PS em sede de Câmara Municipal. Foi assim que as coisas se passaram e era bom que se relembassem os factos antes de se reivindicarem. Naturalmente que o PSD fora parte fundamental da solução, era quem tinha o poder e aceitou as propostas do PS, mas que isso ficasse claro. -----

----- Finalmente, desejava dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a qualidade de vida das pessoas na Cidade de Lisboa se vinha degradando e a primeira razão era que não deram a atenção que deviam ter dado à qualidade do espaço público. O espaço público tinha-se vindo a degradar de uma forma acentuada na Cidade de Lisboa e essa era uma responsabilidade da actual gestão, pela qual o PSD, quando chegasse a altura, teria que prestar contas, democraticamente falando. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara podia contar com a disponibilidade do PS para ajudar a resolver os problemas da Cidade de Lisboa e para ajudar o PSD a terminar o mandato que tinha e que duraria até às próximas eleições autárquicas. Podia contar com a solidariedade construtiva do PS para ajudar a resolver e a apoiar aquilo que entendesse apoiar, contaria com a oposição democrática e inflexível do PS para não apoiar aquilo que entendesse não dever apoiar. Apelava mais uma vez ao bom senso do Sr. Presidente para que reconsiderasse o problema do túnel do Marquês, porque era uma obra trágica para a Cidade de Lisboa e iria entregar ao Sr. Presidente um pequeno desenho daquilo que podia ser a sua obra inicialmente pensada e na qual se poderia transformar. Se o fizesse, teria toda a consideração pessoal e política e o PS reconhecê-lo-ia publicamente nessa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria apenas dar duas ou três notas que as intervenções anteriores suscitaram, uma até no intuito de enquadrar o Sr. Presidente da Câmara, na medida em que estivera ausente, porque o Deputado Municipal Miguel Coelho começara com uma intervenção que também fizera, se bem se recordavam, no passado recente, quando estava na altura o Dr. Pedro Pinto como Vice-Presidente, ou seja, dizia sistematicamente que estava o Sr. Vice-Presidente e não o Presidente, na altura o Prof. Carmona Rodrigues, tendo agora deslocado a questão para o Dr. Santana Lopes. Isso só para dizer que era uma situação recorrente, começou assim e assim iria continuar. Na altura já estava a evocar alguma suposta falta de articulação entre Presidente e Vice-Presidente, mas era natural que o Vice-Presidente substituísse o Presidente e quando estava um não estava o outro, mas era só para dizer que essa questão não era inédita e mais uma vez se tinha trazido esse argumento para cima da mesa. -----

----- Tinha depois falado de uma questão que não entendera muito bem, que era um problema de falta de unanimidade. Até parecia que estava a ouvir umas notícias que apareceram na comunicação social e que não se lembrava de ter visto por parte do PSD, ao dizer-se que a concelhia preferia um candidato mas entretanto aparecera

outro por parte do PS. Naturalmente que essa matéria pertencia ao PS, assim como as declarações do Presidente da Concelhia de que preferia o Dr. Ferro Rodrigues, mas entretanto apareceu o Prof. Carrilho na corrida. Até parecia que era isso que se estava a querer discutir, porque do outro lado não tinha visto declarações nos jornais, de qualquer estrutura do PSD, para um sentido ou outro e, portanto, parecia-lhe que teria havido alguma deslocação da matéria nessa preocupação. -----

----- Quanto à informação, tanto se tinha falado de preocupações ambientais e ela relevava alguns pontos que lhe pareciam importantes: a reabertura do Jardim do Campo Grande, a Av. da Liberdade e a questão da Quinta Pedagógica como espaço de sensibilização e animação ambiental. Até parecia de propósito a coincidência dessas actividades no momento em que se queria rediscutir a matéria do túnel e a argumentação que fora trazida, que não ia repetir. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)** Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha como objectivo de fundo não só ter em atenção aquilo que era dito na informação sobre o Plano do Vale de Chelas, mas também repor alguma verdade sobre os factos relativamente à construção da sede da Junta de Freguesia de São João. -----

----- Relativamente ao Plano do Vale de Chelas, lamentava profundamente que passados 3 anos, quase a finalizar o mandato, uma obra cuja primeira fase devia estar concluída a 100% em 2002, fosse dito na informação que somente se encontrava realizada a 85%. Diria até que se encontrava a 85% porque eventualmente a Câmara teria feito agora um grande esforço no sentido de aproximar a conclusão da primeira fase ao processo eleitoral, criando as condições para tratar do problema dos terrenos, que ainda estavam por expropriar e que alguns deles se encontravam ainda agora por expropriar. Lamentava a situação, visto ser uma obra estratégica para a cidade e para a Freguesia de São João. -----

----- Quanto à questão da Junta de Freguesia, gostava que as coisas ficassem repostas do ponto de vista da verdade, tendo em conta a intervenção que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão fez na Sessão de Câmara, no dia 23 de Março. Interessava acima de tudo fazer um papel que lhe parecia caber a todos enquanto eleitos e enquanto responsáveis autárquicos e políticos, para a dignificação da função política e do mandato que se exercia, nomeadamente ter o sentido de verdade, de responsabilidade e de coerência naquilo que se afirmasse. -----

----- A Sra. Vereadora fazia um conjunto de afirmações que não eram verdade e de alguma forma eram caluniosas, quer em relação à Junta de Freguesia de São João, quer ainda ao seu Presidente. Revelavam, por outro lado, um carácter de fuga para a frente, uma postura demonstrada de incapacidade de gestão dos processos políticos e isso era revelador na edificação da nova sede da Junta de Freguesia. Revelava também uma postura de procurar encontrar bodes expiatórios à incapacidade de gestão e manifestava uma ética difícil de compreender, tendo em conta que promovia os ataques e, ainda por cima, ataques que não correspondiam à realidade. -----

----- Era de facto verdade que houve um acordo, nunca passado a escrito, entre a anterior administração municipal e a Junta de Freguesia para a construção do novo

edifício da Junta, que deveria ser construído em terrenos municipais na Av. Afonso III, junto ao polidesportivo do Clube de Futebol Varejense, até ao final de 2002. Esse projecto devia incluir a permuta entre o edifício actualmente propriedade da Junta e o edifício a construir, assim como a atribuição à Junta de Freguesia, por parte da Câmara, de um montante financeiro que assegurasse a transferência dos serviços de um espaço para o outro. -----

----- Por outro lado, tinha sido ainda acordado que a demolição do edifício antigo só se processaria após a completa transferência dos serviços da Junta. -----

----- Com base nesses pressupostos iniciou-se, após a tomada de posse, em 2002, uma série de contactos com a Câmara afim de garantir o cumprimento desse acordo e a sua passagem a escrito, por entender que os acordos eram para estar lavrados a escrito, e proceder ao acompanhamento da construção do novo edifício. Tinham sido então surpreendidos pelo facto da construção desse edifício se encontrar muito atrasada e exemplo disso eram as propostas de alteração ao projecto inicial que chegaram em Julho de 2002, aos quais se deu parecer favorável, não querendo dessa forma ser uma força de bloqueio à nova administração municipal recém-chegada. -----

----- Em resultado da preocupação constante e permanente da junta perante o atraso sistemático, várias vezes se abordou a Câmara para informar do ponto da situação e alertá-la para os inconvenientes do atraso na construção do edifício, que devia estar concluído até ao final de 2002. Com base nessa preocupação houve uma reunião com o actual Vereador Carmona Rodrigues, sendo que depois deixou de haver contactos porque entretanto saiu para Ministro. -----

----- Na detecção de problemas relacionados com o projecto que estava previsto inicialmente na Av. Afonso III, sugeriu-se e alertou-se a Câmara para que iniciasse de imediato negociações com o Clube de Futebol Varejense, já que uma parte do terreno que tinha que ser permutado e onde ia ser construída o novo edifício da junta era ainda terreno cedido a essa colectividade em direito de superfície. No projecto de construção do novo edifício havia questões que era preciso limar e alterar, nomeadamente a construção de um muro lateral que desse sustentação às terras do lado do cemitério, já que podia vir a ocasionar o deslizamento dessas terras e criar uma situação de impacto negativo e de instabilidade naquela zona toda. -----

----- Por outro lado, o estacionamento previsto para a confluência entre o polidesportivo e o novo edifício nunca poderia ser feito sem a construção desse muro, mas nunca foi projectado o referido muro e nunca foi obtida resposta às preocupações da junta. -----

----- Salientou que era com base nas preocupações sempre manifestadas e a pedido da Junta que as Vereadoras Eduarda Napoleão e Ana Sofia Bettencourt visitaram a Freguesia de São João em 9 de Janeiro de 2004, estando neste momento apenas construído o estacamento do novo edifício projectado para a Av. Afonso III. Alertava para o facto das estacas estarem a criar situações de insegurança, sendo que a Câmara indicava aos munícipes que se dirigissem à Junta para tapar os buracos. Pedia à Câmara que fizesse alguma coisa para salvaguardar a segurança dos munícipes de São João. -----



----- Não se encontravam ainda aprovados os projectos de especialidades, nomeadamente o de esgotos, que, segundo informação não confirmada oficialmente, teria sido aprovado pelo Município apenas em Maio de 2004, ou seja, era um edifício inicialmente acordado para ser construído na Av. Afonso III em 2004, mas não estava construído, nem sequer os projectos de especialidades aprovados. De certeza que não era em 2005 que o edifício estaria construído. -----

----- Foi nessa visita que a Junta de Freguesia de São João, através do seu Presidente, sugeriu à Senhoras Vereadoras que, face aos atrasos existentes nessa obra e no caso da Câmara o considerar viável e possível, sem mais atrasos, a possibilidade de se edificar a nova sede noutra local, na Parada do Alto de São João, em terrenos que não tinham nenhum aproveitamento e onde poderia ser também construído um silo para estacionamento automóvel, minimizando um problema grave existente na freguesia e para o qual foram sugeridas diversas propostas, sem que até hoje se obtivesse resposta às mesmas, bem como uma ligação pedonal que ligasse as duas partes da freguesia, a Parada do Alto de São João e a Av. Mouzinho de Albuquerque, que não se encontravam ligadas. -----

----- Essa ideia foi de imediato aceite pelas Sras. Vereadoras, em particular pela Sra. Vereadora Eduarda Napoleão. Tinha sido até objecto de uma sugestão da Sra. Vereadora Sofia Bettencourt, pensando talvez na promessa feita pelo actual Presidente da Câmara de construir uma piscina em cada bairro, que nesse local onde estava inicialmente previsto o edifício estaria muito bem era a construção de uma piscina. Voltava a referir que se estava em 2004 e o novo edifício, que devia ser construído até ao final de 2002, continuava por construir, não por culpa ou bloqueio da Junta de Freguesia de São João, mas sim pela incapacidade de gestão do processo da actual administração da Câmara. -----

----- Desde logo, ao manifestar essa sugestão, a Junta deixou claro que jamais aceitaria um processo que não fosse transparente e onde não ficassem identificadas as responsabilidades e obrigações de ambas as partes, consagradas em protocolo com valor jurídico. Era dessa forma que a junta sempre dissera jamais iniciar qualquer processo de diálogo sobre transferência provisória, sem primeiro ser definido e assinado o protocolo entre a Câmara e a Junta, onde ficasse claramente definido o seguinte: o princípio do acordo de permuta do actual edifício da Junta e o edifício a construir; a obrigação da Câmara financiar o processo de transferência e o montante necessário para tal operação; o projecto e as áreas a construir no novo edifício; o início, os prazos de construção e as responsabilidades financeiras do incumprimento do protocolo por parte da Câmara, caso essa ultrapassasse os prazos previstos para a conclusão da obra. Só depois, então, se daria início à discussão eventual de uma solução provisória, estando a Junta aberta a essa possibilidade de negociação, com o apoio e o levar essa proposta à sua Assembleia de Freguesia. -----

----- Quanto a esse assunto, só houve um momento em que sentira haver algum diálogo construtivo, foi quando, em Setembro de 2004, se realizou uma reunião entre um dos assessores, o Dr. Álvaro Gonçalves, do Prof. Carmona Rodrigues, então Presidente da Câmara, e na qual era dito que até Outubro de 2004 seria apresentada

uma proposta de protocolo relativamente às sugestões da Junta e o esboço do novo projecto de edifício. Somente nessa reunião ficara a saber, oficial e finalmente, que a Câmara aceitara a sugestão da junta em localizar o novo edifício na Parada do Alto de São João. Até hoje, infelizmente, não se recebeu nenhuma proposta. -----

----- Nunca a junta manifestou recusa aos compromissos anteriormente assumidos para com a Câmara, apenas e tão somente fez propostas que, do seu ponto de vista, eram mais válidas para o interesse público, quer da cidade, quer dos munícipes de São João, e geradoras de uma acrescida qualidade urbana, de vida e de todos os que habitavam ou trabalhavam na cidade. -----

----- Importava, por último, esclarecer que a defesa dos interesses de quem elegia não podia ser encarada como um obstáculo à convivência democrática e colectiva, mas tão somente como uma forma de construir cidadania e respeito pelas diversas estruturas do poder autárquico, consagrado na vivência e ideário democrático. -----

----- Por fim, disse que desejava lembrar que uma postura construtiva e de responsabilidade não podia ser confundida com falta de perspectiva de cidade, ao exigir-se um processo claro, objectivado, onde todas as partes conhecessem as suas responsabilidades. Só dessa forma se estaria a garantir um bom serviço público aos lisboetas e em particular aos munícipes de São João, até porque se a construção de uma estrada tinha interesse público relevante, a construção da nova sede da Junta seria muito mais relevante para a vida dos munícipes, pelos variados serviços que aí lhes eram prestados. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que queria começar por agradecer e retribuir os cumprimentos que o Sr. Presidente da Câmara tinha dirigido à Assembleia, mas queria também referir que era a terceira vez que se cumprimentava um novo Presidente da Câmara no actual mandato. Dizia bem, um novo Presidente da Câmara, porque o que agora se apresentava não era o mesmo Presidente da Câmara que se ouvira em 2001 na Assembleia Municipal. O capital político e de expectativas que trazia consigo ficou completamente diluído ao longo do período e, aliás, bastava ouvir a intervenção sobre a informação do Presidente para se perceber que a actual política municipal não tinha futuro, que o que se falava era sobretudo de obras do passado, era sobretudo de problemas que tinham a ver com o passado e era essencialmente, era bom que se dissesse isso também, a preparação de uma nova campanha eleitoral. -----

----- Não ia falar de Parque Mayer nem de Túnel do Marquês. Havia intervenções várias sobre essa matéria e conhecia-se a posição do Bloco de Esquerda sobre essas duas obras na Cidade de Lisboa. -----

----- Queria abordar uma outra questão que raramente era falada na Assembleia e que de forma interessante vinha a ser contornada pela Câmara Municipal. Retomava a questão da participação e da cidadania. O Sr. Presidente, a propósito da revisão do PDM, tinha falado em participação, o que certamente era um eufemismo, porque de facto ninguém sabia o que se estava a passar com o PDM. Não havia qualquer capacidade de intervenção e de participação na elaboração do Plano Director

Municipal, que era um instrumento de ordenamento do território essencial para qualquer município, para qualquer cidade. -----

----- Também o Sr. Presidente não assumia que não tinha conseguido cumprir a promessa do início do mandato, de tornar a cidade mais participada, de tornar a presença no município mais participada. Não se conhecia o projecto e a proposta em relação ao Fórum da Cidade. Não se sabia o que se estaria a passar com o Orçamento Participativo ou com o compromisso assinado pela Câmara havia cerca de um ano relativamente à Carta de Aalborg e à Agenda XXI Local, em que se tinha comprometido com os seus parceiros e outros países da União Europeia apresentar um plano até Maio do ano corrente para que comesse a aplicação da Agenda XXI Local em Portugal. Perguntou porque é que nem sequer a tradução desse documento tinha sido feita e colocada no *site* da Câmara Municipal de Lisboa. De facto, participação, cidadania, não parecia ser, infelizmente, a política da actual Câmara, que era mais uma política de comunicação através de *outdoors*. -----

----- A propósito disso, desejava referir uma outra questão que lhe parecia elementar, essencial nos compromissos que a Câmara tinha assumido logo no início do mandato e que tinha a ver com a devolução de milhares de fogos devolutos aos cidadãos, muitos deles degradados, e do retorno da juventude ao centro da cidade, de inverter a perda demográfica do Concelho de Lisboa. Mesmo assim, o *outdoor* espalhado por toda a cidade dizia apenas que foram recuperados em três anos 1500 prédios. -----

----- Aquando da discussão do PDM, no tempo do Dr. Jorge Sampaio, cerca de 13 anos atrás, haveria cerca de 30.000 fogos devolutos na cidade, muitos deles degradados. No início, logo que se arrancou com a revisão do PDM, já durante o actual mandato, falava-se em 75.000 devolutos e muitos deles degradados. Em três anos tinham sido recuperados 1.500 ... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que se podia ir aos Censos de 2001 para ver a média de fogos por prédio. Mesmo considerando prédios, 500 prédios era a média de recuperação por ano e muitos deles nem sequer eram devolutos, foram essencialmente obras de fachada. Mesmo assim, considerando 500 prédios por ano, se havia 75.000 a necessitar de recuperação e devolução aos cidadãos, nos próximos 150 anos ia com certeza ter-se a cidade recuperada. De qualquer modo, haveria com certeza oportunidade de voltar a debater esse problema. -----

----- A concluir, disse que a expectativa da actual gestão municipal terminou e a Cidade de Lisboa precisava urgentemente de uma alternativa política de futuro, que fosse o futuro da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal João Martins (PEV)**, no uso da palavra, disse que a Assembleia Municipal de Lisboa tinha aprovado por unanimidade, no passado mês de Janeiro, uma recomendação apresentada pelos eleitos do Partido Ecologista os Verdes sobre a recolha selectiva de óleos alimentares usados para a produção de bio-diesel e sua utilização na frota municipal. Depois da leitura que fizera da informação escrita do Sr. Presidente, não se via nenhuma referência a essa recomendação, ou a um estudo efectuado para a recolha dos óleos alimentares usados, pelo que gostaria de perguntar ao Executivo se pensava ou já tinha iniciado algum projecto de recolha

selectiva dos óleos alimentares usados, ou se estaria a pensar elaborar um plano de utilização do bio-combustível na frota municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que queria apenas colocar duas perguntas à Câmara, porque não vinha nada sobre o assunto na informação escrita e o Sr. Presidente da Câmara também não se pronunciara sobre isso. Queria perguntar para quando a transferência do dinheiro relacionado com os protocolos. Estava-se a acabar o mês de Abril, ia-se entrar em Maio, havia um compromisso de que até 15 de Abril seria feita a transferência, mas não havia mais nenhuma informação e era importante que essa situação fosse esclarecida. -----

----- Havia uma situação complicada nas Juntas de Freguesia, não apenas na sua, mas em todas as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa. -----

----- Outra pergunta era relacionada com a recuperação dos edifícios da Quinta do Ourives. Desde 2002 que sistematicamente eram adiadas as empreitadas, ou estavam para concurso, ou estavam em elaboração de empreitadas. Queria uma resposta concreta em relação à recuperação da habitação na Quinta do Ourives. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que tinha havido uma referência de que a informação revelava a existência de muitos projectos e pouca obra, mas já lá iria. -----

----- Das coisas que mais directamente tinha tratado, desde que assumira funções, era a questão do Centro de Saúde de Marvila. Não tinha mais nada a dizer, a não ser que o Sr. Deputado Municipal tinha razão. Havia uma responsabilidade da ARS não cumprida, a empreitada estava pronta para ser lançada agora, mas havia um atraso manifesto que devia ser assumido. -----

----- Em relação ao Parque Mayer e ao ter dito um ano antes que nunca aceitaria o acordo que os particulares queriam, o acordo era diferente, a proposta que agora foi apresentada da hasta pública. O acordo de há um ano dizia que era metro quadrado por metro quadrado, tinha que ser feita a avaliação e os particulares ficavam com a obrigação da Feira Popular mais a indemnização aos feirantes, este ano dizia-se que eram 55% em 67 mil m<sup>2</sup> e a hasta pública, na qual a Câmara esperava obter cerca de 60 a 70 milhões de euros e, portanto, o acordo parecia-lhe estar dentro dos limites do que podia ser considerado um bom acordo. O que os particulares punham em cima da mesa um ano antes era de facto diferente. -----

----- Relativamente ao que dissera o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho, que falara na legitimidade do regresso, que não era questionada, e no mal-estar, até podia passar por cima dessa dissertação política, mas mal-estar devia ser uma palavra que ocorria ao Sr. Deputado Municipal, como já fora lembrado. Falando em período pré-eleitoral, compreendia que mal-estar fosse algo existente em várias freguesias políticas, podia-se dizer assim, porque era conhecida a posição do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho quanto ao candidato à Câmara de Lisboa e, portanto, tentado encontrar mal-estar em bancadas alheias ia tentando afagar a sua dor e passar à frente daquilo que acontecia no seu partido. Diria que era o candidato que aparecia por ninguém o querer, ainda tinha que se descobrir a porta da sede do Largo do Rato,

ou da Concelhia de Lisboa do PS, por onde entrou, porque tinha as portas todas fechadas. Esse mérito tinha que se reconhecer, entrou por uma porta que nem o Eng<sup>o</sup>. Sócrates, nem o Deputado Municipal Miguel Coelho, nem o Presidente da Câmara da Amadora ainda descobriram qual era, porque era candidato sem nenhum querer. -----

----- Sobre a história do gabinete repartido, de facto tinha o dom de ter várias histórias inventadas a seu respeito. Já repartira gabinetes em tempos, quando era adjunto de um ministro, em 1978, eram quatro no mesmo gabinete. Hoje em dia não se repartiam gabinetes, o que se repartia era os recursos humanos, para nesta fase do mandato não se estar a sobrecarregar, mas não estavam os dois sentados na mesma secretária, nem na mesa de reuniões. Talvez alguém gostasse para ir tirar uma fotografia, que não o Prof. Carmona, mas não estavam. -----

----- Houve um Deputado Municipal que disse ter sido o terceiro Presidente que cumprimentava. Se calhar era uma tradição. Nos mandatos do PS/PCP cumprimentaram o Dr. Jorge Sampaio, o Dr. João Soares, o Dr. Vasco Franco, foram cumprimentando à medida que saiam, não por assumir encargos, mas por disputarem eleições ou irem para o Parlamento Europeu. O Dr. Jorge Sampaio ganhou as eleições em 1989, depois disputou as legislativas em 1991, mudou o Presidente. Perdeu as eleições e voltou para a Câmara, mudou o Presidente. Uns anos mais tarde foi o Dr. João Soares para o Parlamento Europeu, só voltou quando o Dr. Jorge Sampaio disse que ia para Belém, lá saiu o Dr. Jorge Sampaio e tiveram que cumprimentar outro Presidente. Isso acontecia em todo o lado, era a riqueza da democracia. Já tivera ocasião de dizer que se agora não fosse assim, a própria autarquia estranhava, habituada que estava a essa rotação por força das circunstâncias da vida democrática normal. Portanto, se era o terceiro Presidente que cumprimentava, então já não se conseguia bater o recorde até ao final do mandato. -----

----- A propósito de vir um ou vir outro à Assembleia Municipal, de facto era verdade, mas antes disso do que não vir nenhum, como acontecia antes. -----

----- Quanto ao Túnel do Marquês, atrevia-se a devolver o pedido de bom senso. Não se podia andar a brincar. Misturava-se o estudo de impacte ambiental com conteúdos que não devia à partida ter, falava-se em questões de segurança, na segurança da contiguidade com o metro, mas isso não tinha nada a ver com o estudo de impacte ambiental, porque nesse caso perguntava se o Governo estaria disposto a parar a obra do Túnel do Terreiro do Paço até fazer um estudo de impacte ambiental. Se havia obra que precisava era essa, nomeadamente por razões de segurança, mas não ia dizer isso ao Governo, já tinham sido feitos os estudos, as conferências pelas autoridades competentes, era o Eng<sup>o</sup>. José Sócrates na altura Ministro do Ambiente e era o Eng<sup>o</sup>. Cravinho Ministro das Obras Públicas. -----

----- No Túnel do Marquês, estava praticamente toda lançada a estacaria, estavam as lajes já feitas numa zona substancial e neste momento estava iniciada a escavação. Durante a semana, na zona entre as Amoreiras e a Rua Artilharia Um, ficava já praticamente reposta a superfície e os cidadãos iam poder começar a respirar de alívio.

----- Já tinha dito que o túnel não iria ficar pronto antes das eleições, não tinha que haver receio nenhum. Depois das eleições seria como em muitas outras obras, as

peças diriam que era bom, mas ninguém poderia dizer isso antes das eleições. Já não se podia era voltar para trás, uma vez que neste momento estava tudo feito, o trabalho de infra-estruturas, a nova conduta na Rua Camilo Castelo Branco, a conduta da EPAL na Av. Joaquim António de Aguiar, ia-se passar agora do lado norte para o lado sul, estava o trabalho de sustentação todo feito, as infra-estruturas de electricidade, de água, de gás, do gás natural, estava tudo feito neste momento. O trabalho de estacaria era um trabalho notável e neste momento estava-se a trabalhar de dia e de noite. -----

----- Parecia-lhe que o que todos os sectores políticos deviam desejar, até porque a obra não teria repercussão eleitoral, era que ela acabasse o mais depressa possível e em condições de segurança e de eficácia, como acabaram outras. A do metro no Terreiro do Paço deveria estar pronta no final do ano ou princípio do ano seguinte. A esse propósito, podia divulgar aos Srs. Deputados Municipais os níveis de água no subsolo e as medições que foram feitas, demonstrando não haver razões para preocupação significativa, com variações de 3 milímetros, de meio centímetro, que tinham a ver este ano com a escassa pluviosidade, mas essas medições, que já deviam ter sido feitas há muitos anos e que foram iniciadas no actual mandato, permitiam contribuir para os dados que o Metropolitano dispunha para levar a obra até final no túnel do Terreiro do Paço, com segurança e sem problemas. -----

----- Era nesse espírito que se trabalhava, fosse o Governo do Partido Socialista, do PSD ou do CDS, era trabalhar para as grandes obras importantes para a cidade, em conjunto. Imaginasse-se que agora se dizia que o metro não ia até ao Terreiro do Paço, ia só até Santa Apolónia e até podia entregar um desenho do Arqtº. Tomás Taveira sobre isso, mas parecia-lhe que não era esse o caminho mais sensato e aconselhável para todos. -----

----- Quanto ao caso das obras, não ia sequer qualificar a maneira como o Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda tinha misturado fogos com prédios. Qualquer cidadão leigo na matéria percebia a diferença e, portanto, um Deputado Municipal misturar, com o devido respeito, não ficava muito bem. -----

----- Em finais de 2002 tinha sido realizado um levantamento em conjunto com as Juntas de Freguesia do estado de conservação do edificado de Lisboa, foram registados 5.588 edifícios, até à data as recuperações eram 1.741, ou seja, 31%. Nem sequer eram 4 anos, estava-se em 3 anos e 3 meses desde a tomada de posse. O Sr. Deputado Municipal falava em 75.000 fogos, mas fogos era uma coisa e prédios era outra. Bastava andar pela Cidade de Lisboa, Avenidas Novas, Alfama, Bairro Alto, Cais do Sodré, Rua da Madalena, Rua de São Bento, em tantos sítios, para ver a quantidade de prédios que estavam em reabilitação, por iniciativa municipal e também particular. -----

----- Quando se dizia que era muito projecto e pouca obra, que seria algo semelhante a “muita parra e pouca uva”, gostava de dizer que as obras, quando as havia, concluíam-se ao final de um mandato e não se estava a falar em 12 anos mas sim em 4. Disse que estavam todos convidados para a inauguração da Quinta das Conchas, dentro de um mês, dia 12 de Maio, que era uma obra de recuperação notável. A obra do Clube Nacional de Natação, que estava para fazer há quase 20 anos, estaria pronta ainda no

corrente mês. As piscinas estavam em construção. Em Monsanto aconteceu o que aconteceu. O Bairro Alto foi fechado ao trânsito, Alfama também, Bica e Santa Catarina também. A Av. Santos e Castro em plena construção. -----

----- Essas e muitas outras obras, para além da habitação social, área da cultura, o Teatro São Luiz em pleno funcionamento, as obras a decorrer no Teatro Maria Matos, a Feira do Livro com sucesso. Havia muitas obras de que se podia falar, não era muito projecto e pouca obra, era muito projecto e muita obra. Já não falava no Rio Seco, em obras na encosta do Casal Ventoso que estavam para arrancar, mesmo na área do saneamento, mesmo a recuperação das infra-estruturas em matéria de saneamento. Sabia-se o que acontecera, os acidentes que houve, os trabalhos a que houve que meter ombros, que eram trabalhos em variadíssimas frentes. O próprio início da CRIL, a recuperação de vários espaços verdes, não era só a Quinta das Conchas que estava em causa, o investimento em muitos parques infantis e não só o do Jardim do Campo Grande, que fora mencionado. -----

----- As pessoas não sabiam da piscina do Vale do Fundão e do seu desenvolvimento, ou do Clube Nacional de Natação, ainda não foram lá ver a obra do pavilhão, nem foram ver a obra da piscina, que era uma obra notável, assinada pelo Vereador Pedro Feist e pelo Eng.º Nuno Abecasis essa promessa e concretizada agora. -----

----- A reabilitação, convidava à visita da exposição na Rua Garrett. Perguntou há quanto tempo estava parado o Edifício Leonel, que agora estava praticamente pronto, com a recuperação do funcionamento do Elevador de Santa Justa e ligação ao Largo do Carmo. -----

----- Eram tantas as obras que lhe parecia injusta a apreciação. Podia-se gostar mais ou menos de uma obra, como os túneis, o do Rêgo, o da Av. Infante D. Henrique, que estavam neste momento em obra. Falava-se muito era do túnel do Marquês. -----

----- A oposição tinha escolhido como bandeiras suas, como já dissera o Prof. Carmona Rodrigues, o túnel do Marquês e o Parque Mayer, mas havia muito mais bandeiras para além dessas. Quando se dizia que só agora o Parque Mayer estava concluído, podia lembrar a história, veto Presidencial e vários chumbos em várias instâncias. Tinha sido uma questão muito complicada. Por exemplo, o Pavilhão dos Desportos, estava prevista a verba para a contrapartida da sua recuperação no Decreto-Lei que fez a concessão do casino em Lisboa e que, quando fosse desbloqueado para a Sociedade Estoril-Sol, haveria o dinheiro para fazer as obras de recuperação do Pavilhão Carlos Lopes. Tinha ficado previsto, por proposta da Câmara, nas contrapartidas da construção do casino, cerca de sete milhões e meio de euros para a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes. -----

----- Podia-se comparar obra, nem era preciso comparar pessoas. A oposição gostava pouco de *outdoors*, mas nem era preciso fazer campanha, bastava ver que as obras falavam por si. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha colocado duas perguntas à Câmara e não ouvira qualquer resposta em relação às mesmas. -----

----- Em primeiro lugar, porque não vinha na informação escrita do Sr. Presidente nem o Sr. Presidente da Câmara tinha falado na sua intervenção, era em relação aos atrasos nos compromissos dos protocolos com as Juntas de Freguesia. De facto, havia necessidade de um esclarecimento concreto, porque as juntas de freguesia tinham responsabilidades e encargos que tinham que cumprir, pelo que essa situação não podia acontecer sistematicamente. -----

----- Outra questão que colocara referia-se ao adicional à informação que chegara no dia anterior às Juntas de Freguesia e à questão da GEBALIS. A GEBALIS era uma empresa municipal e o seu relacionamento com as juntas de freguesia era nulo. Tinham sido pedidas várias reuniões com a GEBALIS no actual mandato e não tinha havido qualquer resposta. -----

----- Vinha lá a preparação de empreitada dos lotes F, G e H da Quinta do Ourives e o concurso de empreitada dos lotes A, B, C, D, E e E1, mas essas empreitadas estavam informadas desde 2002 e era necessário que se pudesse ter uma informação cabal desse tipo de situações. Não podia dizer à população da Quinta do Ourives em 2005 o mesmo que a Câmara informara em 2002. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que na Sessão anterior, quando o Sr. Prof. Carmona Rodrigues apresentara a última informação, tinha dado respostas a questões colocadas pela Junta de Freguesia de Marvila, dizendo que naquela altura não se podia referir mas que na próxima informação se referiria a uma visita que tinha feito a Marvila e às questões que ali apreciara. Até se comprometia que, se calhar, até hoje algumas coisas seriam concretizadas. -----

----- Como não via na informação nada daquilo que ali fora abordado e tinha sido entregue um memorando ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores António Monteiro e António Prôa, que tinham estado nessa visita, pensava que o Sr. Presidente da Câmara trouxesse hoje algumas novidades, até porque era preocupante que a Câmara Municipal de Lisboa, ao que constava, tivesse mandado parar algumas obras que estavam a decorrer no Bairro do Condado, por exemplo na Torre 246, onde estavam pintadas duas empenas, a empresa colocou andaimes para pintar as outras duas e no dia seguinte retirou-os, ficando essas empenas por pintar. As pessoas ficavam perplexas e gostavam de saber porque é que estava metade pintado e metade por pintar. -----

----- O Sr. Presidente tinha-se referido a alguns atrasos em obras e gostaria de saber, para explicar à população, as razões desses atrasos e dessas alterações. -----

----- Outra questão que tinha colocado ao Prof. Carmona Rodrigues era sobre o terreno para a sede da Junta de Freguesia de Marvila. Era uma promessa de todos os partidos que no actual mandato seria resolvido o problema da cedência do terreno para a construção da sede da Junta de Freguesia de Marvila, mas estava-se quase no fim do mandato e esperava que o Sr. Presidente já pudesse dizer para quando a cedência desse terreno. Esse processo estava em cima da mesa de trabalho da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, conforme fora elaborado pelos técnicos da Câmara, e gostaria que,



se fosse possível, o Sr. Presidente fornecesse hoje alguma informação sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que nos *outdoors* estava uma informação de que havia a recuperação de 1.500 prédios e o que queria pedir ao Sr. Presidente era se poderia esclarecer quantos fogos foram recuperados, ou seja, a quantos fogos correspondiam esses 1.500 prédios, e a quantos fogos correspondiam os cerca de 5.500 que o Senhor Presidente referira como estando a necessitar de recuperação. Isso para não se ficar na discussão entre prédios e fogos, que, como se compreenderia, não era esse o interesse, o que interessava era ter a percepção clara daquilo que fora feito e seria ainda necessário fazer na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que não sabia muito bem se os lotes a que se referia o Sr. Deputado Municipal na Quinta do Ourives seriam os que estavam em fase de concurso, ou os que estavam em obra e em fase de conclusão. De qualquer forma, estava na informação das empresas municipais. -----

----- Quanto à questão dos fogos e dos prédios, disse que na Internet estavam os prédios, cujo levantamento fora feito com as juntas, assim como o número de fogos. Podia dizer que só no âmbito de pequenas reparações de habitação social foram 24.000 fogos recuperados e, portanto, fazer uma relação do número de fogos identificados como necessitados de reabilitação, estavam reabilitados 1.700 prédios e se fizesse a média dos cinco fogos por edifício, facilmente se podia chegar à conclusão do terço que confirmava. -----

----- Nem todos os prédios reabilitados necessitavam de intervenção nos fogos, vários eram intervenção na cobertura, estrutura, escada e fachadas, revestimento exterior. Outros necessitavam de intervenção em fogos, sem necessidade de intervenção na cobertura, na fachada e na respectiva estrutura, nomeadamente escadas de acesso ou elevadores. Portanto, eram casos muito díspares. -----

----- O levantamento que tinha mencionado fora feito em colaboração com as próprias juntas e bastava andar pela Cidade de Lisboa, até a propósito da qualidade do espaço público, para ver a quantidade de obras. A ocupação da via pública com estaleiros, por força da intervenção em reabilitação de prédios, era visível, havia muita, o que levava também a alguma degradação do espaço público. -----

----- Quanto aos protocolos com as Juntas de Freguesia, estava-se com 15 dias de atraso para as transferências. Disse que até final de Abril tudo estaria regularizado, segundo informação do Vereador Pedro Pinto e do Vereador Fontão de Carvalho. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que primeiro interessava falar das questões mais sérias e depois ia-se à componente lúdica, que também era interessante. -----

----- Em relação ao túnel, ao Estudo de Impacte Ambiental e à necessidade da avaliação, a paisagem urbana sofreria também uma agressão irreparável na Rua Joaquim António de Aguiar, com a eliminação total das árvores instaladas ao longo do corredor central. A poluição do ar nessa zona da cidade sofreria, ao contrário das

conclusões que se apontavam no EIA, uma significativa deterioração que importava denunciar, segundo a QUERCUS. -----

----- Mesmo partindo do princípio que os dados expostos pelo estudo de tráfego, ao que parecia realizado num único dia e a uma segunda-feira, apontassem para um excedente diário à superfície de 60.000 viaturas, verificava-se que, na melhor das hipóteses, dentro de três anos a situação à superfície seria semelhante à actual, sem contabilizar as emissões provenientes do próprio túnel. Isso também segundo dados da QUERCUS. -----

----- O próprio EIA dizia a determinado momento: -----

----- “O projecto origina potencialmente a redução da qualidade do ar em zonas localizadas. É grave a forma como desvaloriza os riscos associados à zona húmida do Parque Eduardo VII, à dinâmica hidrogeológica da obra e o facto da mesma estar parada depois de adjudicada. Minimiza a perigosidade do facto das águas provenientes do Parque Eduardo VII drenarem para a ribeira da Av. da Liberdade, assim como o facto da área impermeabilizada poder favorecer inundações em dias de tempestade”. -----

----- Perguntou o que se diria da recomendação 38, que apontava o acompanhamento do LNEC para a validação das propostas construtivas quanto às fundações na zona do Marquês de Pombal e à passagem do túnel na proximidade do Metropolitano. Perguntou, ainda, se estaria o LNEC a acompanhar essa obra, porque dois dias antes o LNEC manifestara preocupações quanto à segurança dessa obra. -----

----- Disse que não seria nessa matéria tão ligeiro na apreciação e na dispensa da avaliação de impacte ambiental, até para protecção do Sr. Presidente, protecção ao bom nome nessas coisas da gestão política. Portanto, essa obra, que traria mais prejuízos que benefícios para a Cidade de Lisboa, que promoveria a entrada de mais automóveis particulares em detrimento da promoção do transporte público, uma obra que não provocaria a melhoria na qualidade da mobilidade interna, era uma obra evidentemente negativa para a Cidade de Lisboa e com a qual o PS estava em desacordo. -----

----- Nunca era tarde para emendar um erro e daí a proposta do PS, porque aproveitava o investimento já feito e evitava riscos que não estavam neste momento seriamente calculados. -----

----- Aproveitava para fazer uma pergunta em relação ao Parque Mayer, no sentido de saber, afinal, qual tinha sido a solução encontrada para os feirantes, se já fora apresentada. O PS também estava à espera dessa resposta. -----

----- Finalmente chegava à componente lúdica. Se fosse ao Sr. Presidente, não minimizava a importância do candidato escolhido pelo Partido Socialista, porque provavelmente, e dizia isso com humildade democrática mas com a convicção de que as coisas iriam correr bem para o PS, daqui a alguns meses ele poderia estar sentado na sua cadeira. A obra nunca falava por si e o que era necessário era responder pela obra feita e ter a capacidade, a ideia e a visão de cidade. -----

----- Tinha a certeza que o candidato do Partido Socialista, Prof. Manuel Maria Carrilo, tinha uma ideia e uma visão de cidade. Democraticamente ia-se assumir um

confronto, seguramente civilizado, e não tinha dúvidas nenhuma de que os lisboetas saberiam na altura própria julgar e optar por quem melhor poderia assumir responsabilidades na Cidade de Lisboa. -----

----- No Partido Socialista meditava-se antes de escolher, no Partido Socialista discutia-se antes de aprovar, no Partido Socialista pesavam-se os prós e os contras antes de tomar decisões, mas uma vez tomadas as decisões eram assumidas por todos e o PS estaria presente para combater democraticamente, com respeito e com solidariedade pelo bom nome das pessoas, para vencer as próximas eleições autárquicas. -----

----- Na componente lúdica também havia o reverso da medalha e não tinha nada contra que neste momento houvesse uma espécie de disputa no PSD para saber quem iria conquistar a nomeação para candidato a Presidente da Câmara, se o Sr. Presidente, ou se o Sr. Vice-Presidente. Isso era um problema do PSD e para o Partido Socialista eram duas faces da mesma moeda, que representaram um retrocesso no progresso da Cidade de Lisboa. -----

----- O Prof. Carmona Rodrigues, por quem tinha respeito, dera uma entrevista em que dizia estar mais bem colocado. Não tinha sido ninguém do PS a dizer, foi o Prof. Carmona Rodrigues o próprio a dizer que tinha essa ambição. Aliás, era o Dr. Santana Lopes Primeiro-Ministro e ele anunciou na Assembleia Municipal a sua recandidatura. Portanto, as maldades que faziam um ao outro e vice-versa eram um problema do PSD, mas passavam a ser um problema da cidade quando isso se repercutia na gestão diária da Cidade de Lisboa e na ausência de decisões e até na degradação da qualidade dos serviços. -----

----- Essa degradação estava-se a sentir de uma forma muito acentuada, nomeadamente naquilo que respeitava à qualidade do espaço público. Portanto, fosse qual fosse o nomeado pelo novo líder do PSD, que com certeza também teria uma última palavra nessa matéria, eles teriam que responder pela situação de indefinição e de disputa na praça pública, que prejudicava a cidade. -----

----- Quanto ao prejudicar o PSD, não tinha nada a ver com isso, era um problema do PSD e todos tinham de vez em quando as suas dificuldades, mas quando passava a prejudicar a cidade, naturalmente que também teriam que ser julgados por essas matérias. -----

----- Disse, ainda, que o PS estava calmamente à espera que o mandato chegasse ao fim, desejando as maiores felicidades ao Sr. Presidente, ao Sr. Vice-Presidente e a toda a equipa, que ajudassem a reparar os erros que tinham cometido até agora, que cumprissem os compromissos assumidos com o PS aquando da aprovação do último Orçamento, construíssem a esquadra da Ameixoeira, disponibilizassem a verba para a esquadra da Ajuda, além de outros compromissos ainda não cumpridos, como a distribuição de verbas para as Juntas de Freguesia. Se o fizessem, ao menos aí estariam a honrar um compromisso que livremente tinham assumido com o PS e para o qual pediram ao PS colaboração, para que se resolvesse um problema da cidade, que era a aprovação do Orçamento. -----

----- Concluiu desejando as maiores felicidades ao Sr. Presidente da Câmara para o resto do mandato e disse que podia contar com o PS para o ajudar a terminar com dignidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha falado de uma parte séria e de uma parte lúdica e tomara nota que a parte lúdica eram as candidaturas. Reconfirmava-se aquilo que já dissera, que o Deputado Municipal Miguel Coelho não estava muito empenhado nessa candidatura, porque uma candidatura não era lúdica, exigia muito trabalho e empenhamento. -----

----- Estava à espera, numa nota de bom humor, viesse anunciar a troca com o Presidente da Concelhia de Sintra e que agora ia fazer campanha para Sintra. Se calhar não era só o Deputado Municipal Miguel Coelho, face àquilo que se anunciava. Se os últimos quatro anos foram tão maus e o anterior Presidente da Câmara era tão bom, era natural que se tivesse recandidatado para comparar trabalho em Lisboa. Não era com certeza por acaso que o Partido Socialista dizia que em Lisboa não, porque a comparação ia falar muito clarinho. Portanto, em vez de estar em Lisboa ia para um concelho próximo... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que não se podia dizer que não tinha feito campanha. -----

----- Quanto ao túnel, aí era uma matéria muito séria. O Deputado Municipal Miguel Coelho falava do Prof. Carmona Rodrigues, mas desde o primeiro dia era dos poucos projectos que tinha entregue a alguém e se alguém, especialista na matéria, garantiu que não era preciso o Estudo de Impacte Ambiental, foi o Prof. Carmona Rodrigues. O processo foi impecavelmente instruído e ainda não se sabia a decisão final do tribunal, mas era o que lhe tinha dito a si na altura e que foi debatido em reunião de Câmara. -----

----- Perguntou, para se ser coerente, porque é que não era pedido o estudo de impacte ambiental para o Túnel da Infante D. Henrique, ou para o Túnel do Rêgo, para já não falar noutros. O que notava era que quando não estava cá o túnel foi andando, quando voltou o túnel voltava a aquecer. O Deputado Municipal Miguel Coelho dizia que não tinha nada a ver com o candidato do PSD, mas às vezes parecia. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguira, em segunda reunião, no dia 26 de Abril com o ponto 2 e seguintes da Ordem de Trabalhos. -----

----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

----- O PRESIDENTE -----